



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BEATRIZ DE BARROS SOUZA

APOIO PSICOSSOCIAL EM CAMPOS DE REFUGIADOS:

Reflexos nos Relacionamentos Interpessoais

Vitória
2022

BEATRIZ DE BARROS SOUZA

**Apoio Psicossocial em Campos de Refugiados:
Reflexos nos Relacionamentos Interpessoais**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo Garcia

Vitória
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D278a DE BARROS SOUZA, Beatriz, 1988-
Apoio psicossocial em campos de refugiados : reflexos nos relacionamentos interpessoais / Beatriz DE BARROS SOUZA. - 2022.
134 f. : il.

Orientador: Agnaldo Garcia.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Assistência humanitária. 2. Campos de refugiados. 3. Psicologia Social. 4. Refugiados. 5. Relações humanas. I. Garcia, Agnaldo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

BEATRIZ DE BARROS SOUZA

Apoio Psicossocial em Campos de Refugiados: Reflexos nos Relacionamentos Interpessoais

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia, linha de pesquisa: Processos Psicossociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Agnaldo Garcia (UFES)

Orientador e Presidente da Comissão Examinadora

Profa Dra Luziane Zacché Avellar (UFES)

Examinadora Interna

Profa Dra Brunela Vieira de Vincenzi (CCJE/UFES)

Examinador Externo

Profa Dra Denise Silveira de Castro (CCS/UFES)

Examinadora Externa

Prof. Dr. Guilherme Assis de Almeida (USP)

Examinador Externo

Para Mariana Barros Tebar,

que nunca te falte o apoio do amor
incondicional,
como esse que te dedico,
minha sobrinha.

“Essa ajuda deve ser a consagração de uma
dupla tomada de consciência:
pelos colonizados de que isso *lhes é devido*
e pelas potências capitalistas
de que efetivamente *elas devem pagar.*”

Frantz O. Fanon (1961/1968, p. 81-82,
grifos no original)

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

Ao meu orientador, professor Agnaldo Garcia, pelo inestimável incentivo e dedicação, do começo ao fim, para a escrita deste trabalho (e para além dele);

Às queridas professoras Brunela de Vincenzi, Carla Cristina Garcia e Denise Silveira de Castro, pelo apoio emocional (muito além do profissional) ao longo de minha vida acadêmica;

À minha família, que se manteve unida e que me sustentou de modo inacreditável nestes tempos pandêmicos, por terem sido meu chão e minhas pernas nas minhas (muitas) quedas;

À minha psicóloga neste doutorado, Daniela Lino Rodrigues, e às que lhe antecederam, Maria de Lourdes Trassi Teixeira e Tatiana Fingermann, pelo cuidado atento com minha psiquê;

A meus amigos e amigas, especialmente os de longa data (Flora, Caroline e Pareta), que se somaram à (difícil) empreitada de não me deixar desistir deste sonho;

Aos discentes do curso de Direito dos Refugiados, meu estágio em Docência na UFES, que tanto me ensinaram com seus trabalhos incríveis em sala de aula;

À querida Antonella Barone, na pessoa de quem estendo meus agradecimentos a todas as integrantes do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA-UFES), pela leitura atenta deste trabalho;

Aos professores e mestres do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em especial a Maria Cristina Menandro, por me incentivarem a alçar voos mais altos;

Aos mestres e colegas da Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), em especial a Naïma Bouabdilla e Corina Borri-Anadon, a quem espero conhecer pessoalmente em breve;

Muito obrigada. Sem vocês, não existiria esta tese.

RESUMO

No mundo atual, cerca de 25 milhões de pessoas são reconhecidas como refugiadas por algum país, normalmente subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Muitas dessas pessoas vivem em campos ou arranjos análogos, onde predominam ações de “ajuda humanitária”. Nos últimos anos, atenção especial tem sido dada ao que se denomina “saúde mental e apoio psicossocial” (SMAPS) nos vários âmbitos dessa ajuda. Assim, a tese investiga a percepção de prestadores desse apoio a respeito de como ele se refletiria nas relações interpessoais de refugiados nessas situações. Para tanto, além de um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, foram entrevistadas dez pessoas com alguma experiência de ajuda humanitária ou em campos, ou a pessoas refugiadas em situação de emergência. As entrevistas episódicas realizadas à distância foram traduzidas livremente pela pesquisadora para sua análise temática e posterior discussão à luz dos aportes teóricos de Robert Hinde, nos estudos das relações interpessoais em Psicologia Social, e por Axel Honneth em sua teoria do reconhecimento baseada no pensamento hegeliano que, como tal, dialoga bem com o pensamento dialético das relações interpessoais na teoria de Hinde. Espera-se com isto propiciar ferramentas pertinentes para analisar os modos pelos quais se presta a ajuda humanitária, bem como seus desafios principais, nos tempos que correm.

Palavras-chave: Ajuda humanitária, Apoio Psicossocial, Campos de refugiados, Relações Interpessoais.

ABSTRACT

In the world nowadays, about 25 million people are recognized as refugees by some, usually underdeveloped or developing, country. Many of these live in camps or similar arrangements, where it predominates the “humanitarian aid” actions. In recent years, special attention has been devoted to what has been called the “mental health and psychosocial support” (MHPSS) in the various areas of such an aid. In this sense, the thesis investigates the perception of the providers of this support on how it would be reflected on the refugees’ interpersonal relations in such situations. To this end, besides a literary and documentary review on the subject, ten people with some experience of humanitarian aid either in camps, or with refugees in emergencies were interviewed. The episodic interviews were remotely conducted and freely translated by the researcher for a thematic analysis and subsequent discussion in the lights of theoretical contributions by Robert Hinde, in his studies of interpersonal relationships on Social Psychology, and by Axel Honneth in his theory of recognition based on the Hegelian thought and, as such, well-suited to the dialectic thought of interpersonal relationships in Hinde's theory. It is hoped, with this, to provide relevant tools to analyze the ways in which humanitarian aid is provided, as well as its main challenges, in the current times.

Keywords: Humanitarian Aid, Psychosocial Support, Refugee Camps, Interpersonal Relations.

ABSTRAIT

De nos jours, le monde a environ 25 millions de personnes reconnues comme réfugiées par certains pays, généralement dits sous-développés ou en développement. Beaucoup d'entre eux vivent dans des camps ou des arrangements similaires, où prédominent les actions de «l'aide humanitaire». Ces dernières années, une attention particulière a été portée à ce qu'on a appelé «santé mentale et soutien psychosocial» (SMAPS) dans les différents domaines d'une telle aide. En ce sens, la thèse étudie la perception des prestataires de cet soutien sur la manière dont il se répercuterait sur les relations interpersonnelles des réfugiés dans de telles situations. A cet effet, aussi qu'une revue littéraire et documentaire, dix personnes ayant une certaine expérience de l'aide humanitaire (soit dans des camps, soit auprès de réfugiés dans l'urgence humanitaire) ont été interviewées. Les entretiens épisodiques ont été menés à distance et librement traduits par la chercheuse pour une analyse thématique et sa discussion à la lumière des apports théoriques de Robert Hinde, dans ses études autour des relations interpersonnelles en Psychologie Sociale, et d'Axel Honneth dans sa théorie de la reconnaissance basée sur la pensée hégélienne et, en tant que telle, bien adaptée à la pensée dialectique des relations interpersonnelles dans la théorie de Hinde. On espère, avec cela, fournir des outils pertinents pour analyser les façons dont l'aide humanitaire est fournie, ainsi que ses principaux défis actuels.

Mots-clés: Aide humanitaire, Soutien psychosocial, Camps de réfugiés, Relations interpersonnelles.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| Principais conceitos | 13 |
| Objetivos | 21 |
| Métodos | 22 |
| Marco Teórico | 29 |
| 1 A LITERATURA DA AJUDA HUMANITÁRIA EM CAMPOS DE REFUGIADOS | 32 |
| 1.1 Revisão de Literatura | 32 |
| 1.1.1 Revisão sobre SMAPS nos Campos (PsycInfo) | 33 |
| 1.1.2 Revisão sobre SMAPS nos Campos (Mhpss.net) | 41 |
| 1.1.3 Revisão sobre SMAPS na Pandemia (UNHCR Data Portal) | 52 |
| 1.1.4 SMAPS Relações Interculturais: Análise das Diretrizes (IASC, 2007) | 57 |
| 1.2 Discussão da Literatura | 60 |
| 1.2.1 SMAPS nos Campos: Desafios às Relações Interpessoais | 61 |
| 1.2.2 SMAPS nos Campos: Desafios às Relações Interculturais | 65 |
| 2 RELATOS DA AJUDA A REFUGIADOS: ATORES E AÇÕES NOS CAMPOS | 74 |
| 2.1 Os Prestadores de Ajuda Humanitária em Situações de Emergência | 74 |
| 2.1.1 Prestadores de Ajuda a Pessoas em Situações Humanitárias | 75 |
| 2.1.2 Prestadores de SMAPS a Refugiados em Situações Humanitárias | 78 |
| 2.2 Os Campos segundo os Prestadores de Ajuda a Refugiados | 80 |
| 2.2.1 Primeiras Impressões e Mudanças de Perspectiva nos Campos | 81 |
| 2.2.2 Condições de Vida e Relações Interpessoais dos Refugiados nos Campos | 83 |

| | |
|--|------------|
| 2.3 Discussão: Ajuda Humanitária nos Campos de Refugiados | 89 |
| 2.3.1 Ajuda e Altruísmo na Atuação Humanitária e com SMAPS | 89 |
| 2.3.2 Reflexos das Condições de Vida nas Relações Interpessoais | 91 |
| 3 AÇÕES DE SMAPS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS DOS REFUGIADOS | 94 |
| 3.1 Avaliando Algumas Ações de SMAPS em Campos de Refugiados | 94 |
| 3.1.1 Aspectos Mais Positivos de SMAPS em Campos de Refugiados | 95 |
| 3.1.2 Principais Desafios de SMAPS nos Campos de Refugiados | 97 |
| 3.2 Reflexos de SMAPS nas Relações Interpessoais dos Refugiados | 99 |
| 3.2.1 Reflexos de SMAPS no Apoio Social entre Refugiados | 100 |
| 3.2.2 Reflexos de SMAPS nas Relações de Conflito entre Refugiados | 103 |
| 3.3 Discussão: SMAPS nos Campos de Refugiados | 106 |
| 3.3.1 Barreiras em relação a SMAPS nos Campos | 106 |
| 3.3.2 Potencialidades de SMAPS nos Campos | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| Referências | 113 |
| APÊNDICES | 130 |
| Apêndice A - Roteiro de Entrevista | 130 |
| Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido | 132 |

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo tema de pesquisa sobre os campos e outros espaços ditos “provisórios”, porém cada vez mais duradouros, remete à experiência da pesquisadora na Prefeitura de São Paulo (2012-2015), onde assessorou a Coordenação de Políticas para Migrantes, então recém-criada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Como participante de uma estrutura que buscou, de maneira inédita no país, organizar e efetivar a acolhida a pessoas imigrantes e refugiadas em nosso território, a pesquisadora sentiu a necessidade de investigar a prestação deste apoio em outros espaços. Como resultado, esta tese possui por objetivo geral investigar as atividades relacionadas ao apoio psicossocial prestado nas ações realizadas em campos, em especial sob a ótica dos prestadores desse apoio.

Note-se que a presente tese observa a Resolução nº 510/2016 (Art. 1º, Par. único, VII) do Conselho Nacional de Saúde, pela qual: “. . . pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” dispensa avaliação pelo sistema CEP/CONEP.

Quanto à estrutura formal, portanto a *Introdução* da tese discorre sobre os principais conceitos utilizados à luz da literatura pertinente. O primeiro capítulo traz uma ampla revisão de literatura relativa às ações de saúde mental e apoio social (SMAPS) na ajuda humanitária. O segundo traz dados mais descritivos das entrevistas obtidas junto a prestadores desse apoio, enquanto o terceiro e último capítulo traz os trechos mais avaliativos dessas ações.

Espera-se, como contribuição central, uma reflexão mais abrangente acerca dessas ações no meio acadêmico, seja na Psicologia, no Direito, ou em áreas afins, dada a notória escassez de discussões sobre esses temas. Os desafios para tanto poderão, então, serem superados aos poucos e a partir do diálogo cada vez maior entre quem presta e quem avalia essas ações.

INTRODUÇÃO

Esta tese possui o *objetivo geral* de desvelar a visão de agentes humanitários sobre o apoio psicossocial a pessoas em situação de refúgio e sobre eventuais reflexos deste apoio nas relações interpessoais dessas pessoas nos campos e em arranjos análogos.

A princípio, em razão da dificuldade de acesso aos campos, a pesquisa parte de algumas revisões de literatura acerca da prestação *in loco* desta ajuda e sobre as ações de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS) nestes espaços. Estas revisões, apresentadas no primeiro capítulo, serviram para a definição dos termos da coleta, classificação e posterior discussão dos dados.

No segundo e terceiro capítulos, são descritos os principais resultados das entrevistas realizadas à distância, conforme detalha a seção de *Métodos*. Nestes dois últimos capítulos, à luz do *Marco Teórico* selecionado, certos trechos das entrevistas foram discutidos segundo seus reflexos percebidos pelos entrevistados nas relações interpessoais dos refugiados nestes lugares.

Acerca dessas entrevistas, há que se fazer algumas observações. De fato, sem saber de qual país, a princípio, seriam os respondentes (que foram buscados de modo virtual em diversas partes do globo), não foi possível determinar, de antemão, o Comitê de Ética para rever o estudo que teria participantes de fora do Brasil.

Embora a pesquisadora tenha tentado reiteradamente ir a país outro com mais agentes (e mais experientes em campos) para as entrevistas, as restrições materiais e humanas do contexto pandêmico de fato impuseram limitações a este intuito. Como consequência, houve o redesenho da pesquisa para essa tese, que dispensasse a necessidade de passar pelo Comitê de Ética.

Neste sentido, os principais aspectos metodológicos e éticos constam na segunda parte desta *Introdução*. Antes, porém, importa precisar os conceitos centrais: “refugiados”, “campos de refugiados”, “ajuda humanitária” e “saúde mental e apoio psicossocial”, conforme segue.

Principais conceitos

Refugiados

Apesar de tardiamente estudado no Brasil (Blay, 2013), o debate sobre refugiados não é novo no meio internacional. No século XIX, a preocupação com a proteção em meio a conflitos levou, entre outros, à criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (1863) e do Conselho Internacional de Enfermeiros (1899), ainda atuantes junto a muitas outras pessoas em situação de emergência humanitária.

Após a Segunda Guerra, a proteção internacional toma corpo na *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados* (1951) da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual reconhece sob esse *status* a toda pessoa que:

. . . temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual. . . , não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ONU, 1951, Art. 1 §2).

Antes de serem reconhecidas enquanto tal, estas pessoas podem vir a ser denominadas de diferentes maneiras, conforme o seu status jurídico perante os Estados. Assim, são consideradas “deslocadas internas” se abandonaram forçosamente seu local, mas não seu país de origem ou de residência habitual; “solicitantes de refúgio”, se chegaram a outro país, mas ainda aguardam o desfecho das solicitações de reconhecimento da condição de refugiadas; e por fim, “refugiadas convencionais”, quando reconhecidas nos termos dessa Convenção por um Estado.

A categoria analítica que engloba estas três nomenclaturas é a de “deslocados à força”. Atualmente, existem quase 90 milhões de deslocados à força (uma década atrás, havia cerca de 43 milhões), dos quais cerca de um terço (27 milhões) são refugiados convencionais, residindo

sobretudo em países ditos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (ACNUR, 2022).¹

No presente texto, são consideradas “pessoas em situação de refúgio” todas aquelas que se enquadrem em ao menos uma destas situações, mesmo sem solicitarem o refúgio, como algumas pessoas portadoras de visto humanitário. No Brasil, onde a Convenção da ONU de 1951 foi incorporada na lei nº 9.474/1997, residem cerca de 62 mil refugiados convencionais, segundo os dados mais recentes (Junger et al, 2022).

Para a proteção ideal dessas pessoas, o ACNUR (*site*)² elenca três medidas, ou “soluções duradouras”: a) a integração local ao Estado onde buscam acolhida; b) o reassentamento em outro país, ou; c) o retorno voluntário ao país de origem. As estruturas temporárias, como os campos, embora fora dessas soluções, ainda são muito comuns: tipicamente, cerca de 40% dos refugiados ainda reside em campos ou arranjos análogos (ACNUR, 2014).

Campos de refugiados

Historicamente, a criação dos campos no pós-Segunda Guerra remonta ao Plano dos Aliados para gerir o deslocamento forçado (Malkki, 1995). Segundo esse documento, os campos para abrigo dos civis durante os conflitos teriam herdado diversas características dos alojamentos para os exércitos, como a logística dos seus recursos. Atualmente, muitas destas características persistem nos campos, que podem adotar configurações extremamente variadas.

Assim, embora inexista uma definição oficial, os campos, para fins estatísticos, seriam os arranjos “temporários” com “ao menos seis meses de existência e 2.500 indivíduos” (ACNUR, 2006, p. 58).³ As estimativas do ACNUR (2004) apontam que, tipicamente, cerca de 40% dos refugiados residiria em campos ou arranjos similares.

¹ Inclui 5,3 milhões sob mandato da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (sigla no original, em Inglês: UNRWA).

² UNHCR. *Solutions*. Disponível: <<https://www.unhcr.org/solutions.html>> [05 jul 19]

³ No original, em Inglês: “*For the SIR purposes, refugee camps are settlements which have been established for more than 6 months and have at least 2.500 individuals.*” Tradução livre.

Nestes espaços, os refugiados podem vir a sofrer, entre outros, danos análogos aos de processos ditos de “exclusão social” (Jodelet, 2001), os quais tendem a se agravar com o tempo (Sá, Werlang & Paranhos, 2008). Isto porque são estruturas que não oferecem, no geral, qualquer solução duradoura aos seus habitantes, muitos dos quais chegam a esperar durante décadas por alguma alternativa, configurando uma situação de refúgio prolongado.

Oficialmente, esta situação atinge populações a partir de 25 mil refugiados, no exílio por cinco anos ou mais (ACNUR, 2004).⁴

Como a listagem dos campos com pessoas em situação de refúgio prolongada não foi atualizada praticamente desde a adoção desta definição (2004), esta tese examinou diferentes publicações para estimar que haja ao menos 30 campos com pessoas nesta situação, somando mais de um milhão de indivíduos em 11 países distintos (Tabela 1).

Tabela 1

Campos com populações em situação de refúgio prolongado (ACNUR, 2017)

| País | Campo | Fundado em | População (ACNUR, 2016) |
|-----------------|--------------|-------------------|--------------------------------|
| Camarões | Minawao | 2013 | 60.075 |
| | Bredjing | 2004 | 42.970 |
| Chade | Farchana | 2004 | 27.671 |
| | Goz Amer | 2004 | 32.475 |
| | Oure Cassoni | 2004 | 27.839 |
| | Pugnido | 1996 | 63.875 |
| Etiópia | Bokolmanyo | 2009 | 42.605 |
| | Melkadida | 2010 | 31.616 |
| | Buramino | 2011 | 39.605 |
| | Hilaweyn | 2011 | 45.522 |
| | Kobe | 2011 | 45.034 |

⁴ No original: “Using a crude measure of refugee populations of 25,000 persons or more who have been in exile for five or more years in developing countries, and excluding Palestinian refugees”. Tradução livre.

| | | | |
|---------------------|--------------------|------|---------|
| Jordânia | Zataari | 2012 | 77.740 |
| Quênia | Dagahaley (Dadaab) | 1992 | 71.647 |
| | Hagadera (Dadaab) | 1992 | 84.721 |
| | Ifo (Dadaab) | 1992 | 70.092 |
| | Kakuma | 1992 | 154.947 |
| Malawi | Dzaleka | 1994 | 26.919 |
| Mauritânia | Mbéra | 2012 | 46.640 |
| Paquistão | Akora Khattak | 1985 | 28.942 |
| | Gamkol | 1985 | 30.474 |
| | Old Shamshatoo | 1985 | 38.967 |
| | Panian | 1985 | 44.381 |
| Sudão do Sul | Ajuong Thok | 2013 | 36.530 |
| | Kaya | 2013 | 25.376 |
| | Doro | 2011 | 52.742 |
| | Yusuf Batil | 2011 | 41.280 |
| Turquia | Akcakale | 2012 | 31.801 |
| Tanzânia | Nyarugusu | 1996 | 128.642 |

Nota. Adaptado de Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2004).

No geral, é possível dizer que não há “solução duradoura” à vista para estas pessoas. Na maioria das vezes, a integração ao país de acolhida ou o retorno voluntário ao de origem ainda são soluções menos viáveis do que aguardar, quase indefinidamente, nesses espaços por alguma possibilidade de reassentamento para outro Estado. Enquanto aguardam, seus documentos são provisórios e sua liberdade de movimento para fora dos campos, na maioria das vezes, é restrita.

Associados, dessa forma, à segurança, o “humanitarismo” da gestão dos campos remete à lógica do “governo de seres humanos” mediante uma autorização dos Estados (Fassin, 2012). As organizações, todavia, que “governam” o funcionamento desses locais, não podem legislar sobre o “desenho, implantação, administração ou fechamento” desses lugares (Pacheco, 2010, p. 16),

sendo assim “arranjos anômalos”, situados em território estatal e governados por organizações não-estatais (Janmyr, 2014), sejam estas de alcance local ou internacional.

A respeito destas organizações, importa notar o quanto cresceram no último século e, em especial, nos últimos anos. São hoje parte essencial de um sistema dito de “ajuda humanitária”.

Ajuda humanitária

Enquanto perdura a existência dos campos, o que pode ocorrer por vários anos, ou até mesmo décadas, seus habitantes ficam à mercê dos serviços e das intervenções fornecidas por um conjunto de atores e organizações especializados em “ajuda humanitária”, a qual abrange:

. . . o apoio material, logístico e técnico imediato visando à reconstrução ou recuperação da infraestrutura coletiva afetada e ao atendimento às necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade até o restabelecimento das instituições e a reabilitação da população atingida. (Ramos, Donda & Silva, 2017, posição 548).

Note-se, a respeito dessas organizações, que o seu aumento orçamentário é criticado há décadas por não vir acompanhado de uma redução no total de campos e outros arranjos precários (Harrell-Bond, 1986), inclusive na América Latina, onde já foram uma exceção (Schmidt, 2003). A fim de aprimorar a provisão desta ajuda, o Comitê Permanente Interagências (IASC, do Inglês *Inter-Agency Standing Committee*) é criado em 1992, no âmbito das Nações Unidas.

Fruto de uma demanda crescente na organização, o Comitê já fora previsto na Resolução 46/182, adotada em 1991 pela Assembleia Geral.⁵ Os dois primeiros Princípios Norteadores da referida Resolução não apenas afirmam a “importância cardinal” da “assistência humanitária” para “as vítimas de desastres naturais e outras emergências”, como ressaltam que tal assistência deve se pautar pelos princípios de “humanidade, neutralidade e imparcialidade”,⁶ além de outras trinta diretrizes anexas a esse documento.

⁵ Res. AG-ONU nº 46/182. *Strengthening of the coordination of humanitarian emergency assistance of the United Nations*. Adotada aos 19 de dezembro de 1991 (78a Plenária). Disponível em: <<https://undocs.org/en/a/46/49>>

⁶ No original, na íntegra: “1. *Humanitarian assistance is of cardinal importance for the victims of natural disasters and other emergencies*; 2. *Humanitarian assistance must be provided in accordance with the principles of humanity, neutrality and impartiality.*”

Embora a ajuda humanitária não se volte exclusivamente para pessoas deslocadas à força ou em situação de refúgio, é notável o montante de organizações que a prestam a este público. Entre as mais de setecentas listadas pelo ACNUR como suas “parceiras” (*partners*),⁷ setenta são listadas no setor de saúde e dez na “área” de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS). Destas dez, nove são organizações não-governamentais de alcance internacional.⁸

Nesta seara, então, quinze anos após a criação do IASC, foram publicadas suas Diretrizes sobre SMAPS em emergências. Referidas, por vezes, simplesmente como “as Diretrizes” (IASC, 2007), serão brevemente comentadas na seção que segue.

Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS)

Diferentemente do “apoio social”, que seria a percepção do sentir amado e cuidado por outros, em uma rede social de apoio e deveres mútuos (Taylor, 2011), a presente tese utilizará a expressão “apoio psicossocial” para se referir a um tipo de ação ou serviço da ajuda humanitária que busca, por vezes, a promoção deste apoio social entre as pessoas em situação de emergência. Segundo o IASC (2007), a expressão “saúde mental e apoio psicossocial” (SMAPS) abrangeria a “. . . todo tipo de apoio local ou externo cujo objetivo seja proteger ou promover o bem-estar psicossocial e/ou prevenir ou tratar o transtorno mental” (IASC, 2007, p. 1).

Nas Diretrizes, o IASC (2007) propõe dez pontos de atenção para ações de SMAPS: (1) coordenação; (2) diagnóstico da situação (monitoramento e avaliação); (3) proteção e normas de direitos humanos; (4) recursos humanos; (5) apoio e mobilização da comunidade; (6) serviços de saúde; (7) disseminação de informações; (8) nutrição e segurança alimentar; (9) abrigos e planejamentos dos espaços; (10) abastecimento de água e saneamento. Apesar desses pontos, a

⁷ UNHCR Operational Data Portal: Refugee Situations. *Partners List*. <<https://data.unhcr.org/en/partners>> [18 ago 2022].

⁸ São elas: *CARE International* (Cooperative for Assistance and Relief Everywhere Inc.); *Center for Victims of Torture* (CVT); *International Medical Corps* (IMC); *Italian Refugee Council* (CIR); *Jesuit Refugee Service* (JRS); *Nippon International Cooperation for Community Development* (NICCOD); *Noor Al Hussein Foundation* (NHF Jordan); *Organização Mundial da Saúde* (OMS); *Save the Children International* (SCI) e *Terre Des Hommes* (TDH).

definição de SMAPS pelo IASC recebeu bastantes críticas por sua abrangência bastante ampla.

Tal amplitude seria devida, em primeiro lugar, ao modo como foram construídas estas diretrizes. Segundo Márcio Gagliato (2018, p. 94), esse texto foi desenvolvido com base em uma “metodologia de consenso entre especialistas do campo e não necessariamente em evidências”, a qual se refletiria em seis “princípios fundamentais”, intitulados da seguinte forma: a) direitos humanos e igualdade; b) participação; c) sem causar dano; d) construção sob capacidades e recursos disponíveis; e) sistemas integrados de apoio; f) apoios em diversos níveis (IASC, 2007, p. 9-11).

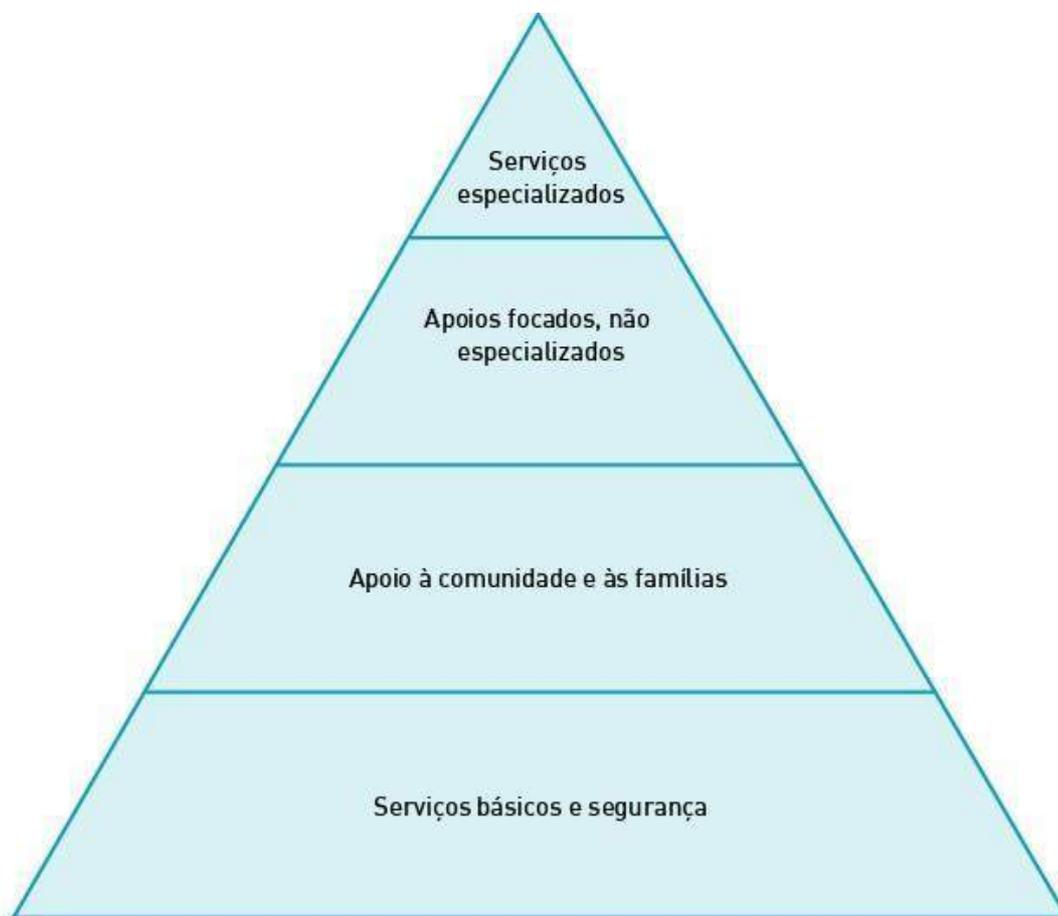
Em segundo, aos desafios de conciliar os dois saberes que a compõem (“Saúde Mental” e “Apoio Psicossocial”), em cujo vértice estariam suas “maiores disputas conceituais” (Gagliato, 2018, p. 33). Tais disputas trariam diversos efeitos práticos, inclusive para o “financiamento de projetos” nesta seara da ajuda humanitária, ainda assaz dependente de doações internacionais.

Buscando, então, harmonizar “. . . algumas disputas sobre o “valor” ou a “importância” dos diferentes tipos de suportes em SMAPS, enfatizando suas complementaridades e ressaltando a importância de coordenação entre os diferentes níveis e referências” (Gagliato, 2018, p. 32), o IASC propõe um “eixo conceitual” para ilustrar o sexto e o último princípio fundamental — ou seja, dos “apoios em diversos níveis” — das ações em SMAPS.

Este eixo, geralmente representado como uma “*Pirâmide de Intervenção*”, sugere que se planejem as ações em quatro níveis: i. Serviços básicos e segurança; ii. Apoio à comunidade e às famílias; iii. Apoios focados não especializados; iv. Serviços especializados, sendo este último o nível “superior” da Pirâmide — e, portanto, aquele que, em teoria, deveria implicar uma menor quantidade dessas ações em situações de emergência do que aquelas do nível “inferior” (Figura 1).

Figura 1

Pirâmide de intervenções para os serviços de saúde mental e apoio psicossocial



Nota. Reproduzido de: Comitê Permanente Interagências / IASC (2007, p. 12).

O fato de tal consenso seguir vigente indica ao menos dois importantes fatores para se levar em consideração nesta análise. Por um lado, que “. . . as intervenções de SMAPS têm sido cada vez mais reconhecidas como uma área prioritária nas respostas humanitárias” (Gagliato, 2018, p. 30). Por outro, que as críticas ao conteúdo das Diretrizes, tido como “pouco prático e informativo” quanto ao proceder em emergências (Gagliato, 2018, p. 111), apenas fomentaram mais pesquisas em SMAPS (Newnham et al, 2021).

De fato, mais de uma década após este consenso, o IASC elaborou ainda um “quadro comum” para monitorar e avaliar tais ações (IASC, 2017), o qual foi recentemente atualizado (IASC, 2021). Em outros âmbitos, atores de diferentes organizações humanitárias também já se

reuniram para publicar índices que sejam mais avaliativos destas ações (Sphere Project, 2011; Antares Foundation, 2012).

Especificamente no que tange às situações de refúgio e às organizações que nelas atuam, a literatura indica ainda muito o que se aprimorar nesta área. No seu diagnóstico da saúde mental e do bem-estar psicossocial da sua equipe, Welton-Mitchell (2013, p. 48) indica que o ACNUR cumpria “apenas 2 dos 8 Princípios Antares e um terço dos indicadores associados” à época.

Neste contexto de um crescente avaliativo das ações em SMAPS, então, está situada a presente tese, com foco nas situações de refúgio em campos e arranjos análogos. Desta forma, os objetivos, métodos e o marco teórico da tese serão detalhados a seguir.

Objetivos

A tese possui por *objetivo geral* desvelar a visão de agentes humanitários sobre o apoio psicossocial a pessoas em situação de refúgio e sobre eventuais reflexos deste apoio nas relações interpessoais dessas pessoas nos campos e em arranjos análogos. São seus *objetivos específicos*:

a) Desvelar o papel oficial da Organização das Nações Unidas e suas agências para o provimento de ajuda humanitária no que tange a apoio psicossocial em campos de refugiados;

(b) Descrever a percepção de agentes que atuam ou atuaram em campos de refugiados em relação às diferentes formas de apoio psicossocial para os refugiados nos campos;

c) Analisar essas formas de apoio conforme a percepção desses agentes sobre eventuais reflexos dessas ações nos relacionamentos interpessoais dos refugiados nos campos.

A fim cumprir os seus objetivos, a tese foi estruturada como estudo de casos múltiplos, qualitativo e descritivo, sobre uma situação, elencada como o problema de pesquisa: a prestação do apoio psicossocial e os seus reflexos nas relações interpessoais dos refugiados nos campos e em arranjos análogos, tal como detalhado na seção que segue.

Métodos

Nesta seção, serão detalhados os seguintes aspectos metodológicos da tese: a) tipo de estudo; b) revisão de literatura; c) instrumentos de pesquisa; d) convites aos participantes (coleta de dados 1); e) participantes e princípios éticos; f) entrevistas (coleta de dados 2); g) análise e discussão; h) limites e potencialidades.

Tipo de estudo

Acerca do tipo de estudo conhecido como “estudo de caso”, Capitão e Villemor-Amaral (2014, p. 238) afirmam que, apesar de suas limitações, este: “. . . é um meio de se fazer ciência, principalmente quando a natureza do fenômeno observado é multideterminada e interessa conhecer de modo profundo e abrangente a singularidade de uma dada a situação”.

Nesta tese, o fenômeno a ser observado é de natureza multideterminada, uma vez que os atores humanitários possuem, como se verá, históricos bastante distintos, o que se reflete na sua atuação interdisciplinar e, por sua vez, nos reflexos desta atuação junto às relações interpessoais dos refugiados. Os limites da pesquisa deste tipo se referem, no geral, a um menor grau de generalização, sendo mais indicado apontar relações entre a literatura e os casos elencados — o que será feito de acordo com o desenho metodológico de cada revisão, detalhado a seguir.

Revisão de Literatura

Uma vez escolhida a situação específica que, segundo Capitão e Villemor-Amaral (2014, p. 242), “do ponto de vista do pesquisador, representa de modo exemplar algum fenômeno de interesse especial e para o qual ele volta seu foco de atenção”, cabe então passar à revisão ampla da literatura. Acerca desta etapa, dizem os autores que: “. . . a articulação com a teoria envolve necessariamente uma exaustiva busca na literatura sobre formulações e casos correlacionados,

passando-se a seguir ao relato de trechos, . . . , observações do caso em questão que ilustrem ou problematizem as considerações teóricas referidas” (Capitão & Villemor-Amaral, 2014, p. 242).

Dessa forma, para a revisão sobre a atuação em SMAPS nos campos, foram privilegiadas bases do IASC (Mhpss.Net)⁹ e do ACNUR (*Covid-19 Data Portal*).¹⁰ Mesmo com a ausência de dados “brutos originais”, comum em bases oficiais (Flick, 2013), houve complementaridade entre os dados dessas bases e os da base *PsycInfo*, utilizada para a revisão da literatura sobre os campos já publicada e indexada em áreas afins à Psicologia.

Nessas três revisões, o método que se utilizou para se esmiuçar múltiplos textos foi o da análise temática (Braun & Clarke, 2006), como descrito nas seções respectivas. Por este método, os temas das relações interpessoais nos campos em geral, e em particular durante a pandemia, são discutidos à luz da literatura mais ampla, embasando assim os instrumentos de pesquisa.

A essas três revisões, foi somada uma quarta que, por sua vez, ao se debruçar sobre um único documento (IASC, 2007), privilegiou a codificação teórica (Flick, 2004) enquanto método para investigar as relações interculturais nos campos. Esse método será melhor detalhado então na seção a que se refere, de modo a não prejudicar seu entendimento por leitores futuros.

Em razão da dificuldade de acesso aos campos e, de fato, a qualquer lugar no período pandêmico, a complementação da revisão de literatura ficou a encargo das entrevistas realizadas à distância, com base nos instrumentos previamente qualificados e descritos a seguir.

Instrumentos de Pesquisa

Antes do Exame de Qualificação, foram elaborados os dois instrumentos das entrevistas: o Roteiro de Perguntas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ambos foram

⁹ Disponível em: <<https://www.mhpss.net/>>. Acesso em: 14 fev 2022.

¹⁰ United Nations High Commissioner for Refugees / UNHCR (2020). Operational Portal - Global Situations: Covid-19. <https://data2.unhcr.org/en/situations/covid-19>

traduzidos pela pesquisadora para os dois idiomas mais utilizados pela literatura revista (Francês e Inglês), de modo a facilitar sua compreensão pelos participantes do estudo.

A elaboração do roteiro baseou-se no método de entrevista episódica de Flick (2008), que tem se mostrado relevante para pesquisas sobre relações interpessoais, ao permitir tanto o relato de episódios como a interpretação dos fatos, conceitos e relações abstratas narradas durante as entrevistas (Flick, 2013). Importa notar que foi observada ainda a duração recomendada dessas entrevistas, que giraria “entre 60 e 90 minutos” (Flick, 2008, p. 125).

Foram então elaboradas dezenove questões acerca de quatro temas: 1) Breve histórico (de atuação dos participantes); 2) A vida social nos campos de refugiados; 3) Atividades de Apoio Psicossocial no Campo de Refugiados; 4) Efeitos das Atividades de Apoio Psicossocial nas Relações Interpessoais. Verificada a interrelação entre ações de apoio psicossocial e de saúde mental, o termo “de apoio psicossocial” foi abreviado como sendo “de SMAPS”.

Quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), buscou-se trazer em linhas gerais os objetivos e os métodos da pesquisa, bem como os riscos e benefícios da participação voluntária (sem nenhuma espécie de remuneração) nas entrevistas, sendo garantida a recusa em participar (a qualquer tempo), a dignidade, o sigilo e a privacidade (em todos os casos). Em caso de dúvidas, foram disponibilizados os contatos da pesquisadora, de seu orientador e da UFES.

Coleta de Dados I (Convites aos Participantes)

Durante a revisão de literatura e de documentos, os contatos informados por autores com atuação em campos de refugiados foram tabulados e, posteriormente, buscados para entrevistas a respeito da situação-problema de pesquisa. As primeiras tentativas de contato, assim realizadas a fim de testar a responsividade dessa forma de busca, ocorreu logo após a aprovação no exame de

qualificação, sendo enviados cerca de 20 convites (com os respectivos instrumentos de pesquisa) entre novembro de 2019 e março de 2020. Das respostas obtidas, duas foram afirmativas.

Em razão, no entanto, do início da pandemia, muitas ações foram interrompidas e planos, inclusive de intercâmbio, foram alterados. As duas primeiras entrevistas realizadas serviram, de todo modo, para adequar o roteiro de questões. Enquanto isso, dois estudos com base na revisão de literatura foram apresentados em congressos e submetidos à publicação.

Transcorrido o ano pandêmico, a intenção de entrevistar pessoas de uma localidade em particular foi revista e a pesquisa redesenhada para incluir apenas participantes com publicação relativa à atuação com pessoas em situação de refúgio (vide *Princípios Éticos*). Assim, entre outubro de 2021 e março de 2022, os convites foram enviados via correspondência eletrônica com os TCLEs anexos, redigidos no idioma o qual os participantes em potencial publicaram seus estudos (normalmente, a língua inglesa).

Participantes

Feitos os contatos com os pesquisadores, diante da responsividade insatisfatória nos contatos preliminares (dois anos antes), aos primeiros entrevistados foi solicitada a indicação de nomes adicionais, pelo “critério da conveniência” (Flick, 2004, p. 83), diante do curto prazo para as entrevistas. Dos convites enviados, cerca de quinze responderam de algum modo e dez foram satisfatoriamente entrevistados. Assim, dos dez “participantes” para os fins desta tese, sete foram acessados diretamente pela pesquisadora e três com auxílio de terceiros.

Quanto ao gênero, quatro participantes se identificavam com o feminino e seis com o masculino. Quanto ao pertencimento étnico, analisado pela pesquisadora, sete eram consideradas caucasianas e três não-brancas. Quanto à origem, cinco eram da macrorregião europeia, duas da norte-americana, uma latino-americana, uma asiática e uma árabe. Todos eram adultos, de idades

entre os trinta e os sessenta anos completos à época das entrevistas, descritas na próxima seção, enquanto que os perfis de atuação serão descritos na primeira parte do segundo capítulo.

Coleta de Dados II (Entrevistas)

Na vigência da pandemia (vide *Princípios Éticos*), as entrevistas foram realizadas *online*, através da plataforma Google Meet em sua versão paga (para permitir a gravação simultânea e garantir a transcrição posterior dos dados), e somente após a manifestação de concordância com o TCLE. O áudio foi transcrito no idioma original e traduzido, quando necessário, livremente pela pesquisadora, sem o auxílio de terceiros.

Ao todo, nove entrevistas foram realizadas no idioma Inglês e uma em Português. Todo o material, uma vez transcrito e classificado, foi analisado sem remissões aos trechos no original, para melhor preservar o sigilo das fontes. Além disso, na transcrição, todos os nomes próprios (inclusive de lugares e organizações) foram omitidos, sendo aos participantes atribuídos números de 1 a 10, como único traço “identificador” dos trechos entre aspas.

Nesse sentido, todas as entrevistas foram transcritas para a análise de modo anônimo, omitindo ainda o local de pertencimento das pessoas participantes, relativo à sua macrorregião (Europa, América do Norte ou Latina, Ásia e Oriente Médio), e apenas para descrever as suas características gerais, observando os princípios éticos detalhados na seção que segue.

Princípios Éticos

Nesta tese, a pesquisadora buscou cumprir os princípios éticos mais atuais da pesquisa com seres humanos no Brasil para as Ciências Humanas e Sociais. Quando da reformulação da pesquisa na vigência da pandemia, previamente citada, foi então adotado um modelo de pesquisa que cumprisse a Resolução nº 510/2016 (Art. 1º, Par. único, VII) do Conselho Nacional de Saúde, segundo a qual: “. . . pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que

emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” dispensa registro e avaliação pelo sistema CEP/CONEP.

Primordialmente, ainda na coleta de dados, foi priorizada a compreensão dos termos da pesquisa (contidos no TCLE) pelos participantes. Para tanto, na mesma mensagem em que fez o seu primeiro envio como anexo ao convite para a pesquisa, a pesquisadora se colocou sempre à disposição para eventuais esclarecimentos a esse respeito, sempre que necessário. Esclarecidos de que a pesquisa não havia sido registrada ou avaliada por comitê de ética, os dez participantes ainda assim consentiram em participar das entrevistas.

Além disso, em razão da atual pandemia, certos cuidados foram tidos em prol do “melhor interesse do participante” (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2020) durante a pesquisa. Assim, não apenas os modos de convite e de conversa foram virtuais, como ainda as garantias do retorno dos produtos da pesquisa aos participantes (notadamente, a tese e eventuais publicações dela derivadas) foram formuladas levando em consideração as questões do ambiente virtual.

Na etapa da transcrição, o conteúdo das entrevistas foi anonimizado, omitindo ainda o local de pertencimento (origem ou residência habitual), ao qual somente se refere em termos genéricos, relativos à sua macrorregião. Por fim, trechos desidentificados foram reproduzidos no texto final de modo a ilustrar e aprofundar a discussão dos pontos abordados em cada capítulo.

Na estruturação da tese, enfim, os títulos dos dois últimos capítulos observaram os temas das entrevistas, sendo que dos quatro temas do roteiro original, dois (mais descritivos) foram alocados no segundo capítulo e dois (mais prescritivos) no terceiro capítulo. Espera-se, com isto, que os participantes identifiquem em algum nível sua contribuição para esta tese, cuja tradução livre da versão final será realizada e lhes será encaminhada pela pesquisadora responsável.

Análise e Discussão dos Dados

Finalizadas as entrevistas, os dados transcritos foram revistos para nortear a criação dos temas ("subtítulos") e, assim, proceder à classificação e posterior análise temática dos materiais coletados. Segundo Braun e Clarke (2006, p. 6), este método analítico é indicado para se “. . . identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados”.¹¹

Para identificar esses “padrões”, as transcrições, aleatoriamente numeradas de 1 a 10, foram editadas de modo a não só anonimizar, como ainda para identificar os trechos que melhor sintetizavam as respostas a cada questão. Reunidos todos os trechos sob numeração sequencial na mesma questão de roteiro, foi possível proceder sua descrição nos capítulos. Para a parte da discussão, então, foram pensados os temas propriamente ditos.

Propositalmente diferentes das questões do roteiro — com as quais não devem coincidir (Braun & Clarke, 2006, p. 25) —, os temas do segundo e terceiro capítulos foram pensados para facilitar a discussão de aspectos insuficientemente trabalhados pelos participantes nas entrevistas à luz do marco teórico. Entre estes, podem ser destacados aspectos conceituais, como a diferença entre comportamentos de “ajuda” e “altruísmo”, ou sobre o “estigma” quanto a SMAPS; e ainda aspectos hipotéticos, como sobre os reflexos dessas ações nas relações dos refugiados.

A análise priorizou, dessa forma, os temas “latentes” ao invés dos “explícitos” trazidos pelos participantes (Braun & Clarke, 2006, p. 13). Tendo em vista a variedade de experiências e olhares reunidos, porém, os limites à generalização dos dados são evidentes, não se prejudicando com isso suas contribuições potenciais a esta tese e às pesquisas futuras sobre esses temas.

Limitações e Potencialidades

Em razão de limites circunstanciais e conjunturais, o desenho da pesquisa não foi linear, de modo que a generalização dos resultados se encontra bastante limitada ao contexto específico

¹¹ No original, em Inglês: “Thematic analysis is a method for identifying, analysing, and reporting patterns (themes) within data.”

no qual a presente pesquisa foi conduzida. Desse modo, cumpre detalhar alguns dos principais limites e de que modo foi buscada a sua resignificação no âmbito desta tese.

Em primeiro lugar, houve o limite circunstancial do advento da pandemia de Covid-19. No momento em que a pesquisadora se preparava para buscar um intercâmbio, após a aprovação no exame de qualificação, todos os modos de produção do saber acadêmico foram, de uma vez, suspensos e revistos. “Contratempos” estes que impuseram a necessidade de revisitar a bibliografia e ainda, enquanto se produzia a seu respeito, buscar fazer sentido do que acontecia ou aconteceria com o tema da pesquisa, com a pesquisa em si e com a própria pesquisadora.

Em segundo, o advento de uma emergência sanitária internacional, em seguida declarada “pandêmica”, inseriu o tema da emergência humanitária na pesquisa e na vida da pesquisadora de forma muito imprevista. Apesar de não haver situação humanitária, a princípio, previsível ou evitável, a sua experiência alterou o próprio objeto de pesquisa, no qual se passou a incluir, em última instância, a própria pesquisadora e a sua vida pessoal.

As potencialidades da pesquisa assim estruturada, em suma, consistem na riqueza das múltiplas perspectivas reunidas a fim de discorrer sobre os temas que comparecem nos relatos dos participantes, na escolha dos quais desempenha um papel fundamental a própria experiência subjetiva da pesquisadora sobre a pesquisa. Para melhor nortear esta escrita, então, foi escolhido um marco teórico na intersecção da Psicologia com o Direito, como detalha a seção que segue.

Marco Teórico

Este trabalho parte da premissa de que as ações humanitárias se refletem de vários modos nas relações interpessoais dos refugiados nos campos. Assim, o referencial proposto para a análise desses possíveis reflexos é, por um lado, Robert Hinde, que contextualiza essas relações em um amplo sistema na Psicologia, propondo uma visão dialética das mesmas. Ademais, será

proposto um diálogo com as considerações do filósofo e jurista Axel Honneth, centrais para as relações interpessoais na sua elaboração da teoria do reconhecimento.

Hinde (1997) buscou organizar uma ciência dos relacionamentos a partir de princípios da Etologia, destacando a complexidade das relações interpessoais e a necessidade de integrar os diferentes saberes sobre o tema. Nesse sentido, a sua visão de complexidade multinível parte dos processos psicológicos individuais, passando então pelas interações, relacionamentos, grupos e a sociedade, todos em relação dialética entre si, com o ambiente e a estrutura sociocultural.

Hinde (1987, 1997) diferencia as interações dos relacionamentos. Estes reúnem uma série de interações ao longo do tempo entre sujeitos que afetam e são afetados por encontros anteriores e pela expectativa de encontros futuros. Aquelas, por sua vez, não necessariamente se estendem no tempo, possuindo um impacto menor nas expectativas futuras dos sujeitos.

Outra marca de sua abordagem é a importância da descrição dos relacionamentos como ponto de partida para sua compreensão, especialmente quanto ao conteúdo (o que os indivíduos fazem juntos) e a qualidade (como o fazem) desses relacionamentos. Enquanto o conteúdo do relacionamento se refere ao que os indivíduos fazem quando estão juntos, a sua diversidade diz respeito ao número de coisas distintas que podem ser feitas por eles nessas ocasiões.

Em suma, Hinde (1987, 1997) preconizou o estudo do relacionamento interpessoal em quatro fases distintas: 1) descrição; 2) discussão dos processos subjacentes; 3) reconhecimento das limitações no seu estudo; 4) ressíntese, para checar como as partes contribuem com o todo. Isto porque, segundo Hinde (1997), os relacionamentos estão em relação dialética constante com diferentes grupos ou redes, como no caso da família, do ambiente escolar e outros, que podem ainda se sobrepor ou ser encontradas em grupos distintos.

Por fim, Hinde (2007, p. 245) afirma que sua teoria se difere daquela de muitos “filósofos morais” cujo “foco” da análise diria respeito a “como as pessoas devem se comportar”, enquanto o epicentro da sua análise seria na comparação entre “como elas acham que devem se comportar

e como realmente se comportam”.¹² Dessa forma, e considerando a riqueza interdisciplinar deste tema, a tese se beneficiaria ainda do diálogo com outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, será destacada a colaboração da teoria do reconhecimento, do teórico Axel Honneth (2003), que esquematiza a teoria hegeliana de etapas para o reconhecimento social (indivíduo, pessoa e sujeito de direitos) e, com base nesta, empreende uma “atualização sistemática” com o objetivo de desvelar a “estrutura das relações sociais de reconhecimento”. Esta estrutura possuiria três “modos” distintos (dedicação emotiva, respeito cognitivo e estima social), cada qual com formas de desrespeito ou reconhecimento específicas e embasadas, portanto, nos relacionamentos interpessoais, sobretudo em grupos e entre grupos.

Na elaboração de sua teoria, Honneth (2013) de fato identifica lacunas muito similares às elencadas por Hinde nos seus estudos, sobretudo nas teorias psicanalítica e sociológica. Julga, porém, “mais grave” o fato de que “as estilizações unilaterais parecem impedir radicalmente uma conexão conceitual básica entre as duas disciplinas” (Honneth, 2013, p. 61).

De modo a tentar superar algumas dessas lacunas, portanto, esta tese trará a princípio as descrições da literatura e dos participantes acerca dos campos, as quais serão então classificadas em temas específicos e discutidos em temas mais gerais à luz do marco teórico proposto. Muitos outros temas poderão ser identificados por pesquisas futuras e sob outros marcos teóricos, talvez mais prescritivos (e menos descritivos) do que os abordados nesta tese.

O importante para ambos os referenciais, e também para esta pesquisadora, é que o tema seja mais estudado nas diferentes áreas do conhecimento com a devida urgência nos dias atuais. A esse respeito, os próximos capítulos versarão, sempre que possível, no escopo da presente tese.

¹² No original e na íntegra: “For many moral philosophers the central focus is on how people ought to behave; mine is on how they *think* they should behave and how they *actually* behave”. *Grifos* no original.

1 A LITERATURA DA AJUDA HUMANITÁRIA EM CAMPOS DE REFUGIADOS

A corrida armamentista da Guerra Fria (1945-1991) deixou um rastro de conflitos nos países do antigo Terceiro Mundo, para cujos efeitos a sociedade internacional buscou modos ditos “humanitários” de intervir e “ajudar” suas populações. Com o aprendizado dessas ações, no geral, “não-ensaiadas, não-testadas e não-monitoradas” (Abramowitz & Kleinman, 2008, p. 219),¹³ a partir do século XXI, passa a se buscar um consenso para melhor orientar a práxis humanitária.

Dentre esses consensos, a Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) passam a integrar as respostas humanitárias oficiais no Comitê Permanente Interagências das Nações Unidas (IASC), quando publica as primeiras Diretrizes nesta área (IASC, 2007), consideradas “(...) um acordo mínimo sobre princípios e respostas essenciais a situações de crise humanitária” (Gagliato, 2018, p. 73). Como visto anteriormente, na *Introdução*, esse acordo tem recebido muita atenção nos últimos anos, seja em documentos complementares, seja em críticas ou outros comentários.

A fim de avaliar, assim, o estado geral da arte sobre o tema, o presente capítulo divide-se em duas partes. A primeira (“Revisão de Literatura”) traz os resultados das revisões tanto sobre as ações de SMAPS nos campos quanto sobre os principais desafios dessas ações no cotidiano das relações interpessoais nos campos. A segunda (“Discussão”) foca nas principais considerações da literatura mais ampla acerca dos temas abordados por esses textos e documentos sumariamente revistos na primeira parte.

1.1 Revisão de Literatura

¹³ No original, em Inglês: “The *IASC Guidelines*. . . emerged, in part, to address these and other potential threats to populations who were receiving untried, untested, and unmonitored mental health and psychosocial support (MHPSS) in the aftermath of wars and disasters.” Tradução livre.

Nesta seção, todas as subseções possuem relação com os dois temas centrais da presente tese: a) SMAPS em campos de refugiados; b) SMAPS e relações interpessoais e interculturais de refugiados. Cada subseção traz os métodos e os principais dados (“resultados”) obtidos de cada conjunto de textos, em buscas realizadas separadamente.

Enquanto limites principais às considerações acerca desse agrupamento de textos, por fim, há que se destacar a diversidade tanto dos formatos quanto dos conteúdos apresentados. No geral e, de forma especial, nos textos produzidos por organizações de ajuda humanitária, pode haver um viés pelo modo como certos relatos se moldam a seu público (por exemplo, doadores de recursos para ações humanitárias).

1.1.1 Revisão sobre SMAPS nos Campos (*PsycInfo*)

A presente revisão narrativa de literatura (Rother, 2007) traz conteúdo indexado na base *PsycInfo*, pelo seu grau de referência em Psicologia Social e áreas afins, sobre os campos de refugiados. Nesta base, a busca simples por “campos de refugiados” (“refugee camps”) retornou cerca de 300 publicações, das quais em torno de 60 foram selecionadas por afinidade.

Deve ser ressaltado, nesse ínterim, o crescente interesse da área por intervir junto a essas populações, longamente à margem dos estudos em saúde no nosso país (Nunes, 2006). A seguir, são descritos alguns desses trabalhos, nos seguintes temas: a) ações in loco; b) aspectos sociais negativos dos campos; c) aspectos sociais positivos nos campos; d) teoria e prática da ajuda humanitária (saúde mental e apoio psicossocial); e) SMAPS em emergências (avaliação de ações e prioridades de pesquisa e prática).

Ações In Loco: Narrativas, Relatos e Voluntariado nos Campos

Alguns autores estudam narrativas em torno da ação nos campos. Mahendran (2017) contrapõe narrativas públicas sobre mobilidade humana de suposta solidariedade, chamadas

“*one-world*”, às mais tecnocráticas na União Europeia. Rozakou (2012) discute os meandros da biopolítica da hospitalidade nos discursos sobre refugiados na Grécia. Sobre a acolhida humanitária, Yitmen e Verkuyten (2018) estudam as intenções positivas e negativas por trás do modo como cidadãos turcos percebem e atuam quanto aos sírios refugiados na Turquia.

Outros autores trouxeram relatos dos campos. Kreitzer (2002), por exemplo, traz relatos positivos quanto ao interesse de mulheres refugiadas em planejar programas locais nos campos em Gana. Jabbar e Zaza (2015) avaliam positivamente um programa de treinamento vocacional que, com poucos recursos, teria melhorado a autoestima de mulheres refugiadas em Zaatari, na Jordânia. Quanto à informação sobre saúde e direitos humanos nos campos, um estudo indica que, apesar de pouco saberem sobre tratados, refugiados congolese em Ruanda possuem uma visão sobre esses temas bem próxima ao desses conteúdos (Pavlish, Ho & Rounkle, 2012).

Houve ainda estudos diretos sobre voluntariado com refugiados. Na Europa, foi abordado o sentido desta atuação em um abrigo temporário na Alemanha (Florian, Costas & Kärreman, 2019) e sobre o apego dos voluntários em um serviço na Nova Zelândia (McAllum, 2018). Outro estudo com jovens voluntários em um campo no Líbano destacou o seu potencial benéfico na infância e na juventude de refugiados palestinos (Makhoul, Alameddine & Afifi, 2012).

O papel da experiência educacional também consta do relato em primeira pessoa de Maha Ismael (2013), refugiada iraquiana, sobre seu voluntariado junto a outros refugiados sírios, similar ao que realiza Hassan (2013), ainda que com um viés avaliativo de um programa de apoio psicossocial para refugiados em Damasco, na Síria. No Reino Unido, Feza Penge (2012) relembra o trabalho de apoio psicossocial que realizou quando esteve refugiada na Tanzânia.

Entre os estudos realizados de forma indireta, Peter Smith (2019) indica um crescimento no comportamento pró-social a partir dessas ações, incluindo o voluntariado com refugiados, em um estudo com atores de mais de 130 países. Em sua pesquisa com estudantes de áreas afins ao trabalho humanitário, Hantman e Ben-Oz (2014) apontam o entusiasmo dos alunos de Serviço

Social como positivo na ajuda aos refugiados de guerra nos campos, embora sua reintegração aos cursos de origem mereça cuidado.

Aspectos Sociais Negativos nos Campos: Condições de Vida e Insegurança

Nesse tema, De Carvalho e Pinto (2018) investigam o significado psicológico de se viver de um campo no Congo, e quais os principais efeitos, no geral negativos, para os refugiados sob essas condições. Holzer (2013), por sua vez, apontou as precárias condições jurídicas da vida em um campo em Gana. Johnson (2007), na Palestina, assinalou táticas de enfrentamento cotidiano a riscos de vida e a força necessária para superá-los.

A insegurança também está presente nos campos. Seu estudo, por vezes, abrange vários grupos, como os palestinos no Líbano e sua percepção sobre a violência nos campos (Hutson, Shannon & Long, 2016). Outras vezes focam em um setor específico, como os adolescentes em Ruanda (Bermudez, Parks, Meyer, Muhorakeye & Stark, 2018; Iyakaremye & Mukagatare, 2016), para explorar as diversas violências por eles sofridas. Na Romênia, refugiados relataram suas condições de vida nos campos, com foco nas suas questões de liderança, também por vezes disparadoras de conflitos interpessoais (Popa, 2012).

Quanto aos conflitos étnicos, Musiimenta, Miles e Murakami (2019) notam os desafios existentes, por exemplo, nas ações realizadas nos campos em Uganda, onde refugiados de diferentes identidades étnicas e até facções em disputa, pela proximidade física, estariam expostos a conflito interpessoal e estresse. Nos campos considerados “de trânsito”, onde os refugiados permanecem menos tempo, sugerem grupos de partilha das suas tensões e disputas, servindo como um fórum para o apoio psicossocial que iniciaria a construção da unidade.

Quanto à violência baseada em gênero, uma das mais comuns nesses lugares (Costa, 2006), há os estudos mais descritivos, como sobre violência por parceiro íntimo em Kakuma, no Quênia (Horn, 2010), e os mais prescritivos, como em Ruanda (Pavlish & Ho, 2009) ou na

Tanzânia (Tol et al, 2017), sobre buscas por justiça social para esse tipo de violência. Estudos sobre intervenções mais abrangentes são comentados no próximo item.

Aspectos Sociais Positivos nos Campos: Apoio, Cuidado e Reconciliação

Aspectos sociais mais positivos, como cooperação, ajuda, entre outros, estão presentes, mas em menor número, na literatura sobre os campos. Assim, por exemplo, uma etnografia do cuidado informal entre refugiados no Butão indica a relevância de laços comunitários nessas condições (Chase & Sapkota, 2017). Por sua vez, pesquisadores nos Estados Unidos ressaltam a importância de ações (ensino de idiomas) na redução de barreiras à integração e do apoio da comunidade no reassentamento (Wanna, Seehuus, Mazzulla & Fondacaro, 2019).

Mais voltados para intervenções em prol da reconciliação após conflitos, pesquisadores no campo de refugiados em Nakivale, na Uganda, descrevem um projeto para promover saúde mental e construir competência local para prestar assistência psicológica a refugiados (Onyut et al., 2004). A importância do apoio psicossocial em Zaatari, na Jordânia, também é discutida por Coutier (2015), destacando as peculiaridades desse projeto franco-marroquino.

Outros estudos investigaram aspectos mais subjetivos, como a percepção de crianças sobre o otimismo, a satisfação com a vida e a felicidade na Palestina (Veronese, Castiglioni, Tombolani & Said, 2012), ou ainda o papel do consumo na normalidade, na dignidade e na solução de problemas dos refugiados no Quênia (Oka, 2014). Na Índia, Aggarwal (2007) traz questões de identidade, cultura e sofrimento de um refugiado *sikh* de Kashmir. Outro estudo relata experiências de vidas significativas narradas por refugiadas e refugiados congolese a técnicos de Enfermagem em Ruanda (Pavlish, 2007).

Tezanos-Pinto, Mazziotta e Feuchte (2017), por sua vez, investigam a promoção da reconciliação após as guerras da Libéria pela intensificação dos contatos diretos e prolongados entre diferentes grupos sociais, em uma análise multinível. Destacam os comportamentos

pró-sociais entre os refugiados, bem como uma crescente ampliação, nos últimos anos, das estruturas supostamente voltadas para incentivar esses comportamentos.

As intervenções mais focadas na promoção do apoio psicossocial, como veremos na próxima seção, frequentemente incluem aspectos de saúde mental. Apresentam, dessa forma, desafios teóricos e práticos relevantes, o que impacta diretamente nas possibilidades de uma avaliação objetiva, sendo necessários maiores estudos para a formulação desses critérios.

Teoria e Prática da Ajuda Humanitária: Saúde Mental nos Campos de Refugiados

Diversos trabalhos abordam os impactos da vida nos campos para a saúde mental dos refugiados. Mediante *survey*, Feyera et al. (2015) investigam os preditores da depressão entre refugiados somalis adultos no campo de Melkadida, Etiópia. Outros problemas psiquiátricos em uma clínica comunitária em Kakuma, no Quênia, são abordados por pesquisadores que defendem o estabelecimento de tais clínicas em campos nos países de baixa renda (Kamau et al., 2004).

A gravidade dos traumas nos campos é estudada por Vu (2007), a partir de sua própria experiência como refugiada. Esforços locais em áreas sensíveis de saúde mental são ilustradas pelas tentativas de se reduzir índices de suicídio entre refugiados por voluntários da comunidade do entorno de campos ao sul da Índia (Vijayakumar et al., 2017). Traumas e estressores também foram analisados no campo de Soubgandé (Burkina Faso), onde tuaregues estavam refugiados sem qualquer ajuda humanitária há quase um ano (Carta et al., 2013). Após cinco anos, alguns participantes do estudo anterior, revisitados, apresentaram melhor quadro geral, o que seria, em parte, atribuível a mudanças de ares e esperança de retorno (Carta et al., 2018).

Medidas paliativas, como a recriação de redes (*networks*) a partir de laços residuais de confiança entre refugiados em um campo na ex-Iugoslávia, são discutidas por Lemaire e Despret (2001). Outras produções trazem formas alternativas de tratamento, como o “*narrative exposure*

treatment” para refugiados em um campo na Macedônia (Neuner et al, 2002). Mais recente, um estudo indica novas formas de organização *ad hoc* em campos na Grécia (Kitching et al, 2016).

Teoria e Prática da Ajuda Humanitária: Apoio Psicossocial em Emergências

No plano teórico, antes mesmo de publicadas as Diretrizes (IASC, 2007), certos estudos contribuíram para a noção de apoio psicossocial. Galappatti (2003), por exemplo, com base em casos do Sri Lanka, revisita uma vasta gama de intervenções que já ocorriam no país. Anos depois, um programa psicossocial foi implantado em campos da Guiné para tratar traumas de sobreviventes de tortura e guerra na Libéria e em Serra Leoa (Stepakoff et al., 2006).

Strang e Ager (2003), por sua vez, apontam a grande diversidade de perspectivas para se prestar o apoio psicossocial em áreas de conflito. Apresentam um arcabouço conceitual para a compreensão do bem-estar psicossocial que poderia servir para avaliar o impacto dos eventos, notando o esgotamento e acréscimo de recursos humanos, sociais e culturais em conflitos. Ainda discutem temas sobre intervenções efetivas, apropriadas e de cunho ético em relação com a importância fundamental de facilitar o engajamento da comunidade.

Segundo Wessells (2008), a assistência psicossocial em situações de emergência presta papel de relevo no alívio do sofrimento e na promoção do bem-estar, mas frequentemente é fonte de danos não-pretendidos. Ressalta a importância de aspectos relativos à coordenação das ações, dependência, politização, avaliação, assistência de curto prazo, risco de imposição de abordagens externas, avaliação da proteção e impactos da ajuda humanitária junto às comunidades locais, de forma bastante similar às preocupações mais centrais das Diretrizes (IASC, 2007).

Alfadhli e Drury (2016), a partir de uma revisão crítica de sessenta artigos, apontam a diversidade de necessidades psicossociais e estressores nos campos de refugiados e destacam a importância do apoio baseado no próprio grupo para a saúde mental dos indivíduos. Relatam que os estressores variam conforme a fase em que se encontram os refugiados, que são mais afetados

pelos estressores diários do que pela síndrome pós-traumática, embora muitas intervenções focam somente na última. Os autores destacam também a existência de efeitos positivos do apoio psicossocial na saúde mental de pessoas deslocadas, sugerindo a visão de uma identidade comum entre os refugiados e de seu empoderamento ao ativar as redes de apoio social.

SMAPS em Emergências: Avaliação de Ações Humanitárias

As propostas de avaliação podem cobrir diferentes fases das emergências humanitárias que afetam os refugiados. Na etapa posterior à crise, a integração local daqueles que conseguem obter esta solução, foi analisada, entre outros, por Hynie (2018). Em seu estudo, destacou que o sucesso desta seria medido pelo grau de inclusão e participação econômica e social de refugiados na comunidade de acolhida, devendo ser analisados seus efeitos no contexto social, o impacto de políticas (inclusive, no caso de se criarem campos ou arranjos análogos), bem como no caso de se promover o seu reassentamento em novos países.

No que tange a análises durante os conflitos, outros trabalhos avaliativos criticam, em algum nível, programas de saúde mental e apoio psicossocial, no que tange, por exemplo, à coordenação entre agências desses programas para refugiados na Síria (Eloul et al, 2013), com a análise das capacidades e lacunas nos recursos disponíveis. Em conflitos menos noticiados, como as violentas explosões de 2012 em Brazzaville, na República do Congo, com registro de mais de 280 mortes e 15.000 desabrigados, outro artigo indicou que só um pequeno número de pessoas teria recebido esse apoio externo (Moayedoddin, Makaya & Canuto, 2014).

Ainda quanto à avaliação de intervenções dessa natureza, Burina e Burina (2016), no leste europeu, examinam áreas afetadas por conflitos na Chechênia, após a pacificação com a Rússia, no que se refere a programas de saúde mental. Para as autoras, programas com foco na superação do trauma ajudariam a reduzir o nível geral de violência entre vítimas e agressores, contribuindo para os trabalhos de reconstrução pós-conflito dessa sociedade.

Ainda quanto aos cenários ditos ‘pós-desastres’, Dückers, Thormar, Juen, Ajdukovic, Newlove-Eriksson e Olf (2018) avaliam 40 programas de intervenção em saúde mental, dos quais cerca de 15% estariam voltados para a população imigrante, refugiada ou de deslocados internos, no contexto europeu. Pelos dados obtidos junto aos coordenadores dos programas, os autores sugerem três critérios avaliativos de sua qualidade: planejamento e sistema de aplicação do programa; critérios de sua avaliação geral; e princípios psicossociais essenciais. Destacam, por fim, a necessidade de mais pesquisas para testar e aprimorar tais critérios avaliativos.

SMAPS em Emergências: Prioridades de Pesquisa e Prática Humanitária

Finalmente, certos artigos discutem prioridades de pesquisa em SMAPS. Tol et al. (2011) discutem, por exemplo, a necessidade de se definir uma agenda para fortalecer a saúde mental e o apoio psicossocial em situações humanitárias. Essa agenda enfatiza, na opinião dos autores, a geração de conhecimento prático e um melhor alinhamento entre pesquisa e prática, atenção às perspectivas da população afetada e sensibilidade ao contexto sociocultural.¹⁴

Nessa revisão sistemática, são analisadas pesquisas e práticas em 160 relatórios de ações de SMAPS em situações humanitárias (Tol et al, 2011). As cinco mais comuns, entre 2007 e 2010, teriam sido: (a) aconselhamento individual (39%), facilitação de apoio comunitário a indivíduos vulneráveis (23%), provisão de espaços amigáveis para crianças (21%), incentivo a apoio social iniciado na comunidade (21%), e aconselhamento básico para grupos e famílias (20%). A maioria seria composta de ações financiadas externamente. Entre outras possibilidades, destacam-se os efeitos promissores de fortalecer o apoio das famílias e das comunidades locais.

¹⁴ Esses autores propõem uma agenda para dez anos de pesquisa, destacando questões relacionadas à análise do problema (quatro sobre identificar estressores, problemas e fatores protetores da perspectiva das populações afetadas), às intervenções relacionadas a saúde mental e apoio psicossocial (três sobre adaptação sociocultural e a efetividade da prevenção baseada na família e escola), à administração de pesquisa e informação (duas sobre métodos e indicadores para monitoramento e avaliação) e ao contexto de saúde mental e apoio psicossocial (uma sobre se intervenções abordam as necessidades locais).

Tol et al. (2012) discutem ainda prioridades da pesquisa no tema de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS) em situações humanitárias, com destaque para: (1) a prevalência e o peso de dificuldades de saúde mental e psicossocial em situações humanitárias, (2) como implantar medidas para promover SMAPS, (3) a avaliação de intervenções SMAPS, (4) os determinantes de saúde mental e sofrimento psicossocial, e (5) a melhoria de métodos e processos de pesquisa. Problematizam, enfim, a falta de diálogo entre pesquisa e prática, pelo que a primeira deve ser mais sensível às questões geradas pelas práxis, enquanto agentes precisam considerar os achados de pesquisas para melhor delinear suas intervenções.

Quanto ao escopo das pesquisas, Halabi (2005) defende mais abordagens qualitativas em Enfermagem para servir a refugiados, especialmente palestinos na Jordânia. Sukarieh e Tannock (2012), por sua vez, destacam os problemas de pesquisas junto às comunidades extensivamente investigadas, como os palestinos em Shatila, no Líbano, sem que tais investigações evidenciem mudanças mais positivas para essas comunidades.

A problemática desta descontinuidade entre as ações de SMAPS estaria presente até os dias atuais. Longe de ser sanada, a busca por uma solução para tal lacuna teve alguns avanços importantes na segunda década do século corrente, tal como a criação da plataforma colaborativa (MHPSS.net) para a troca de experiências, comentada com mais detalhes na seção que segue.

1.1.2 Revisão sobre SMAPS nos Campos (*Mhpss.net*)

Esta revisão documental analisa os recursos disponíveis na plataforma colaborativa de profissionais relacionados a SMAPS (Mhpss.net). Na esteira da criação do IASC, esta plataforma envolve, até hoje, muitos dos participantes da elaboração das suas Diretrizes, em 2007 (Gagliato, 2018, p. 32). Pelo que se supõe da primeira notícia postada no seu endereço,¹⁵ a plataforma teria sido criada em 2010, mesmo ano de sua rede social no Facebook.¹⁶

¹⁵ Cf.: <https://app.mhpss.net/iasc-guidelines-on-mental-health-and-psychosocial-support-in-emergency-settings>.

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/MHPSSN/>

Dos mais de 10.500 *recursos*¹⁷ publicados desde então na plataforma, apenas 73 listados foram listados na busca simples sob o indexador “*camps*” (Inglês ou Francês), e 12 sob “campos” (Português ou Espanhol).¹⁸ Refinados por relevância e afinidade com a relação entre SMAPS e os campos e/ou refugiados, um total de 50 destas publicações foram selecionadas para a análise.

A revisão de literatura aqui realizada pode ser denominada “sistemática” (Rother, 2007), uma vez que adotou certos métodos tanto para a seleção, quanto para a análise da amostra. Como citado previamente, a amostra extraída da plataforma Mhpss.net correspondeu a 50 trabalhos com relevância e afinidade aos temas de SMAPS e/ou campos de refugiados.

Para a seleção da amostra, o total de menções a estes termos em cada texto foi planilhado no Excel, de forma a definir a “relevância” para a análise. Como critério de inclusão, cada texto deveria possuir ao menos uma menção ao termo “campos de refugiados” ou, alternadamente, 15 (quinze) ou mais menções a “campos” e/ou a “refugiados”. Essa definição, portanto, ainda que em parte baseada em critérios subjetivos, traz na parte “objetiva” da amostra a possibilidade de verificação, por pesquisas futuras, dos critérios de sua seleção.

Oportuno ainda lembrar que, no geral, tais textos não são produzidos prioritariamente na plataforma — sendo a ela posteriormente anexos pelos seus colaboradores — o que confere um caráter altamente diverso a essa base de dados. Na amostra, no entanto, alguns padrões puderam ser observados ao se planilhar tais trabalhos ao longo de todo esse período de quase vinte anos.

Em primeiro lugar, entre a primeira e a segunda década analisadas, para além do aumento quantitativo de trabalhos, houve mudanças tanto no perfil das autorias quanto no tipo do estudo. Na primeira década (1999 a 2010), foram dezoito trabalhos autorais de pessoas físicas, dos quais apenas um teve apoio de uma organização. No período seguinte, a situação se inverte: apenas sete textos autorais contra vinte e cinco institucionais — não só das Nações Unidas (OCHA, IASC,

¹⁷ Seção “*Resources*”: <https://app.mhpss.net/resources/>

¹⁸ Disponível em: <https://app.mhpss.net/resources/?s=camps>

Unicef, ACNUR), como ainda de organizações não-governamentais, como: *International Medical Corps* (IMC), *World Vision*, *Center for Victims of Trauma* (CVT), *Save the Children*, e outras.

Para descrever suas características, os textos foram submetidos à análise temática (Braun & Clarke, 2006). Os quatro temas foram codificados a partir dos próprios dados, conforme segue.

Noções de SMAPS em Emergências Humanitárias

Para este tema, foram selecionados textos que de algum modo antecederam às Diretrizes (IASC, 2007). Em comum, além da década de publicação, tais textos contribuem para a discussão acerca da evolução das noções de “saúde mental” e “apoio psicossocial” nesse meio.

John Ehrenreich (2002), por exemplo, redigiu um manual sobre os efeitos emocionais dos desastres e da subsequente ajuda na comunidade afetada, bem como sobre esses efeitos nos seus prestadores. O texto referencia outro manual do autor, infelizmente ainda não indexado na base Mhpss.net, em que trata das intervenções psicossociais em meio a desastres (Ehrenreich, 2001).

Outro modelo de intervenção psicossocial a partir da práxis junto aos sobreviventes do genocídio em Ruanda foi descrito por Scholte, Van de Put e de Jong (2004). Os autores analisam intervenções em campos na Tanzânia (360 mil refugiados) e no Zaire (230 mil), destacando os efeitos prejudiciais da insegurança e da insuficiência de serviços sociais na sua implantação.

No mesmo continente, a psiquiatra Lynne Jones (2004) descreve em seu diário pessoal os “desafios práticos” e dos “dilemas morais” em torno dos serviços e das demandas de saúde mental em campos de refugiados sudaneses na fronteira com o Chade. Sem mencionar o termo “psicossocial” sequer uma vez, a autora ilustra, com alguns casos, diversos fatores pelos quais a “saúde mental” seria indissociável das condições materiais de vida dos indivíduos.

No Norte global, Lynn Loar (2004), a partir da sua experiência junto a refugiados em São Francisco nos anos 1990, sugere intervenções, com foco no desenvolvimento infantil, que seriam

factíveis nos campos de refugiados ou em contextos de conflitos, onde os recursos são escassos. Nesse texto, porém, ainda não constam os termos ‘psicossocial’ ou ‘saúde mental’.

A psicóloga Rachel Tribe (2004), por sua vez, aborda criticamente uma intervenção junto às crianças abrigadas em campos para deslocados internos no Sri Lanka, criados no início dos anos 1990. Tribe (2004, p. 114) indica que os termos “psicossocial” ou “holístico”, utilizados para caracterizar a intervenção, trazem a visão da saúde psicológica como parte de uma matriz de fatores variados (sociais, comunitários, espirituais, e sociopolíticos).

Em outro Sri Lanka, logo após o tsunami de 2004, Karin Jordan (2006) disserta sobre a provisão de treinamento para profissionais de saúde mental por um trabalhador voluntário de uma organização internacional e sobre os diálogos interculturais ocorridos para a elaboração da grade curricular. Mesmo assim, o termo ‘psicossocial’ ainda não aparece nesse artigo.

De Winter (2007) estuda o desenho e a prática das intervenções ditas ‘psicossociais’ que conheceu durante sua visita a quatro campos para deslocados internos ao sul de Darfur (Sudão). Ausente desse estudo, todavia, mais voltado para o ‘desenvolvimento’ de crianças e adolescentes, está a expressão ‘saúde mental’.

Josi Salem-Pickartz (2007) relata que esteve a serviço da CARE International na Jordânia para treinar refugiados em aconselhamento comunitário ao longo de 2004, tendo acompanhado os impactos de suas ações até o final de 2005. Em seu relato, disserta ainda acerca dos principais componentes e desafios de uma intervenção psicossocial nesses cenários.

Ainda em busca de parâmetros para avaliar intervenções psicossociais, Bolton et al (2007) realizaram um *trial* junto a 314 adolescentes em campos para sobreviventes dos conflitos armados na Uganda, em 2005. Sobre os impactos dessas intervenções, foram obtidos dados psicométricos menos significantes entre os meninos que entre as meninas (para sintomas de depressão).

Rebecca Horn (2009), enfim, atuou em campos para deslocados de Kitgum (Uganda) pela organização *Jesuit Refugee Service* (JRS). Em abril de 2006, buscou priorizar as demandas dos

residentes nos campos. Nos resultados, indica que a saúde mental era “raramente” abordada por essas pessoas, ao contrário de demandas econômicas e sociais, ditas mais “estruturais”.

Centralizando ‘SMAPS’ na Ajuda Humanitária

Este tema reúne 13 trabalhos publicados na segunda década deste século (2010 a 2020). Entre si, partilham a preocupação central com investigar diferentes situações de emergência e suas respectivas intervenções em SMAPS, com certa diferença quanto ao fator temporal. Pouco após a eclosão das emergências, as demandas são relativas a lacunas, como a falta de diretrizes, serviços e/ou pessoal após o terremoto no Haiti (Cherblanc, 2010) ou a crise na Líbia (Schaefer, 2012). Quando se passou algum tempo, as demandas são mais relativas a ações em curso, como a qualificação dos serviços nos campos já existentes (Tankink et al, 2010; Reiffers et al 2013).

Marion Cherblanc (2010) coordenou a pesquisa-ação do Grupo URD (sigla em Francês, “*Urgence – Réhabilitation – Développement*”) no Haiti, nove meses após o terremoto devastar o país. Entre os principais desafios, o Grupo relata certa “desconfiança” dos agentes humanitários a serem entrevistados para este estudo sobre a temática psicossocial nos campos para deslocados internos. Na percepção desses agentes, a atenção excessiva da mídia quanto a esta pauta arriscava transformá-la em certo “fenômeno de circo” (Cherblanc, 2010, p. 8).

Naquele ano, um estudo da *HealthNet TPO*¹⁹ buscou avaliar a situação e as demandas de SMAPS em seis campos (três na Tanzânia, dois em Ruanda e um no Burundi), somando 150 mil refugiados (Tankink et al, 2010). O estudo, além de distinguir entre transtornos mentais “comuns” e “severos”, afirma que “problemas psicossociais” seriam causados “. . . por disfunção social do indivíduo e/ou problemas interpessoais em sua família ou rede social”, os quais poderiam ainda agravar transtornos nas pessoas com “vulnerabilidade pré-existente” (Tankink et al, 2010, p. 11).

¹⁹ Criada pelos Médicos Sem Fronteiras como *HealthNet International*, foi renomeada ao se fundir à *Transcultural Psychosocial Organisation*, em 2005. <https://www.healthnettpo.org/en/who-we-are>

Ainda em África, Lennart Hernander (2011), representante da organização LWF/DWS, dá seu relato da situação nos novos campos em Dadaab. No documento, o termo “psicossocial” está relacionado à “educação”: defende que os programas incluíam também crianças recém-chegadas, minimizando o “impacto psicossocial do conflito” ao dar-lhes um senso de “normalidade”.

A fim de melhor informar suas ações face à crise na Líbia, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) elencou os recursos psicossociais disponíveis para esses imigrantes no Chade, com base em entrevistas colhidas por uma semana em N’Djamena e em Mao (Schaefer, 2012). Poucas agências prestavam assistência psicossocial e havia apenas um serviço psiquiátrico estatal à época, de modo que boa parte dessas ações eram desempenhadas pela sociedade civil.

No mesmo ano, o IASC (2012) lança o manual sobre SMAPS em situações de emergência para atores envolvidos na coordenação e gestão dos campos — não contemplados nas Diretrizes (IASC, 2007). Delineia, entre outros, princípios de ação, desafios operacionais e recomendações sobre o que fazer (ou não), tanto na fase emergencial, quanto na pós-emergencial.

Reiffers et al (2013) revisam as ações de apoio psicossocial prestadas pela organização não-governamental *Transcultural Psychosocial Organization (Nepal)* em parceria com o ACNUR no leste nepalês a milhares de refugiados Butaneses, residentes nos campos à época havia já mais de duas décadas. Além das recomendações para fortalecer os serviços já existentes, em particular para as populações mais vulneráveis, sugerem cooperar com as estruturas locais e internacionais onde houver esse interesse e disponibilidade, em especial por parte do governo de acolhida.

Em Dadaab, Peter Ventevogel (2013) conduziu uma investigação sobre as demandas de SMAPS e os serviços desejáveis para supri-las, dois anos após a expansão dos campos. No final, traz treze recomendações sobre: agentes e voluntários (“*staff*”) e sua formação (1, 3, 4, 7, 8, 9); escopo das intervenções (2, 6, 11, 12); recursos e pessoal disponíveis, ou sua falta (5, 10, 13).

A fim de investigar se tais lacunas seriam, em parte, minimizadas pela educação formal de refugiados e deslocados internos, uma revisão sistemática de dez publicações na área da saúde

(Ehiri et al, 2014) debate essa questão com foco nos campos em África, Ásia e América Central. Entre os resultados, essa revisão indica a falta de evidências sobre eventuais benefícios de treinar refugiados e deslocados para a provisão de serviços de saúde, em sentido amplo, nos campos.

Por sua vez, Kane et al (2014) analisaram o tratamento de saúde mental, neurológica e/ou do sobreuso de substâncias na atenção primária em saúde de 90 campos de refugiados situados em 15 países de renda “baixa” ou “média”. As disparidades nos resultados foram atribuídas, para além da diversidade demográfica e geográfica, a fatores como o escopo da formação médica, a acessibilidade e qualidade do tratamento, bem como a disponibilidade de medicação (Kane et al, 2014, p. 7). Recomendações incluem inserir a perspectiva dos refugiados sobre os sintomas e os modos de buscar ajuda na formação dos profissionais e serviços de saúde nos campos.

No ano seguinte, é publicada a avaliação do apoio psicossocial ofertado a crianças sírias na Jordânia (UNICEF, 2015). O relatório traz “boas práticas” a serem seguidas a partir das “lições aprendidas” em campo. A respeito do tema em foco, a UNICEF (2015, p. 67) indica que:

. . . espaços seguros para a criança e atividades desportivas por si só não constituem apoio psicossocial, a menos que incluam um forte foco na proteção da criança e intervenções psicossociais estruturadas que levem a seu bem-estar e sejam acompanhados por um forte processo de mobilização comunitária e por um sistema de referência.²⁰

Com foco em saúde mental, a *Center for Victims of Trauma* (CVT) conduziu um *survey* em dois campos na Etiópia — Adi Harush e Mai Ayni —, junto a refugiados adultos da Eritreia (Golden, 2017). Entre os respondentes, 51% em Mai Ayni e 62% em Adi Harush estavam cientes dos serviços relativos a SMAPS, acessados por cerca de um terço dos refugiados. No geral, foi indicado que a saúde mental importaria mais que outras questões (materiais e econômicas) no seu cotidiano — resultado mantido na repetição do *survey* anos depois (Peters & Golden, 2020).

²⁰ No original, em Inglês: “. . . UNICEF indicated that safe spaces, child friendly spaces and sports activities alone do not constitute psychosocial support, unless they include a strong focus on child protection and structured psychosocial interventions leading to the wellbeing of children and are accompanied by a strong community mobilization process and a referral system.”

Por fim, no intuito de ponderar os estressores relativos a eventos anteriores ao refúgio e aqueles relativos ao cotidiano dos campos, Riley et al (2017) abordaram refugiados rohingya em Bangladesh. Enquanto nenhuma relação direta foi encontrada entre a exposição desta população a eventos traumáticos e depressão, a sintomatologia desta doença apresentou relação forte e direta com os estressores cotidianos trazidos pelos participantes do estudo.

Apesar das diferenças metodológicas e até mesmo nos resultados e respectivas conclusões dos estudos aqui reunidos, é nítida a relevância crescente do tema nas intervenções humanitárias nos últimos anos. Este comportamento tem-se mantido nos demais temas analisados a seguir.

SMAPS e Relações Interpessoais

Este tema reúne treze estudos a respeito das relações interpessoais de quem ou vive nos campos ou deles procede, sob o prisma da ajuda humanitária. Os aspectos mais abordados versam sobre o gênero, a etnicidade, a faixa etária, entre outros traços comuns a certos grupos sociais.

No começo do período analisado, Schrijvers (1999) registra certa fluidez na representação das mulheres nos campos para deslocados internos do Sri Lanka, a partir do estudo dos discursos a seu respeito. Elas eram então vistas como: a) “promíscuas”, no discurso neoconservador sobre os “bons costumes”; b) “vulneráveis” e “dependentes da ajuda”, pelas agências humanitárias; ou c) “fortes, resilientes e emancipadas”, segundo algumas dentre elas mesmas (Schrijvers, 1999).

Na década seguinte, com o acirramento dos conflitos que levaram à bipartição do Sudão, em 2011, foi investigado o rompimento e o posterior restabelecimento dos laços familiares de sudaneses reassentados para os EUA (Luster et al, 2007). Os participantes se referem aos campos como um período de incertezas, no qual o apoio emocional dos amigos e de cuidadores adultos teria sido “vital” para sua sobrevivência (Luster et al, 2007, p. 449).

Streel e Schilperoord (2010) trazem as consequências diretas e indiretas do abuso de substâncias na Guiné e no Quênia, não só na área médica (danos físicos a si ou a outrem), como

ainda na psicológica (agravamento ou surgimento de distúrbios), sócioeconômica (perdas culturais, esmorecimento de valores comunitários) e na comportamental (violência interpessoal e outras condutas antissociais), listando recomendações para buscar mitigá-las nos campos. Brewer (2010) pondera que algumas soluções para o problema podem não ser factíveis nesses contextos.

Pouco depois, o “Estudo Internacional sobre Homens e Igualdade de Gênero” (IMAGES) investiga os efeitos dos conflitos no Congo (RDC) nas relações de gênero (Slegh et al, 2012). Nos resultados preliminares, pontua que as demandas de apoio psicossocial masculinas, assim como as femininas, devem ser consideradas pelos programas de reconstrução do país. Ainda na RDC, outro estudo indicou que os “espaços seguros para as crianças” entre deslocados internos seriam, embora precários: inclusivos de crianças, frequentados regularmente pela maioria delas, e fator de melhora no seu bem-estar psicossocial (Eyber et al, 2014). Entre suas recomendações, os autores advogam por melhorar a infraestrutura e a participação da comunidade local nesses espaços.

Weissbecker (2013), em relatório para a *International Medical Corps* (IMC), analisou serviços e ações de saúde mental nos campos de Dollo Ado, Etiópia, à época com menos de cinco anos de existência e mais de 180 mil habitantes, na maioria somalis. Os dados coletados por cerca de um mês trazem “conceitos locais” em saúde mental (que incluem os sintomas e os tratamentos, classificados segundo os graus de dano à harmonia entre os grupos) e apontam algumas lacunas em SMAPS sob a ótica dos participantes (refugiados e agentes humanitários).

Com o agravamento da crise síria, são estudados ainda os efeitos do isolamento vivido pelas mulheres e meninas refugiadas ao norte da Jordânia, em cidades fronteiriças (Boswall & Al Akash, 2015). As autoras destacam que tais efeitos seriam potencialmente mais danosos — tanto às populações refugiadas, quanto à comunidade local — se não houvesse, entre outros, a história compartilhada por ambas, sobretudo através de vínculos de parentesco seculares na região.

Em 2016, grupos de apoio à saúde mental em quatro países (Togo, Madagascar, Líbano e Sudão do Sul), geridos pela organização *Handicap International*, são avaliados em outro estudo

mediante entrevistas e visitas de campo (Calvot & Pégon, 2016). Para a organização em questão, o sofrimento mental pode acarretar: “. . . incapacidades físicas (orientação, memória, relação com a realidade, etc.), intelectuais (compreensão, ideação) ou psicosociais (interação com os outros)” (Calvot & Pégon, 2016, p. 20).²¹ Nota-se, então, a grande proximidade entre a noção de SMAPS e as relações interpessoais nesta visão organizacional.

Em 2017, Duhok, capital da Região do Curdistão no Iraque (em Inglês, KRI) sediou um evento para debater a assistência psicossocial a mulheres afetadas pela violência sexual e baseada em gênero em “espaços seguros” (longe dos conflitos) no Líbano, Síria, Turquia, Iraque e KRI (Mlodoch, 2020). As participantes destacam que, para obter o “empoderamento” das mulheres atendidas nesses espaços, a abordagem “holística” das questões psicológicas deveria estar ao lado dos processos de mediação entre estas mulheres e suas famílias, das quais só se deveriam afastar em último caso, considerando central o seu melhor interesse. Além disso, o relatório também traz observações interessantes sobre o trabalho das organizações participantes junto aos homens, aos líderes religiosos e sobre o papel da mídia nesses cenários.

No mesmo ano, a organização *Plan International* (2017) relata suas experiências junto aos Comitês de Proteção a Crianças na Etiópia, em três campos para refugiados do Sudão do Sul. Ressalta, entre outras, a importância do mapeamento de atores, grupos e redes (formais ou não) já existentes na comunidade previamente ao apoio ou à criação de estruturas novas para a proteção de alguns dos seus membros. A relação com SMAPS, no entanto, não foi trazida nesse relato.

A organização *Save the Children* (Myers & Aoun, 2017), por sua vez, para denunciar as precárias condições de vida e de saúde mental nos campos da Grécia, entrevistou dez funcionários da organização e cerca de vinte famílias residentes nos campos em 2016, com foco nos principais impactos dessas condições nas crianças. Alguns desses impactos, como as tentativas de suicídio

²¹ No original, em Francês, e na íntegra: “*Toujours selon Handicap International, lorsque ces problématiques se chronicisent, les personnes vivant avec ces deux types de troubles peuvent développer des incapacités de types psychiques (orientation, mémoire, rapport à la réalité, etc.), intellectuelles (compréhension, idéation) ou psychosociales (interaction avec les autres)*”. Tradução livre.

ou automutilação, foram vistos como possíveis imitações de comportamentos dos adultos diante da rápida deterioração das condições nos campos.

Todas essas questões e desafios ficam ainda mais complexos em tempos de “crise”. Nesta quebra da normalidade cotidiana, no entanto, os serviços de SMAPS continuam a atuar, ao menos desde o início do século XXI, tal como se verá na próxima seção.

SMAPS em Tempos de Crise

Diversos estudos, por fim, abordaram os desafios prementes das intervenções em meio a graves crises ou emergências humanitárias. Para além dos impactos estruturais dos campos, as intervenções humanitárias no geral e as relativas a SMAPS podem ainda ser afetadas pelo meio no qual esses arranjos se inserem, não raramente classificados como ambientes de ‘crise’.

Entre os trabalhos que tratam do tema dessas crises, portanto, há os relatos de voluntários do começo do século, ainda antes das Diretrizes (IASC, 2007). Em um desses estudos, a atuação artística de uma companhia teatral foi vista como um mecanismo de se trabalhar a responsividade emocional da população afetada pelos conflitos prolongados no Sri Lanka (Thompson, 2003).

Pouco depois, no Sri Lanka devastado pelo tsunami, um voluntário relata sua experiência com intervenções circenses na organização Palhaços sem Fronteiras, atuando junto à população deslocada pelo desastre (Bortoleto, 2005). As suas ações faziam parte de uma missão mais ampla, coordenada pelos Médicos Sem Fronteiras (MSF), cujo incentivo à cooperação entre profissionais de diferentes áreas teria colaborado, na visão do autor, para o sucesso da empreitada.

Na década seguinte, com a popularização das redes e das tecnologias de compartilhamento de dados, as organizações passam a relatar com mais frequência sobre as situações humanitárias. No Chifre da África, por exemplo, um relatório publicado em setembro atualiza os dados do mês anterior sobre o deslocamento forçado de somalis e sudaneses na região (OCHA, 2011). No texto

em questão, o termo “psicossocial” aparece uma única vez, relacionado ao apoio a sobreviventes de violência de gênero prestado pelos agentes do setor de “proteção” (OCHA, 2011, p. 6).

No ano seguinte, uma publicação busca denunciar graves alegações de tráfico de pessoas e tortura na região do Sinai (Van Reisen et. al, 2012). Depois de coletar mais de cem entrevistas por meio telefônico junto a pessoas (em sua maioria, eritreus) em situação de cárcere, seus carcereiros e familiares, as pesquisadoras publicam os dados e suas conclusões, inclusive acerca da parcela de responsabilidade da União Europeia (em particular, da Itália) no agravamento desta crise.

Diante dos influxos crescentes de deslocados à força nos centros urbanos, um estudo da Cruz Vermelha (Grayson & Cotroneo, 2018) analisou os impactos desse deslocamento em quatro cidades (no Iraque, na Somália, na Nigéria e em Honduras). Segundo as autoras, as ações fora dos campos seriam menos estruturadas do que nos campos, sobretudo dada a escassez de estudos em zonas urbanas baseados em dados “sólidos” (Grayson & Cotroneo, 2018, p. 10).

Coincidentemente, os últimos recursos agrupados neste tema foram produzidos durante a atual pandemia. Em se tratando de uma situação ainda em curso, cujos desdobramentos tardarão a serem analisados em profundidade por pesquisas futuras, terá uma seção inteira dedicada a pontuar os principais pontos para a sua reflexão, a partir dos documentos revistos, como se segue.

1.1.3 Revisão sobre SMAPS na Pandemia (*UNHCR Data Portal*)

Desde princípios de 2020, sob a ameaça de surto ou disseminação do vírus denominado Covid-19, a nível global, as relações interpessoais tem estado no centro do debate relativo ao distanciamento e isolamento que se deveria praticar para combater essa ameaça. No tocante a SMAPS nos campos, a revisão de documentos se debruça sobre as diretrizes (“*guidance documents*”) do ACNUR que estão disponíveis e acessíveis no portal de dados sobre os impactos da pandemia nas populações refugiadas (*Covid-19 Data Portal*).²²

²² United Nations High Commissioner for Refugees / UNHCR (2020). Operational Portal - Global Situations: Covid-19. <https://data2.unhcr.org/en/situations/covid-19>

Nos primeiros 12 meses pandêmicos (março/2020 a março/2021), 110 publicações foram indexadas nesta base. Segundo as ferramentas de busca, alguns desses documentos aludem a setores específicos da ajuda humanitária, nomeadamente: a) Coordenação e gerenciamento de campos (02); b) Assistência financeira (02); c) Educação (03); d) Segurança alimentar (11). Notou-se, porém, que nem todos os documentos listados na plataforma haviam sido classificados segundo esses setores, não servindo enquanto “temas” para os fins desta análise temática.

Em seguida, essas 110 publicações foram submetidas a nova busca, desta vez por palavras relativas a SMAPS (MHPSS, em Inglês). A busca por “*mental [health]*” e “*psychosocial*” indicou que a pauta de saúde mental e apoio psicossocial possui certa notoriedade na base em questão, onde responde por cerca de um quarto da produção indexada (cerca de 22 documentos).

Já o tema específico das pessoas refugiadas não teve o mesmo destaque: para a busca por “*refugee*”, apenas cinco textos foram encontrados. Para a busca por “*camps*”, houve apenas dois resultados (dos quais um se referia a contextos de “fora” dos campos). Isto não quer dizer, necessariamente, uma baixa “repercussão” do tema — ao contrário: cada um destes textos teve centenas de acessos na plataforma, como se verá mais adiante.

Somando esses resultados com eliminações por repetição ou falta de afinidade, ao todo 13 (treze) publicações foram selecionadas para a análise. Sendo uma amostra razoável (dez por cento do total), terão aqui o seu conteúdo brevemente revisto por ordem cronológica, dentro dos três grandes temas definidos na análise temática (Braun & Clarke, 2006), conforme segue.

O “Início” do Primeiro Ano Pandêmico

De março a maio de 2020, cinco documentos foram selecionados. No primeiro de março, o IASC lança o “*Guia Preliminar: Como Lidar com os Aspectos Psicossociais e de Saúde Mental Referentes ao Surto de Covid-19 (Versão 1.5)*” em 18 idiomas. Desses, tiveram mais acesso as versões em Alemão, Grego e Coreano, com 200 a 300 *downloads* a mais que as versões em outros

idiomas. O *Guia* traz noções gerais das Diretrizes (IASC, 2007) sobre SMAPS em emergências e certas especificidades pandêmicas, embora sem menções textuais a “campos” ou “refugiados”.

Aos 23 de março, o IASC lança a segunda publicação selecionada para análise, intitulada “*Interim Guidance on COVID-19 for Outbreak Readiness and Response Operations - Camps and Camp-like Settings*”. Em oito tópicos, busca preparar para responder com prontidão (“readiness”) às demandas específicas da pandemia de COVID-19, mediante “parceria multi-setorial efetiva” em situações humanitárias (as quais incluíram os campos e arranjos análogos). Com mais de 600 downloads até o momento, o texto em questão, publicado apenas em Inglês, menciona SMAPS no sétimo (entre os serviços essenciais de saúde) e no segundo tópico (sobre as comunicações de risco e o engajamento da comunidade), citando “refugiados” entre os casos especiais de Proteção.

Em abril, foi indexada publicação da Organização Mundial da Saúde (OMS) sob o título: “*Preparedness, prevention and control of coronavirus disease (COVID-19) for refugees and migrants in non-camp settings*”. Embora focada em centros urbanos e industrializados, e dessa forma excluindo os campos, a nota faz alguns apontamentos relevantes para o setor de SMAPS nos seus Princípios Norteadores (nº 01) e nas suas Recomendações (nº 3, 15, 20 e 21).

Aos quatro de maio, na nota publicada pela *Coalizão* de agências das Nações Unidas para *Grandes movimentos de pessoas, deslocamento e resiliência*,²³ comparece um discurso, por vezes, mais incisivo em pontos relativos a pessoas deslocadas à força em meio à pandemia de COVID-19. Embora com atuação restrita à Europa e Ásia Central, o seu texto aborda questões sensíveis, raramente encontradas em outros documentos oficiais, como ao citar o *status* jurídico dessas pessoas para dizer que o mesmo não deveria ser uma barreira no seu acesso à saúde, ou para classificar os serviços de SMAPS como *críticos* em tais circunstâncias.

Por último, aos 08 de maio, o ACNUR fecha o período na amostra com sua posição sobre o papel do Pacto Global sobre Refugiados na resposta global à pandemia com um texto que teve

²³ Disponível em: <https://unece.org/issue-based-coalition-large-movements-people-displacement-and-resilience>. [20 mai 2022].

quase mil acessos. Notoriamente, o primeiro Fórum Global sobre Refugiados fora apenas meses antes, em dezembro de 2019, de maneira que, embora aclamado pela organização como “. . . um verdadeiro marco na construção da solidariedade com os refugiados do mundo e os países e comunidades que os acolhem” (ACNUR Brasil, *site*),²⁴ ainda era muito cedo para ter criado raízes de fato. O conteúdo desta publicação é eminentemente institucional, destacando “boas práticas” na inclusão de pessoas em situação de refúgio na resposta à pandemia por diversos países sem, no entanto, chamar muita atenção para eventuais desafios ou barreiras burocráticas encontradas.

O “Meio” do Primeiro Ano Pandêmico

Quatro publicações de junho de 2020 foram selecionadas nesta base. As duas primeiras, com mais de 600 acessos cada, discorrem sobre a práxis do ACNUR no contexto pandêmico com foco em SMAPS. A primeira, publicada no dia 11 com o título “*UNHCR’s Emerging Practices on Mental Health and Psychosocial Support*”, ilustra a parte conceitual com relatos de vários países (Colômbia, Síria, Nigéria, Iraque, entre outros) do mundo. Já no dia 14, a publicação “*UNHCR MENA - Mental Health and Psychosocial Response during COVID-19 Outbreak*” se retringe ao Oriente Médio e Norte da África (em Inglês, “MENA”: *Middle East and North Africa*), com um foco maior sobre os “desafios” a serem enfrentados do que nas “boas práticas” da organização.

Em seguida, ainda em junho, consta a publicação “*IASC Guidance on Basic Psychosocial Skills - A Guide for COVID-19 Responders*”. De caráter mais didático e com foco nos prestadores de SMAPS, o guia ilustrado, que já possui mais de 770 acessos, traz um conjunto habilidades (“skills”) consideradas “básicas” para o [apoio] psicossocial. Este conjunto está dividido em cinco módulos: 1) O seu [dos prestadores] bem-estar; 2) Comunicação de apoio a interações cotidianas; 3) Ofertar apoio prático; 4) Apoiar pessoas com estresse; 5) Ajudar em situações específicas. O

²⁴ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/forum-global-sobre-refugiados/>. [20 mai 2022].

último módulo cita explicitamente a situação de refúgio e deslocamento forçado, delineando as demandas específicas dos campos de e arranjos análogos em um breve parágrafo sobre esse tema.

Em quarto lugar, com mais de quatro mil acessos até então, a publicação *“IASC Guidance on Operational Considerations for Multisectoral Mental Health and Psychosocial Support Programmes during the COVID-19 Pandemic”*, lançada aos 30 de junho, teve por objetivo central complementar a nota emitida no primeiro de março de 2020, anteriormente citada. Por sua grande abrangência, não soma tanto à questão específica das pessoas em situação de refúgio, ainda que estejam listadas entre as com maior probabilidade de requerer “atenção especial” nesse contexto.

O “Fim” do Primeiro Ano Pandêmico

Em setembro de 2020, o ACNUR publica um relatório das ações em prol da educação em situações de refúgio. Intitulado *“Coming Together for Refugee Education”*, com estudos de casos produzidos a partir de dados coletados em doze países ao longo de 2019: Chade, Etiópia, Iraque, Jordânia, Líbano, Paquistão, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Turquia e Uganda. Ainda sem grande destaque para a temática de SMAPS, como muitos desses países concentram a ajuda humanitária nos campos de refugiados, notadamente em África, o documento traz ainda reflexões sobre os impactos da pandemia nessas comunidades à luz dos dados coletados no ano anterior.

Na esteira da publicação anterior, o ACNUR lança, em dezembro de 2020, um manual que se denomina *“Covid-19 Refugees’ Return To Schooling Guidelines”* e trata justamente do retorno às aulas com as vacinações em massa para maior controle da pandemia ao redor do globo. Com mais de 700 acessos na plataforma até o momento, possui um capítulo inteiro voltado à melhoria dos programas de SMAPS, ainda que sem muita distinção entre os campos e os centros urbanos.

Em janeiro de 2021, a penúltima publicação da análise anunciava um estudo da práxis do ACNUR e seus parceiros junto a pessoas refugiadas na pandemia, a ser lançado em 2022. Até a

defesa desta tese, no entanto, o referido estudo, se realizado, ainda não havia sido indexado nesta base de dados.

Em março de 2021, a publicação do ACNUR intitulada “*Protecting Forcibly Displaced Women and Girls during the COVID-19 Pandemic*” (a última do período em questão) nomeia um único “campo” (Tongogara, no Zimbábue), citando entretanto meninas e mulheres refugiadas em diversos países. Por fim, não cita SMAPS ou “saúde mental”, mas traz seis menções ao radical “psi”: a) “apoio psicossocial” (02); b) “primeiros-socorros psicológicos” (01); c) “pronto-socorro psicossocial” (01); d) “psicólogos” (01); e) “aconselhamento psicossocial” (01).²⁵

No geral, portanto, os resultados ao longo do período analisado demonstraram algum grau de inconsistência na intersecção entre pessoas em situação de refúgio, ações de SMAPS e campos ou arranjos análogos. Antes de passar à discussão dos aspectos ditos e não-ditos nesses discursos “oficiais”, portanto, e o que eles possivelmente permitem desvelar, a próxima seção realiza ainda uma análise crítica das Diretrizes do IASC (2007) sobre a provisão de SMAPS em emergências.

1.1.4 SMAPS Relações Interculturais: Análise das Diretrizes (IASC, 2007)

A presente seção analisa as menções ao termo “cultura” nas Diretrizes do IASC (2007) com uma breve descrição de cada parte do documento com tal menção. Importa notar os limites a este método para o texto em questão, uma vez que se trata de tradução, ainda que oficial. Estando atualmente disponível em 13 idiomas,²⁶ foi utilizada a versão traduzida para o Português nesta análise, a qual contava ainda com pequenos trechos não-traduzidos da versão original.

Será aqui aplicado o método da *codificação teórica* (Flick, 2004). No geral, a codificação teórica busca tornar a interpretação de um texto mais controlável, com vistas à sua abstração e uma eventual teorização. De fato: “A partir dos dados, o processo de codificação conduz ao

²⁵ No original (Inglês): “*psychosocial support*” ou “*psycho-social support*”; “*psychosocial first aid*”; “*psychological first aid*”; “*psychologists*”; e “*psycho-social counselling*”. Tradução livre.

²⁶ Cf. *IASC Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings*. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-force-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings/iasc-guidelines-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings-2007>. [10 jan 2022].

desenvolvimento de teorias através de um processo de abstração” (Flick, 2004, p. 189). Assim, tal codificação não se esgota na coleta, mas busca contribuir para a discussão e análise desses dados ao desvelar seus aspectos que, de algum modo, carecem de maior precisão conceitual.

Acerca da coleta, a princípio, importa chamar a atenção para alguns resultados. Uma busca simples pelo termo ‘cultura’ no texto das Diretrizes retornou 155 resultados, dos quais 22 foram descartados, sendo 10 descartes por repetição e 12 por pertinência. Dessa forma, somente foram computadas as menções contidas no corpo do texto (e não nas referências, por exemplo).

As 133 menções restantes foram submetidas à codificação aberta, que marca a fase inicial da interpretação textual nesse método. Nessa fase: “As expressões são classificadas por suas unidades de significado (uma única palavra, sequências curtas de palavras) a fim de unir anotações e, sobretudo, "conceitos" (códigos) a estas" (Flick, 2004, pp. 189-190).

Foram determinadas, nesta etapa inicial, seis unidades de significado: “cultura” (n = 28), “cultural” (n = 11), “culturas” (n = 10), “culturais” (n = 51), “culturalmente” (n = 25) e “sociocult” (n = 8). Em seguida, estas unidades foram submetidas a uma codificação axial, pela qual foram aglutinadas, assim, nas categorias: a) Cultura/s; b) Cultural/is; c) Culturalmente.

Na codificação seletiva, última etapa deste método, o critério de seleção dos códigos anexos a cada categoria foi o quantitativo. Ou seja: cada código deveria ocorrer ao menos duas vezes na sua categoria para ser contado como parte dessa categoria. Códigos de menção única (como “apropriação” ao lado de “cultural”) foram deixados de fora da análise.

Assim, as considerações que seguem para cada uma das três categorias supracitadas não contabilizaram, ao todo, 35 menções de ocorrência única no texto. Algumas dessas menções eram, inclusive, muito próximas, no campo semântico, de outras que foram selecionadas para a análise (como “regras” e “normas”). Optou-se, entretanto, por manter essa separação, de modo que os totais pudessem ser verificados por estudos futuros, caso necessário.

Não se deseja com isso inferir que as passagens excluídas não eram de alguma forma relevantes. Apenas ocorreu de não passarem no critério adotado. Isto posto, passaremos em seguida à descrição das três categorias em análise, com destaque para os códigos anexos a cada unidade de significado, bem como a frequência com que aparecem no texto.

Categoria: “Cultura/s”

Esta categoria foi obtida com a junção de duas unidades de significado: ‘cultura’ (n = 28) e ‘culturas’ (n = 10). Com relação a cada uma, foi verificado o código mais próximo, ou seja: qual a palavra (ou partícula lexical) relacionada a essa unidade mais determinava seu sentido.

A primeira unidade de significado (‘cultura’) esteve muito relacionada ao código ‘local’ (n = 14), na expressão ‘cultura local’; em menor frequência, compareceu no texto ora como um termo genérico inespecífico (n = 4), ora especificada pelo artigo definido ‘a’ (n = 6). A segunda (‘culturas’), por sua vez, esteve mais próxima aos códigos ‘algumas’ (n = 3) e ‘locais’ (n = 2).

Ao todo, nove menções únicas foram excluídas da análise desta categoria, sendo quatro relativas à ‘cultura’ (singular) e cinco a ‘culturas’ (plural). Entre as menções excluídas por aparição única, cumpre notar que o código ‘de fora’ (n = 1) possui o significado oposto ao código ‘local’, que compareceu isoladamente mais vezes do que todos os outros na categoria.

Em síntese, nesta categoria predominou o foco sobre ‘cultura local’ (‘culturas locais’) nas menções analisadas, ainda que o termo praticamente não apareça de modo bilateral, ou seja: em foco está ‘uma’ cultura, em detrimento das ‘outras’ com que se relaciona de modo intercultural.

Categoria: “Cultural/is”

Esta categoria reuniu três unidades de significado: “cultural” (n = 11), “culturais” (n = 51) e “sociocult” (n = 8), respondendo assim pelo maior número de menções das três categorias. Sofreu, também, maior corte de ‘menções únicas’ na seleção: ao todo, 25 exclusões.

Nas menções analisadas, a primeira unidade ('cultural') foi relacionada a apenas dois códigos, com duas menções cada: 'sensibilidade' e 'contexto'. A última ('sociocult') foi relativa a 'contexto' nas suas quatro menções. Por fim, a unidade com mais menções ('culturais') esteve muito relacionada a 'práticas' (n = 18) e, com menor frequência, a 'normas' (n = 6), 'apoios' (n = 4), atividades (n = 4), 'grupos' (n = 3) e 'origens' (n = 2). Dessa forma, o código mais presente foi o de "práticas culturais", com mais da metade das menções analisadas.

Categoria: "Culturalmente"

Com uma única unidade de significado, 'culturalmente' teve apenas uma menção excluída por ser única, relativa ao complemento 'pertinente'. A maioria das outras 24 menções esteve relacionada ao termo 'apropriado/a' (n = 17), com aparições marginais dos códigos 'adequado/a' (n = 4), 'sensível' (n = 2) e 'aceitável' (n = 2) para modificarem o seu significado.

O enfoque desta categoria, portanto, foi sobre aquilo que aparenta ser 'culturalmente apropriado' em uma situação dada. Considerando por quem as Diretrizes foram escritas, e o tipo de situação, no geral, a que se destinam, também é possível inferir que o termo 'apropriado' está relacionado aos 'prestadores da ajuda', e 'culturalmente' com o público-alvo dessa ajuda. Dessa forma, os prestadores de ajuda são, por vezes, responsáveis pela avaliação do 'culturalmente apropriado' em cada situação, seja ou não em 'colaboração' com membros da 'cultura local'.

1.2 Discussão da Literatura

A presente discussão busca analisar e criticar de maneira temática a literatura levantada e descrita na seção anterior. Algumas pontuações serão aqui realizadas em diálogo com a literatura mais ampla sobre refugiados, ajuda humanitária, relações interpessoais e interculturais.

Para tanto, há duas subseções: a) Desafios de SMAPS quanto às Relações Interpessoais de Refugiados nos Campos (2.1), e; b) Desafios de SMAPS quanto às Relações Interculturais nos Campos (2.2). Espera-se fornecer, assim, breve panorama dos materiais previamente descritos.

1.2.1 SMAPS nos Campos: Desafios às Relações Interpessoais

Boa parte dos relatórios organizacionais e demais estudos aqui reunidos são produzidos para sensibilizar os interlocutores, com frequência, distantes do epicentro dos eventos analisados e com algum poder de decisão política sobre seus desdobramentos. Assim, são trazidos aqui três desafios centrais: a) o desafio do conceito; b) o desafio da prática; c) o desafio da distância.

Desafio do Conceito: o Não-falar enquanto Falar

Até o momento, os *campos* não possuem definição oficial, como já visto anteriormente. Dessa forma, embora falar sobre esses espaços de maneira adequada seja extremamente difícil: “Definir campos de refugiados não é tampouco uma tarefa fácil” (Wagner, 2019, p. 191).²⁷

Quando o ACNUR (2014), por exemplo, reconhece “certo grau de limitação de direitos” como a principal característica desses espaços, isso se reflete na organização da ajuda. Nota-se, assim, a dificuldade dessa ajuda face a desafios de natureza multi ou interdisciplinar, uma vez que, no geral: “Programas humanitários tendem a focar um setor específico, enquanto indivíduos, famílias e comunidades em situações de emergência apresentam vários problemas e necessidades que cruzam as definições setoriais” (Harrison et al, 2021, p. 8).²⁸

Organizar a ajuda em linhas de atuação para atender a diferentes necessidades lembra a logística militar de organização dos exércitos. Nesse sentido, há que se lembrar a pouco citada origem desses arranjos após a Segunda Guerra, quando as forças Aliadas se apropriaram do

²⁷ No original (Inglês): “*Defining refugees camp is also not an easy task.*”

²⁸ No original (Inglês): “*Humanitarian programmes tend to focus on a specific sector while individuals, families and communities in emergency settings often present with multiple problems and needs that cut across sectoral definitions.*”

projeto básico do campo militar e suas técnicas para tornarem os campos de concentração e trabalho forçado na Alemanha em centros para refugiados (Malkki, 1995). Assim, o controle dessa parcela da população, antes tido como um “problema de combate”, passou a ser considerado, então, como uma “responsabilidade militar” (Malkki, 1995, p. 499).

Essa aproximação entre “humanitarismo” e “segurança”, de certa forma, transforma ainda o caráter das intervenções humanitárias, pois: “Não é que a situação no terreno tenha mudado radicalmente, é antes que a violência e a injustiça têm um significado diferente..., na medida em que governos cada vez mais invocam o argumento humanitário como base para suas intervenções armadas” (Fassin, 2012, p. 7).²⁹

Por consequência, encarar os refugiados enquanto um “problema” lembra uma extensa produção acerca das possíveis “soluções duradouras” que são pensadas, via de regra, no âmbito institucional. Ao contrário, como lembra Jehad O. Halabi (2005, p. 272) acerca dos palestinos, os campos se tornaram “símbolo” das “não-soluções duradouras” de que dão testemunho cada vez mais refugiados ao redor do mundo — na prática muito mais que na teoria.

Desafio da Prática: a Não-política enquanto Política

Não apenas o discurso, como também a sua prática, importam para a reflexão proposta. Para James Simeon (2017), atualmente, o “consenso” internacional atual em torno da pauta dos refugiados está menos voltado a uma crítica das suas causas no país de origem, e mais para a ajuda aos refugiados no país de acolhida.

Historicamente criadas a partir de fins do fim do século XIX, as organizações às quais se diz “humanitárias” se dizem, no geral, *neutras* quanto às dinâmicas sociais em que se inserem. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), por exemplo, elenca a “neutralidade” e a

²⁹ No original: “It is not that the situation on the ground has radically changed, it is rather that violence and injustice have a different meaning for us, and more specifically, that we now justify our actions in a different way, to the extent that governments are increasingly invoking the humanitarian argument as a ground for their armed interventions.”

“imparcialidade” entre os “Princípios Fundamentais do Movimento” até os dias atuais (CICV, 2018, art. 4º). O principal dilema em torno desse conceito gira, porém, em torno da sua impraticabilidade no plano institucional, no plano local ou no internacional.

Elaborado antes da Convenção, o *Estatuto* do ACNUR afirma que o seu trabalho deveria ser “totalmente apolítico” (ONU, 1950, §2º). No âmbito da ONU, porém, teria sido: “(...) uma escolha política que levou à criação desse arranjo internacional, e é numa esfera altamente politizada (...) que a proteção ao refugiado se concretiza” (Menezes & Reis, 2013, p. 156). Bastante dependente de doações internacionais dos Estados para as suas funções mais básicas, de fato, esse ideal de ser “apolítico” parece um tanto quanto distante da *práxis* desse órgão.

Nos anos da Guerra Fria, então, o cisma entre a atividade “política” e a “humanitária” do órgão teria sido “virtualmente impossível” (Rocha & Moreira, 2010, p. 18), sendo diversas as implicações da inevitabilidade do componente político para as tomadas de decisões de atores humanitários. Na prática, atores não-governamentais optam, com frequência, entre os benefícios logísticos de operar com o governo e os possíveis custos dessa cooperação para as intervenções de ajuda humanitária (Eloul et al, 2013).

Os dados estatísticos, por sua vez, tem ressaltado o precário estado de “desenvolvimento” da maioria dos países de acolhida de refugiados, que assim são retratados, frequentemente, como receptores “passivos” e até “feminizados” da ajuda humanitária (Hyndman & Giles, 2011). Em outras palavras, o silenciamento do aspecto geopolítico nesta relação contribuiria, de certo modo, para a “continuada despolitização dos movimentos de refugiados” (Malkki, 1995, p. 507).

Mesmo a distância (temporal e geográfica) desses conflitos ou desastres poderia impactar nas ações humanitárias que se desenrolam nos campos, notadamente ditando prioridades para a agenda, o que se traduz com frequência em mais ou menos recursos, materiais e humanos, para essas ações. Em síntese, este dilema implica ainda aquele sobre o que entra ou não sob o olhar da opinião pública internacional.

Desafio da Distância: o Não-olhar enquanto Olhar

No que tange à distribuição geográfica das intervenções em SMAPS, constatamos com Bourassa (2009) que são marcadamente voltadas para os países ditos *subdesenvolvidos* ou *em desenvolvimento*, cujos grandes contingentes populacionais tenham sido afetados por conflitos armados ou desastres que estavam, ao mesmo tempo, distantes temporalmente e geograficamente dos holofotes internacionais. A literatura denomina esse fenômeno de “efeito CNN” (Livingston, 1997), pelo qual a ampla maioria das ações humanitárias se dá sem qualquer atenção da mídia, sendo comum que recebam maior atenção midiática do que outros no início das suas ações e, após certo tempo, deixem de figurar entre as principais notícias mundiais.

As ações humanitárias lançadas em razão dessa comoção inicial, no entanto, não deixam de existir simplesmente no apagar das luzes jornalísticas. Mesmo sem holofotes, há incursões e pesquisas sendo produzidas sobre o que se passa nesses lugares, cada vez mais sob o pretexto de que tais pesquisas e dados servirão para embasar estas ações e potencializar seus benefícios.

Há estudos, no entanto, que recomendam cuidados para se evitar os vieses mais comuns neste tipo de pesquisa. Par Hyndman e Giles (2011, p. 371), por exemplo, importaria tentar “. . . evitar homogeneizar as condições altamente seletivas e localizadas histórica e geograficamente do deslocamento prolongado”.³⁰

Nesse sentido, mesmo à distância, há que se ponderar sobre a possibilidade de que, de um lado, possa haver excessos de pesquisas, como aquelas conduzidas junto a palestinos em Shatila (Líbano), sem que isso resulte em maiores benefícios para a população ou em maior divulgação sobre sua situação fora da comunidade científica (Sukarieh & Tannock, 2012). Há muito o que se falar sobre a produção já existente sobre as ações nos campos, sem expor desnecessariamente a sua população a estudos que apenas reiterem resultados apontados anteriormente.

³⁰ No original, em Inglês: “. . . we cannot be vigilant enough in our efforts to avoid homogenizing highly selective, historically and geographically situated conditions of protracted displacement.”

A título de exemplo, vale lembrar que a maioria dos quenianos desconhecia o local dos campos de Dadaab, inaugurados em 1992 no seu país e o maior complexo do mundo deste tipo à época do estudo (Kirui & Mwaruvie, 2012). Hoje talvez o resultado fosse o mesmo na hipótese de se entrevistarem os brasileiros com relação aos abrigos para venezuelanos ao Norte do país.

Por outro lado, também está presente na literatura a preocupação com que se leve mais em consideração, em todas as etapas das intervenções humanitárias, o ponto de vista das pessoas por elas afetadas. Ocorre que esse “ponto de vista” não é formado unicamente no primeiro nível das relações interpessoais: muitas vezes, é um fenômeno social e, portanto, cultural. Para além da dimensão política, previamente analisada, há ainda uma questão da ordem intercultural a ser posta a esse respeito, enfim, como se verá na seção que segue.

1.2.2 SMAPS nos Campos: Desafios às Relações Interculturais

Como anteriormente visto, a codificação teórica das menções à cultura nas Diretrizes (IASC, 2007) enfatizam a ‘cultura local’ e as ‘práticas’ tidas por ‘culturalmente apropriadas’, tratando a ‘cultura’ enquanto uma ‘entidade’ e não como um ‘processo social dinâmico’, como já notado por Abramowitz e Kleinman (2008, p. 221).³¹

Como um desafio a esta percepção, esta seção buscará discutir os dados da codificação das Diretrizes previamente exposta à luz da literatura mais ampla sobre a educação intercultural, sobretudo a partir do consenso obtido no âmbito da UNESCO (2006), que emerge das “lutas sociais” latino-americanas” contra processos de “exclusão social” da “globalização econômica” (Fleuri, 2001, p. 1), como se detalhará mais adiante.

Neste sentido, os desafios propostos estão relacionados à *interculturalidade*, termo que se refere: “. . . à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo”

³¹ No original: “*The guidelines. . . also portray culture as an entity, rather than a dynamic social process.*”

(UNESCO, 2007, Art. 4.8). Os *resultados* da codificação previamente apresentada apontam para o desafio em obter essa equidade na interação entre as culturas diversas nos serviços de SMAPS em emergências. De certa forma, desvelam o enfoque na ‘cultura local’ e nas ‘práticas culturais’ consideradas ‘culturalmente apropriadas’ para cada ‘contexto’, como se discutirá adiante.

A “Cultura Local” nas Diretrizes do IASC (2007)

Por vezes, o sucesso ou fracasso de uma intervenção humanitária depende da qualidade da relação entre os membros de dentro e de fora da cultura local. Segundo o economista vietnamita Lê Thành Khôi (1976, p. 582): “Na origem de numerosos fracassos encontra-se o facto de o especialista não ter sabido adaptar-se às condições sociais e culturais do país que o acolheu, tendo simplesmente aplicado técnicas e receitas aprendidas no seu próprio país”.

A ênfase na cultura local nas Diretrizes pode, dessa forma, ter relação com uma preocupação do IASC diante de tal quadro histórico. Nesse sentido, há que se destacar a Diretriz do IASC para se “contar com trabalhadores que entendem o idioma e a cultura local”, bem como “envolver voluntários que entendam a cultura local” (IASC, 2007, pp. 24-25). Apesar de ser “desafiador” conhecer uma determinada cultura apenas a partir de uma interação com seus membros, como reconhece o próprio IASC (2007, p. 13), esta diretriz parece posta na tentativa de se buscar tentar evitar os referidos fracassos.

A questão passa a ser, então, a respeito de como se daria essa interação entre os atores que “entendem” e aqueles que “não entendem” a cultura local na prática da ajuda humanitária. Ou seja: em qual momento da intervenção (planejamento, execução, monitoramento ou avaliação) se daria o diálogo intercultural, bem como se tal diálogo ocorreria em situação de “equidade” entre as partes, como prescrito pela UNESCO (2007).

Quanto a essa questão, nas Diretrizes, é possível vislumbrar a ênfase que se coloca na interação entre pessoas de culturas diferentes, típica do enfoque *intercultural* sobre a questão da diversidade cultural. De fato:

Os termos *multi* ou *pluricultural* indicam uma situação em que grupos culturais diferentes coexistem um ao lado do outro sem necessariamente interagir entre si. (...) Já a relação intercultural indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação (Fleuri, 2001, p. 4-5).

Textualmente, as Diretrizes identificam os “prestadores de ajuda” com aquelas pessoas “que vêm de fora da cultura local” (IASC, 2007, p. 106). A essas pessoas, que coletam dados para formular as intervenções de SMAPS, as Diretrizes sugerem: “(...), se possível, confirmar as informações coletadas, discutindo-as com antropólogos ou outros guias culturais locais que tenham profundo conhecimento da cultura e das práticas locais” (IASC, 2007, p. 108).

A assimetria entre pessoas “de fora” da cultura local, de um lado, e pessoas dessa cultura, do outro, indicam que a mera promoção da sua interação pode não apenas ser insuficiente, como danificar sua relação com o tempo. Isto porque quanto mais “diferente” pareça uma certa cultura, maior tende a ser seu interesse por pesquisá-la junto a seus membros (Sukarieh & Tannock, 2012). Com isto: “. . . a prática e a experiência da pesquisa em si podem complicar e romper as distinções entre as identidades de ser de dentro ou de fora, indígena ou estrangeiro, membro da comunidade ou não” (Sukarieh & Tannock, 2012, p. 497).

Para além de se agravar a assimetria na relação entre essas pessoas, as pesquisas propostas nas Diretrizes para as situações de emergência podem não ser viáveis, ou desejáveis, em contextos humanitários prolongados. Na situação do refúgio palestino, por exemplo:

Há anos, moradores e representantes dos campos de refugiados palestinos no Líbano pedem a suspensão das pesquisas sendo feitas nos campos. . . Alguns moradores também dizem que se o dinheiro gasto na pesquisa da pobreza em Chatila ao longo das décadas tivesse sido gasto no desenvolvimento da infraestrutura do campo, os problemas que os

pesquisadores investigam provavelmente já estariam todos resolvidos (Sukarieh & Tannock, 2012, p. 499).³²

Nesse caso, como as Diretrizes foram pensadas para “emergências”, um “excesso” de pesquisas nestas situações poderia, a princípio, ser raro, por se tratar das fases iniciais de crises humanitárias. Dado, porém, que tais crises tem se prolongado no tempo, convém pensar em alternativas a se desenhar as intervenções sem o envolvimento ativo de membros da cultura local nas ações humanitárias relacionadas a SMAPS.

Nesse sentido, mais recentemente, o IASC (2021, p. 20) prevê que se contabilize o número de pessoas, nas comunidades afetadas pela situação de emergência, de fato envolvidas em todas as fases da resposta humanitária. Como esse quadro é muito recente, no entanto, ainda será necessário esperar um pouco mais para saber se será considerado ou não um possível desgaste das comunidades nessas avaliações.

As “Práticas Culturais” no contexto de SMAPS

Nem todas as causas dos “fracassos” das intervenções humanitárias, no entanto, podem ser atribuídas a uma ignorância acerca da cultura local ou de como interagir com ela. Algumas podem ser ainda relacionadas à visão monolítica das culturas, que desconsidera suas nuances.

De fato, mais de três décadas se passaram desde a criação das Nações Unidas e a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (UNESCO, 1982). Neste evento, houve o reconhecimento da “diversidade cultural intra-social”, razoavelmente subestimada até então no âmbito das Nações Unidas (Gruman, 2008, p. 175). Dessa forma, e a partir desse momento, o conceito de “cultura” passa a abranger também, no discurso institucional dessa organização:

³² No original: “For years now, residents and representatives of the Palestinian refugee camps in Lebanon have called for a halt to research being done in the camps. [. . .] Some residents also say that if the money that has been spent on researching poverty in Shatila over the decades had been spent on developing the camp’s infrastructure instead, the problems that researchers come to investigate would likely have all been resolved by now.”

. . . o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982, p. 43).

No contexto das ações de SMAPS, compreender as culturas locais nesse sentido agrega novos desafios aos prestadores da ajuda humanitária. Além do “desafio” de se conhecer uma cultura local, previamente mencionado, há que se destacar aquele de se notar as suas nuances e práticas diversas em meio à multiplicidade cultural dos habitantes de um determinado local.

Ainda assim, esse exercício de investigar as práticas culturais é central para as ações humanitárias, por várias razões. A título de exemplo, há que se destacar o caso da “imolação de viúvas” — mencionado marginalmente nas Diretrizes (IASC, 2007, p. 129). A seu respeito, além de não ser “um preceito ritual *invariável*”, como lembra Gayatri Spivak (2010, p. 103, *grifo* no original), tal prática, criminalizada por força da lei britânica:

. . . celebra um erro gramatical por parte dos britânicos, assim como a nomenclatura “índio americano” celebra um erro factual por parte de Colombo. A palavra em várias línguas indianas é “a queima da sati” ou da boa esposa, que assim escapa da estagnação regressiva da viúva (Spivak, 2010, p. 115).

Delimitar em qual medida tal “erro gramatical” foi responsável por uma “popularização” ou “disseminação” da prática da “imolação de viúvas” foge ao escopo desta tese. Cabe, contudo, citá-la para ressaltar o desafio dos “especialistas locais”, quando encontrados, de transmitirem seu conhecimento a outrem no (curto) período que no geral dura uma intervenção — ainda mais quando eles não determinam seu escopo. Novamente, a título de exemplo, há que se trazer o caso dos campos de refugiados palestinos no Líbano, onde:

Alguns moradores afirmam que há temas importantes a serem estudados, mas que têm sido negligenciados pelos pesquisadores. Estes geralmente envolvem questões de direitos civis palestinos, e envolvem estudar não os próprios refugiados palestinos, mas as instituições nacionais e internacionais que controlam e governam a vida dos refugiados (Sukarieh & Tannock, 2012, p. 500).³³

³³ No original: “Some residents say that there are topics that are important to be studied, but have been neglected by researchers. These most often involve questions of Palestinian civil rights, and entail studying not Palestinian refugees themselves but the national and international institutions that control and govern refugee lives.”

Parte, assim, da própria comunidade local que recebe as intervenções o pedido para que atores humanitários examinem mais as suas próprias práticas. Tal ponto também foi marcante nos resultados discutidos na seção que segue.

O “Culturalmente Apropriado” em Situações de Emergência

Por fim, as Diretrizes enfatizam a busca do culturalmente “aceitável” ou “apropriado” social e/ou culturalmente em cada situação pelas ações de SMAPS. Essa “aceitabilidade social e cultural”, para o IASC (2017, p. 17):

. . . descreve as respostas de emergência que são sensíveis às normas e aos valores da população afetada e que asseguram que estes são respeitados na forma como as ações de resposta de emergência são executadas. Descreve a consideração pela diversidade de valores sociais e culturais no seio da população afetada, bem como o reconhecimento de que as situações de emergência levam por vezes a alterações nas práticas existentes, as quais podem ser apoiadas por alguns membros da comunidade e causar preocupação ou receio noutros.

Oportunamente, esse trecho menciona “normas” que, assim como “valores” e “práticas” culturais, são naturalmente mutáveis no tempo e no espaço, e não só pela intercorrência de “situações de emergência”. Como já apontado pelas seções precedentes, uma visão monolítica das culturas locais pode ademais prejudicar a avaliação dos prestadores dessa ajuda sobre o que seria “culturalmente apropriado” nas situações — especialmente em África: “. . . onde a cultura é vista como essencialmente hostil a mulheres. Interpretações estreitas da cultura, que a aglutinam com o ‘costume’ ou a ‘tradição’ e assumem que esses sejam naturais e imutáveis exacerbam o problema” (Tamale, 2008, pp. 47-48).³⁴

A avaliação do que seria apropriado ou não, todavia, é deixada, nesse momento, apenas a encargo dos prestadores da ajuda, a quem se prevê a possibilidade de que utilizem “métodos de fora da cultura quando apropriado” (IASC, 2007, p. 15). O método de avaliação acerca de

³⁴ Trecho na íntegra e no original, em Inglês: “This is especially true in the case of theorists of African women’s rights, where culture is viewed as being essentially hostile to women. Narrow interpretations of culture that collapse it with ‘custom’ or ‘tradition’ and assume these to be natural and unchangeable exacerbate the problem”. Tradução livre.

quando deve se aplicar tais métodos, no entanto, não é especificado, e mais de uma década se passa antes que os próprios critérios para essa avaliação sejam consensuados.

Atualmente, o IASC (2021, p. 20) reconhece que essa avaliação, nas intervenções relativas a SMAPS, deve partir da população local. Como esse entendimento é muito recente, há que se esperar um pouco mais para ver o quanto efetivamente essas populações terão a dizer acerca do grau de adequação dessas intervenções, e de que maneira serão feitas essas questões.

De imediato, todavia, há que se alertar para os riscos de fomentar (mais) pesquisas junto a populações em situações de emergência humanitária. De fato, se houver dano relacionado à intervenção, questionar os próprios participantes a esse respeito deve ser feito de tal maneira que não os leve a reviver esse dano (ou ‘trauma’) na sua narrativa (Bilotta, 2020).

Embora a intenção esteja — ao menos, nas Diretrizes — no sentido de formular intervenções que ‘não causem dano’, ainda há lacunas acerca de como proceder quando, de fato, há danos causados. Nesse sentido, certos preceitos da educação intercultural podem, talvez, servir de algum auxílio à práxis dos agentes humanitários nos campos e em contextos análogos.

Educação Intercultural e SMAPS

Diante das demandas aqui apresentadas, relacionadas, em grande medida, a lacunas significativas nas Diretrizes sobre o tema da cultura, cumpre discutir a aplicabilidade da educação intercultural no âmbito de SMAPS. Longe de resolver seus problemas, o debate almeja destacar algumas tarefas dos atores humanitários nessas situações.

Desse modo, a princípio, cumpre aqui situar o conceito de educação “intercultural” *versus* “multicultural”. Segundo a UNESCO (2006, p. 18):

A Educação Multicultural utiliza o aprendizado sobre outras culturas a fim de produzir a aceitação, ou ao menos a tolerância, dessas culturas. A Educação Intercultural visa ir além da coexistência passiva, para atingir um modo progressivo e sustentável de conviver

em sociedades multiculturais pela criação da compreensão de, do respeito por e do diálogo entre diferentes grupos culturais.³⁵

Ao se aplicar esse conceito às Diretrizes, o que se nota é um enfoque maior no aspecto multicultural das relações entre os prestadores de ajuda humanitária e as pessoas que são o alvo de suas intervenções, sobretudo em situações de “emergência”. Nessas situações, no geral, não se está em busca de um “modo progressivo e sustentável” de convivência em sociedade, pois não está posta essa demanda como uma urgente necessidade.

Se as emergências humanitárias não se prolongassem demasiado no tempo, talvez o fato de não se superar o modelo multicultural na ajuda humanitária, notadamente em SMAPS, não fizesse tanta diferença. O “diálogo entre diferentes grupos culturais” poderia ser algo localizado, por exemplo, no momento de monitoramento e avaliação, ou em certos espaços dessas ações.

Ocorre, todavia, que as situações humanitárias se prolongam cada vez mais no tempo e afetam cada vez mais pessoas deslocadas à força (ACNUR, 2021). Segundo Fleuri (2001, p. 3): “A complexidade das relações sociais e interculturais no mundo contemporâneo requer novas formas de se elaborar o conhecimento no campo da pesquisa e da educação.”

Entre essas formas, no campo da pesquisa social, tem se destacado a abordagem “anti-opressiva”, a qual se pretende mais “politizada” do que propriamente “benigna” ao se dedicar a investigar, entre outros, as “relações desiguais de poder” no mundo contemporâneo (Bilotta, 2020, p. 400).³⁶ Sob essa abordagem, o problema da “formação e requalificação” dos prestadores da ajuda humanitária seria “talvez o problema decisivo, do qual depende o sucesso ou fracasso da proposta intercultural” como perspectiva para SMAPS — por analogia ao que afirmou Fleuri (2001, p. 8) a respeito dos educadores.

³⁵ No original e na íntegra: “Multicultural education uses learning about other cultures in order to produce acceptance, or at least tolerance, of these cultures. Intercultural Education aims to go beyond passive coexistence, to achieve a developing and sustainable way of living together in multicultural societies through the creation of understanding of, respect for and dialogue between the different cultural groups.” Tradução livre.

³⁶ No original e na íntegra: “AOR is not benign but politicised research that is committed to addressing the systems of oppression and unequal power relations that generate current social orders in the power of relationships”.

Nesse sentido, urge que os atores humanitários, por exemplo no intuito de avaliarem as suas ações, “mudem o olhar da sua pesquisa” para investigar um pouco menos as comunidades que recebem essas intervenções, e mais “a si mesmos” (Bilotta, 2020, p. 406).³⁷ Numa última paráfrase, diríamos que “o que está em jogo” nessa formação seria: “. . . a superação da perspectiva monocultural e etnocêntrica que configura os modos tradicionais e consolidados de educar, a mentalidade pessoal, os modos de se relacionar com os outros, de atuar nas situações concretas” (Fleuri, 2001, p. 8).

Para tanto, cumpre investir na formação intercultural dos agentes e dos pesquisadores da ajuda humanitária como modo privilegiado de se otimizar os resultados esperados por essas intervenções. Que aquelas “culturas locais” possam, assim, cada vez mais ensinar às “de fora”, em especial as mais eurocêntricas, sobre os modos diversos de agir e pensar nas suas sociedades.

Cumpre ressaltar, enfim, que uma conquista enorme das Diretrizes foi levar os atores humanitários — incluindo os pesquisadores — a olharem mais para si e para suas práticas de forma crítica. Na esteira dessa busca, os dois capítulos que seguem apresentam os resultados das entrevistas realizadas com alguns prestadores de ajuda a respeito da sua provisão em campos ou em arranjos análogos para refugiados nos dias atuais.

³⁷ No original e na íntegra: “This recommendation calls for researchers to shift the gaze of their research from RYP back to themselves”. Tradução livre.

2 RELATOS DA AJUDA A REFUGIADOS: ATORES E AÇÕES NOS CAMPOS

Este capítulo traz relatos descritivos tanto dos participantes do estudo quanto das ações humanitárias nos campos de refugiados ou em arranjos análogos. Na primeira parte, os perfis dos próprios prestadores de ajuda humanitária estão em evidência. Além do histórico profissional, são extraídos de seus relatos dados a respeito das suas motivações, das suas informações e formações prévias para a atuação com refugiados e/ou com Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) em situações de emergência.

Na segunda parte do capítulo, as suas percepções sobre os espaços onde atuaram e/ou atuam, da primeira experiência (quando há mais de uma) até eventuais mudanças de perspectiva, compõem o panorama descritivo dos campos de atuação desses participantes. Estão em destaque tanto as suas impressões dos atributos dos campos em si quanto acerca das pessoas em situação de refúgio com as quais atuaram (direta ou indiretamente) e suas relações interpessoais, em especial as suas relações de solidariedade e também as de conflito, em meio a essas situações. Na terceira e última seção do capítulo, enfim, serão tecidas breves considerações sobre os principais conceitos abordados pelos participantes da pesquisa, à luz do marco teórico em referência.

2.1 Os Prestadores de Ajuda Humanitária em Situações de Emergência

Como mencionado anteriormente, para esta tese, foram entrevistadas dez pessoas que já atuaram com situações humanitárias e/ou de refúgio, mediante termo de consentimento livre e esclarecido. Seus perfis serão brevemente descritos antes de serem detalhados outros aspectos acerca de suas trajetórias e de suas perspectivas sobre a atuação em situações humanitárias.

As dez pessoas entrevistadas para a tese enriquecem bastante a literatura com seus relatos

de atuação nos campos, mesmo quando já previamente publicados. Dessas dez, nove estiveram, ainda que brevemente, em ao menos um campo, e uma coordenou à distância uma equipe em um abrigo. Seus países de origem estavam situados majoritariamente na Europa (50%) e na América do Norte (20%), sendo ainda um participante de origem asiática e um latino-americano.

As trajetórias e experiências pessoais (contínuas ou não) destes prestadores de ajuda serão o foco analítico, portanto, da presente seção, enquanto os locais onde atuaram o serão na seção que se segue. A primeira parte analisa esta atuação em situações humanitárias no geral, e a segunda com relação a programas e intervenções em SMAPS, em particular

2.1.1 Prestadores de Ajuda a Pessoas em Situações Humanitárias

Acerca das atividades prestadas em situações humanitárias no geral, os participantes do estudo trouxeram relatos acerca do formato de sua atuação com pessoas em situação de refúgio, de suas motivações pessoais e das informações eventualmente reunidas antes dessas situações. Como se verá, foram experiências bastante diversas, porém com alto potencial de contribuição para o estudo do tema em questão na presente tese.

Perfis de Atuação com Pessoas em Situação de Refúgio

Na sua atuação em campos ou arranjos análogos para refugiados, os participantes tiveram experiências variadas. Com perfis similares entre si, (1), (3), (4), (5) e (6) atuaram em vários campos na última década, com consultoria para grandes organizações humanitárias. Enquanto (1), (4) e (5), todavia, não permaneceram “muito tempo” em nenhum deles, a participante (3) já esteve por mais de três anos, e o participante (6) por cerca de seis meses, em um único campo.

Quanto ao início da atuação dos que estiveram em mais de um campo, enquanto (1) e (4) ingressaram nesses cenários pela via das organizações nas quais já atuavam, o primeiro contato de (3) com refugiados foi o voluntariado em uma organização não-governamental internacional.

Dos que buscaram atuar junto a pessoas em situação de vulnerabilidade no país de origem ou residência, em um primeiro momento: (5), (6) e (7) iniciaram com refugiados reassentados nos seus países e depois internacionalizaram suas ações via organizações nos campos. Nos últimos anos, todavia, (6) estaria menos nos campos e mais nas pesquisas, assim como (7), que já visitou duas vezes um campo (brevemente), como parte de uma equipe (a qual não coordenava).

Por sua vez, os participantes (2), (9) e (10) estiveram só uma vez em campo, sendo que: (2) atuou *in loco* por cerca de um ano, voluntariamente e sem relação com outra organização; (9) realizou uma visita breve para pesquisa, sem atuação; (10) foi voluntário em vários campos, na mesma região, por pouco tempo. No geral, (9) atua com refugiados no meio urbano; (2) e (10) também atuam no meio urbano, mas com outras populações. Por fim, apesar de (8) nunca ter ido a campo, coordenou à distância uma equipe de voluntários atuantes em um abrigo provisório.

Motivação para a Ajuda Humanitária

No geral, os participantes partiram de motivações ou interesses pessoais para prestar a ajuda humanitária, embora por trajetórias muito diferentes. De todos os participantes, apenas (2) propôs uma ação no campo situado na sua região em um momento posterior à conversa informal com alguns de seus habitantes, na qual confirmou o interesse em sua ação, proposta na época.

Dos participantes que buscaram uma carreira na ajuda humanitária, (1) disse sempre ter desejado trabalhar internacionalmente, e não “necessariamente” com refugiados, pois atua com outros grupos que sofrem violações a direitos humanos, tais como deslocados internos ou vítimas de tortura. De modo similar, (3) e (4) não expressaram “nenhum interesse particular” inicial “em trabalhar com refugiados”, tendo buscado atuar em “situações humanitárias”.

Já os participantes (5), (6) e (7) partiram de certos interesses de pesquisa acadêmica e procuraram pôr em prática primeiro nos países de origem, e só depois internacionalmente. O participante (8) foi convocado para organizar à distância a “decisão espontânea” de criar um

abrigo provisório para os deslocados à força que chegaram a uma comunidade na sua região.

Por sua vez, a motivação de (9) teria sido a “maior onda ou crise de nosso tempo”, em referência ao influxo massivo de deslocados à força na sua região nesta última década, tendo se voluntariado então para atuar com essas pessoas. Na década anterior, (10) voluntariamente buscou compor uma equipe para apoiar as vítimas de um desastre, ocorrido fora de seu país, cuja situação calamitosa foi amplamente divulgada à época pela mídia.

Informação Prévia para a Atuação em Situação de Refúgio

A informação prévia, ou seja, os conhecimentos adquiridos pelos participantes antes de irem a campo, foi muito variável também segundo a época e a forma de suas respectivas ações. Foi destacada, a princípio, a facilidade contemporânea no compartilhamento desses dados, em parte pelos recentes avanços nos meios de comunicação. Segundo um relato, antes da década de 2010: “. . . os refugiados não necessariamente tinham acesso a comunicação, como celulares ou telefones, por estarem em locais ermos. No presente, as condições dos campos são bem mais visíveis, mesmo porque os próprios refugiados as estão documentando” (1).

Outro participante afirma ter buscado muito conhecimento antes de ir a campo para entender “o contexto sócio-político” de um país africano no começo do século, lendo sobre, por exemplo: “. . . a história do campo, sua infraestrutura, e quando a ONU chegou, o modo como a cidade se desenvolveu”, e outros tópicos de seu “interesse” (6), como os relatos das intervenções *in loco*. Quanto a estes, porém, um participante lamentou a escassez de publicações (embora, não de experiências) “fora da área da saúde” (10).

Retrospectivamente, certos participantes se posicionaram de forma neutra quanto a seu escasso conhecimento prévio dos campos. Certo participante disse que: “Eu não tinha ideia de como seria quando eu fosse lá, pois não tinha experiência anterior de visitar ou estudar [campos]. Só sabia que havia refugiados e que precisavam de algum tipo de ajuda ou apoio” (7).

Outra participante lamentou não ter investigado a administração do campo antes de nele atuar, indicando que, além daquele, outros campos teriam relação com o crime organizado local (2). Dessa forma, e se julgando uma pessoa ingênua, considera que, pela internet precária e por seu estado mental à época, não pôde se informar melhor a esse respeito (2).

2.1.2 Prestadores de SMAPS a Refugiados em Situações Humanitárias

Nesta seção, foram privilegiadas as entrevistas com menção explícita a SMAPS em uma ou mais ocasiões, a fim de melhor compreender as questões em torno dessa atuação. Novamente, o foco está nas motivações e eventuais (in)formações prévias para as suas ações humanitárias.

Formação para a Atuação com SMAPS

Entre alguns participantes, foi dada grande relevância às Diretrizes do IASC (2007) para balizar suas atuações em SMAPS. Segundo (3), antes de sua publicação: “. . . quase todo mundo fazia o que sentia ser o correto a se fazer, no geral com base em suas próprias experiências”.

Por um lado, foi sentida uma ausência de programas SMAPS em contextos tidos como não emergenciais, como por exemplo no meio urbano, mesmo com grande demanda por pessoas em situação de refúgio, segundo um participante (9). A restrição geográfica aos campos poderia ser atribuída, na sua perspectiva, às normativas de certos Estados, que permitem às organizações atuarem nos campos, muitas vezes, às custas de não estarem presentes em outros cenários (9).

Para outro participante, os objetivos da intervenção onde atuou anos antes da publicação das Diretrizes: “. . . não necessariamente estavam claros para todo mundo, não necessariamente estavam estruturados, com as bases necessárias pra serem trabalhados” naqueles campos (10). Não apenas por esta razão, como ainda pelo contexto em que estavam, a seu ver, os prestadores reagiram diferentemente aos trabalhos, sendo que: “Algumas pessoas ficam muito sentimentais,

outras tentam racionalizar. . . uma hora você chora, depois volta” (10).

Neste sentido, alguns atores já sentiam então a necessidade de uma maior coordenação dos seus trabalhos, em particular nas situações de emergência humanitária. Cada qual teve ainda as suas razões para atuarem em tais contextos, como se verá adiante.

Motivação para a Atuação com SMAPS em Situações Humanitárias

No começo da carreira, diante da alta na demanda de um país africano por profissionais de saúde mental para atuar com pessoas refugiadas e deslocadas à força por uma crise política, a organização onde (1) atuava (não com SMAPS, mas sim em diplomacia humanitária e captação de recursos), propôs a mudança de cargo, por sua formação prévia na área demandada. Assim, de modo não intencional, ingressou profissionalmente nesta que se tornou sua área de atuação.

Apesar de (3) também possuir formação e já atuar com Psicologia no seu país, foi por seu interesse pessoal de atuar em situações humanitárias que entrou em contato, por uma agência de voluntariado, com uma organização não-governamental de alcance internacional e que buscava alguém para desempenhar o “trabalho psicossocial” em um campo no continente africano.

Em outros casos, tal como visto anteriormente, a motivação inicial foi acadêmica. Assim, por exemplo, após (5) conhecer e apreciar as “abordagens de SMAPS em emergências”, passou a buscar por “emergências mais complexas”, contatando pessoas e profissionais com experiências prévias nos campos para levantar suas impressões e assim se aprofundar mais nas suas pesquisas.

Formação Prévia para a Atuação com SMAPS em Situações Humanitárias

Quanto à formação anterior à sua atuação em situações humanitárias, os participantes no geral reconheceram sua importância para evitar danos às pessoas refugiadas. Certo participante disse que, no início da carreira, teria cometido “equivocos” em um levantamento de SMAPS que realizou em um abrigo provisório (4), os quais atribuiu ao fato de ser “jovem e inexperiente”.

Para os principiantes, outros participantes indicaram que algumas organizações ofertam atividades formativas, como reuniões, palestras e dados sistematizados pelos mais experientes em tais contextos (10). Foi ainda ressaltada a importância dessas atividades para “mudar a atitude” das pessoas que “. . . trabalham com o campo de refugiados ou outro arranjo do tipo não porque queiram, mas sim por ser a única coisa que conseguem encontrar” (4).

Acerca destas formações em emergências, foi destacada ainda sua *brevidade*. Segundo um participante, no geral: “As formações são rápidas porque tendem a responder rapidamente a esses problemas” (10). Com isto, contudo: “Nem sempre as pessoas que estão melhor preparadas podem ir; isso é um dilema das organizações” (10).

A predominância de pessoas menos experientes nesses cenários, ao menos nos momentos iniciais de resposta a emergências humanitárias, também foi destacada por outro participante. A seu ver: “. . . foram muitas pessoas que fizeram isso pela primeira vez e por causa do entusiasmo que havia, e havia muito. . . nas primeiras semanas” (8), dizendo que, após o entusiasmo inicial, teria sido “realmente um problema achar pessoas que pudessem ajudá-los” (8).

Mesmo com experiências diversas, portanto, os participantes do estudo foram generosos em compartilhar suas perspectivas sobre suas práticas nessas situações. Na próxima seção, serão descritas essas perspectivas sobre os campos e arranjos análogos onde atuaram.

2.2 Os Campos segundo os Prestadores de Ajuda a Refugiados

Os campos mais citados nas entrevistas estavam no continente africano (região do Chifre da África); no asiático (subcontinente indiano) e Oriente Médio (em particular, nas regiões de fronteira próximas à Síria). Outras comunidades de deslocados à força no meio urbano, como o norte do Oriente Médio e o sul da Europa, também comparecem nos seus relatos.

2.2.1 Primeiras Impressões e Mudanças de Perspectiva nos Campos

No geral, todos os participantes relataram alguma mudança na perspectiva sobre esses espaços, em especial após as suas primeiras impressões serem confrontadas com a prática. Entre os atributos dos campos que mais lhes chamaram a atenção, citam: sua grandeza; sua gestão; sua infraestrutura; e sua localização. Trouxeram também muitas impressões acerca das relações interpessoais dos refugiados, as quais serão comentadas na próxima seção.

Primeiras Impressões

Com relação à *grandeza*, uma pessoa que atuou no complexo de Dadaab (Quênia) no início do século, quando eles já existiam há cerca de quinze anos, diz que lhe causou espanto perceber o quanto eles eram “enormes” e “massivos” (1). Em outro relato, há o reconhecimento da socialização como um fator que contribuiu para a concepção de uma ideia sobre os campos de refugiados africanos como sendo, antes de tudo, esses espaços “grandes” e “enormes” (6).

Outro atributo dos campos bem impactante foi o seu modelo peculiar de *gestão*. Uma participante destacou as semelhanças e diferenças entre esses espaços e as cidades, dizendo que: “Assim como em uma cidade, eles têm seus próprios meios de comunicação... Entre funcionários e moradores do campo. Isso é diferente de apenas planejamento e gestão de uma vila, ou cidade, e acho que isso tampouco pode ser subestimado” (1).

Ainda quanto à *gestão*, surpreendeu certo participante o fato de que os atores nos campos raras vezes executavam somente a “sua” função determinada, muito em razão da precariedade de *infraestrutura* que predomina, sobretudo, “no momento de montagem desses campos” (10). Recordou, então, alguns episódios para ilustrar essas mudanças de função, como por exemplo:

Vi desde médicos que atendem pessoas feridas também pegando uma escavadeira para fazer um buraco e uma fossa . . . , ou, vi engenheiros . . . pegando enxada na mão e falando: “Olha, vou fazer uma linha, e nessa linha a água tem que descer, porque se não descer aqui, vai colapsar o campo. . .” (10).

Quanto à *infraestrutura*, alguns notaram a presença de “estradas, escolas e clínicas” (1) como algo impensado, enquanto outros sentiram falta, por exemplo, de “eletricidade” e “água corrente” (6). Ademais, seria comum que “grandes organizações”, como a ONU, tenham uma habitação à parte, com melhor infraestrutura, para seus prestadores de serviços — sendo a opção pessoal de um dos participantes (6), por exemplo, residir nos campos de fato para sua pesquisa.

Quanto à *localização*, os campos surpreenderam pela distância, estando em áreas no geral remotas, “no meio do nada” (1), bem como pelo terreno impróprio (em certos casos, de “lama”), que configurava um “desafio para o transporte” de seus habitantes (5). Esse desafio também comparece no impacto de outro participante, que relatou como foi entrar no campo: “. . . vindo literalmente caminhões carregados de pessoas sul-sudanesas de pé, como gado, na traseira desses grandes caminhões da ONU, balançando nas estradas de terra empoeiradas” (6).

Mudanças de Perspectiva

No geral, a práxis dos participantes transformou as perspectivas iniciais sobre os campos, sendo esta mudança em alguns casos mais positivas que em outros. Segundo certa participante, por exemplo: “Há muito mais coisas positivas que acontecem nos campos que a princípio se supõe quando se chega lá.” (1).

Assim, a *grandeza* por si só não basta para se ter uma ideia de sua complexidade. Como diz uma participante, embora haja muitas fotografias panorâmicas (“aerial shots”), por exemplo, de Zaatari (na Jordânia) atualmente: “Você só vê o quão grande é, mas não acho que você entenda como o organismo realmente funciona a menos que tenha dormido ou estado no campo por um período significativo de tempo” (1).

“Grandeza” inclusive foi um atributo que se referiu não só à dimensão espacial, como à temporal. Certo participante diz que os campos palestinos mudaram um pouco a sua perspectiva, visto que: “. . . . quando pensamos em campos de refugiados, pensamos em [algo] temporário.

Contudo, os campos de refugiados palestinos. . . Parece que existem para sempre” (9).

Quanto à *gestão* desses espaços, um participante afirmou que mudou sua visão sobre a atuação também por parte dos prestadores de serviços, uma vez que: “Estar lá muda muito: você vê profissionais agindo diferente, pessoas agindo diferente pro bem e pro mal; vê também outras coisas que não seriam tão boas” (10). Algumas dessas mudanças de atitude por parte dos atores humanitários foram ainda vistas como “necessárias” por esse participante, uma vez que:

Depois de muito tempo. . ., às vezes, você até separa o procedimento do humano que está do outro lado. Não sei se é bom ou é ruim; é o que acabam desenvolvendo. . ., ou seja: vira algo pragmático, procedimental, menos humanizado, que parece estranho, mas não: é normal, precisa ser assim; se não, ele não faz o que tem que fazer. (10)

Acerca da *infraestrutura*, um dos participantes afirmou que, mesmo sabendo da escassez de recursos predominante nos campos, o nível da miserabilidade teria sido impactante na sua primeira visita a um desses espaços, dado que: “. . . quando fui para esses campos. . . Eles não tinham nem o básico” (7). Por comparação, chegou a citar outros residentes do país, que viviam em “zonas rurais” bastante empobrecidas, e mesmo assim se surpreendendo com a pobreza local.

2.2.2 Condições de Vida e Relações Interpessoais dos Refugiados nos Campos

Nas entrevistas, compareceram certos relatos no sentido de que as condições de vida nos campos impactavam nas relações interpessoais dos refugiados em tais contextos. Em vista disso, ambos os temas foram tratados conjuntamente na presente seção.

Além disso, os episódios de solidariedade compareceram, por vezes, ao lado daqueles de conflito durante as entrevistas. Nas seções a seguir, portanto, a separação de tais relações sob as perspectivas dos participantes serviu sobretudo para fins analíticos de seus relatos.

Relações de Conflito dentro dos Grupos Sociais nos Campos de Refugiados

Nos grupos, sendo mais restritos ao âmbito privado das relações interpessoais, poucos

conflitos foram relatados pelos participantes. Quando interpelados a esse respeito, diziam algo parecido com: “Entre eles, não presenciei brigas... Não acho que entre eles houvesse várias disputas. Eu nunca notei algo assim” (2).

Quando relatados, os conflitos nos grupos eram relativos às disputas familiares (1) ou conjugais (7), e compareciam em forma de suposição. Certo participante supôs a “enorme” quantidade de abusos que haveria no âmbito doméstico dos refugiados, dado que: “Mesmo as pessoas com crianças ou as meninas não tinham estrutura para trancar as portas à noite” (7).

Quando há conflitos nesse âmbito (como violência doméstica ou abuso infantil), ademais, o superpovoamento dos campos se tornaria um grande fator para seu eventual agravamento. Tal ocorreria por duas razões centrais: primeiro, em vista da falta de privacidade, que normaliza, por vezes, tais situações; e segundo, em vista das dificuldades logísticas que impõe a seu confronto.

No que tange à “falta de privacidade” (3) ou à “privacidade compartilhada” (4) por toda parte nos campos, foi dito que esta seria uma “fonte de tensão constante” (4) entre os refugiados. No que tange à logística, foi dito que os campos raramente seriam “grandes o suficiente” para separar completamente as partes dos conflitos (1). Antes dessa separação total, porém, “arranjos alternativos” — como familiares e amigos — ainda seriam buscados pelos atores humanitários.

Na falta de tais arranjos, seria necessário isolar uma das partes do conflito em uma área específica dos campos. Nos que possuam tal área, sua estrutura deveria ser “reforçada”, com “segurança adicional”, “acesso restrito” e “serviços completos naquela parte do campo” (1), de modo a minimizar as necessidades de deslocamento. Nos campos sem tal área, todavia, pessoas em situação mais vulnerável poderiam, em última instância, ter de abandonar o local (1).

Áreas do tipo, porém, ilustram a contradição de que, para sua segurança, os refugiados são mantidos “sob os olhos da comunidade internacional” (4) em locais ainda mais restritos dos campos, que deveriam bastar para lhes proteger. Em tais condições, é possível que, entre os diversos grupos de refugiados, as relações também sejam afetadas pelas condições de vida.

Relações de Conflito entre Grupos Sociais nos Campos de Refugiados

As relações entre os grupos também são de fato afetadas pelas condições dos campos de refugiados. Assim, as relações de vizinhança nesses cenários onde as famílias convivem “todas no mesmo espaço” (3) são, com frequência, tensas e conflituosas, por diversas razões.

No plano interpessoal, a falta de privacidade ainda causaria “um nível massivo de fofoca” (1) e de “desconfiança” (3) nas relações de vizinhança. Isto seria devido a que, no seu convívio excessivamente próximo, os refugiados: “. . . buscavam criar uma espécie de separação ou segurança emocional ao não se importarem mesmo com mais ninguém no campo, de modo que não havia nenhum tipo de espaço seguro onde pudessem se reunir e se conectar” (3).

Compareceram também relatos de conflitos por recursos escassos, como os rebanhos e animais domésticos que os refugiados carregam para os campos, e que seriam objeto de disputas, como pequenos roubos e furtos (1), sobretudo entre pessoas de regiões ou vilarejos diferentes. A fim de prevenir tais disputas, certas organizações consideram isto na sua logística habitacional, buscando distribuir os grupos de refugiados nos campos pelos seus lugares de origem (1).

Com frequência, ademais, os campos estão situados em meio a comunidades de acolhida que são “extremamente empobrecidas” (6). Isto gera uma “tensão” constante entre essas pessoas e os refugiados, seja pelos recursos escassos (6), seja pelas diferenças culturais que, pelo advento dos campos, começam a se destacar entre as pessoas que residem “dentro da mesma área” (5).

As diversas culturas, então, não apenas provocariam, como ampliariam as divergências entre tais grupos. Em um campo no continente africano, por exemplo, foi notado que “alguma coisa pequena”, como um acidente entre indivíduos de grupos étnicos distintos, geralmente escalava para conflitos “reais” entre ambos, sobretudo se eram rivais “históricos” (3). Ainda assim, diante das multidões envolvendo milhares de estranhos convivendo juntos, houve enfim quem relatasse “surpresa que não haja mais conflitos” no cotidiano dos campos (1).

Diferenças identitárias também catalisariam conflitos entre certos grupos. Em países nos quais, por exemplo, a comunidade LGBT é discriminada e criminalizada em vários níveis, seus integrantes ainda sofrerem perseguições de outros refugiados, mesmo na área “mais protegida” dos campos (6). Para ocorrências mais graves, houve relatos de que nem as forças policiais presentes nesses lugares responderiam a contento (6). Encarregados até da própria segurança, por vezes, alguns refugiados estreitariam entre si os laços de solidariedade, como se verá a seguir.

Relações de Solidariedade dentro dos Grupos Sociais nos Campos de Refugiados

Enquanto as relações conflituosas entre refugiados ocorreriam, no geral, mais distantes dos entrevistados, ações mais solidárias foram testemunhadas com maior frequência — tanto nos próprios como entre diferentes grupos sociais de refugiados nesses contextos. Dentro dos grupos, foram diversos os episódios relatados, bem como as hipóteses elencadas para explicar esses atos.

Dos grupos dentro dos quais se verificou mais relações de solidariedade, foram citadas as “mulheres e crianças. . . sob risco de violência e abdução”. Em um centro destinado a este grupo em certo campo, uma participante notou que estas mulheres cuidavam de si e das crianças “umas das outras” com frequência, acrescentando: “Há muito suporte dentro [dos grupos].” (3)

Também entre membros da “comunidade LGBT” foi notada “solidariedade absoluta” (6), tanto nos pequenos atos do cotidiano (por exemplo, para vigiar uns aos outros ao se compartilhar comida) como para atos grandiosos, como realizar uma “parada do orgulho” LGBT (6). Segundo este relato, no entanto, a união entre essas pessoas seria “linda e também de partir o coração” (6), uma vez que seria provocada pelas condições extremas de insegurança em que viviam.

Houve relatos, enfim, de solidariedade entre pessoas que compartilhavam a mesma etnia ou histórico. Um participante indicou que a “solidariedade” percebida entre certos refugiados seria devida, assim, tanto à “cultura” de ajuda mútua, quanto a um histórico de luta “contra o governo” que os levaria, em suas palavras, a “lutar uns pelos outros” nos campos (7).

Entre refugiados de Bangladesh, em outro campo, uma participante admitiu que, embora não soubesse de quais “tribos” seriam, a seu ver, eles andavam “todos juntos” (2). Nesse caso em particular, um refugiado mais jovem frequentemente serviria de intérprete para os demais do grupo, assim, por vezes, invertendo sua hierarquia social — que seria definida pela idade — sem que isso resultasse em conflito no grupo, pois, a seu ver, eles respeitariam “uns aos outros” (2).

As relações interpessoais dentro dos grupos inspirariam então confiança e solidariedade, e não somente conflito, nesses contextos. Tal se verificou ainda entre os participantes quanto às relações entre os diferentes grupos, como se verá na próxima seção.

Relações de Solidariedade entre os Grupos Sociais nos Campos de Refugiados

Em se tratando das relações entre grupos de refugiados, as expressões de solidariedade, no geral, superaram as expectativas. Segundo um relato: “Mesmo grupos de origens diferentes, como cidades e tribos diferentes, também se apoiam de maneira impressionante” (9).

Tais relatos, porém, divergiram bastante segundo as condições e fases dos campos ou dos arranjos humanitários. Em um abrigo provisório, por exemplo: “. . . principalmente porque as pessoas esperavam ser removidas do local muito em breve, de modo que não gastaram energia ou recursos na criação de uma comunidade” (8). Onde a estadia dos refugiados seria, a princípio, mais prolongada, por outro lado, houve a percepção de que: “. . . eles se ajudam muito, e se ajudam não só dentro dos grupos. Porque eu vi isso: eles se comunicam” (2).

No caso das hipóteses explicativas para a solidariedade entre os refugiados, foi dito, por um lado, que a sua propensão a “contribuir” com a coletividade teria relação com um “instinto humano” de buscar “restabelecer a vida mesmo no ambiente mais difícil” (1). Desse modo, outro participante: “. . . arriscaria dizer que, no campo de refugiados, as situações e as necessidades extremas também geram comportamentos solidários extremos” (10).

Além desse “instinto”, emergiu a hipótese de que esta solidariedade estaria relacionada a

uma “identidade compartilhada” nos campos, perceptível de diversas formas — como quando refugiados se diziam pertencentes ao “bloco C”, ou afins (1) — nos campos. Esta identidade também emergiria quando os refugiados participavam em ações voluntárias, cuja “meta comum” os faria “confiar uns nos outros se não sabiam o que fazer” (3).

Estes desafios levariam a “unir as pessoas e fortalecer estas redes” (3), sobretudo quando refugiados “trabalhavam juntos para grupos distintos” nos campos (5). Em uma ação espontânea, por exemplo, foi relatado que crianças refugiadas, em coordenação com os pais e os funcionários de uma escola, levantaram fundos para os professores, cujos salários não estavam sendo pagos — indicando, ainda segundo a participante, a importância da educação formal nesse contexto (5).

Mesmo fora dos campos, a identidade compartilhada incentivaria a solidariedade. No meio urbano, por exemplo, um participante opinou que “a principal fonte de apoio psicossocial” entre refugiados sírios seria a sensação de que eles “são um grupo” que “passa pela mesma luta”, e que, portanto, esperam ser apoiados quando se apoiam mutuamente (9).

Por outro lado, onde foi notada a predominância de uma “falta de solidariedade” entre refugiados, no geral, a principal hipótese foi o fato “muito claro” de que essas pessoas “estavam traumatizadas” pelo seu passado recente (8). Assim, o momento inicial das emergências, quando campos e arranjos análogos possuem, no geral, menos estrutura, foi descrito como “pesado”, sobretudo pela falta de perspectiva para além do curto prazo das tarefas do dia. No geral, nesses contextos: “. . . ou se estabelece muita solidariedade — às vezes é um abraço, às vezes é “senta aqui, vamos tomar uma água ou vamos andar” — ou se estabelece isso, ou a coisa desanda” (10).

As ações e relações de solidariedade, como as de confiança, dependeriam então de tempo para serem criadas. Segundo um participante: “. . . não é de um dia para o outro, mas é possível” (10), sobretudo entre pessoas de origens ou culturas diversas. Outro considerou “encorajador”, por exemplo, o fato de que “. . . as comunidades ao redor dos campos também podem ser bastante solidárias” com os refugiados, se envolvidas para esta finalidade pelas organizações (4).

2.3 Discussão: Ajuda Humanitária nos Campos de Refugiados

Este capítulo apresentou as perspectivas mais descritivas dos participantes tanto sobre a ajuda humanitária quanto sobre os campos, os refugiados e as suas relações interpessoais. Tendo em vista o marco teórico da presente tese, cabem aqui breves pontuações acerca desses relatos.

2.3.1 Ajuda e Altruísmo na Atuação Humanitária e com SMAPS

Esta seção pretende discutir tanto os conceitos dos comportamentos de ajuda (no geral) e de altruísmo (em particular) quanto as principais motivações dadas pela literatura para explicar tais comportamentos. Historicamente, de fato: “O interesse teórico do estudo do comportamento pró-social pela Psicologia Social tem como ponto de partida a natureza da motivação para ajudar” (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2009, p. 229). Com base nestas considerações, então, a próxima seção discutirá os efeitos destes comportamentos nas relações interpessoais nos campos.

Os Comportamentos de Ajuda e de Altruísmo

A princípio, cumpre lembrar que “altruísmo” difere do “comportamento de ajuda” porque este teria, em alguma medida, “motivações autocentradas” para “aliviar o sofrimento” de outrem (Rodrigues et al, 2009, p. 228). Embora fora do escopo no presente, as motivações de ajuda ou não-ajuda em situações de emergência merecem maior atenção. Afinal, estas seriam “situações de tomadas de decisão” por excelência entre custos e benefícios da ajuda (Rodrigues et al, 2009, p. 242). Dessa forma: “Ajudar pode envolver custos para quem ajuda, como também pode trazer recompensas: na maioria dos casos. . . faz ambas as coisas” (Hinde & Groebel, 1991, p. 4).³⁸

Exemplos de tais “custos” para os prestadores da ajuda compareceram brevemente, ainda

³⁸ No original: “*Helping may involve costs to the helper, but it may also bring rewards: in most cases (...) it does both.*”

que não com esta terminologia, nos trechos selecionados das entrevistas, especialmente entre os voluntários. Dentre estes, mais do que entre os demais, houve indícios de risco à integridade mental e/ou física decorrentes e/ou relacionados a sua atuação em tais circunstâncias.

Dessa forma, com alguma “recompensa”, seria razoável supor uma maior longevidade da ajuda humanitária. Nos relatos, esta qualidade esteve relacionada sobretudo à profissionalização dos participantes: a atuação por via de ou para organizações humanitárias, por exemplo, tiveram uma operação mais contínua, ainda que com inserções mais breves, nessas situações, do que as formas voluntárias de atuação, que implicaram, no geral, intervenções de menor duração.

Os Motivos para os Comportamentos de Ajuda

Quanto às qualidades da ajuda, Fultz e Cialdini (1991, p. 135) citam três na visão de quem a presta sobre quem a recebe: “o outro como objeto, o outro como avaliador e o outro como indivíduo”.³⁹ A qualidade de “indivíduo” — da qual resultaria uma ajuda “genuinamente altruísta” —, seria muito rara na visão dos autores, que a consideram mais uma “possibilidade teórica” do que “um fato empiricamente estabelecido” (Fultz & Cialdini, 1991, p. 136).⁴⁰

Note-se que o “outro” é uma categoria analítica aberta na qual caberiam, no caso em análise, não apenas aqueles a quem se destina a ajuda (a população refugiada), como ainda aos que a prestam (como os participantes do estudo e os refugiados que atuam como voluntários). No caso dos participantes, cabem ser discutidos os indícios dessas qualidades nas suas perspectivas a respeito dos refugiados (incluindo os voluntários) enquanto os “outros” da ajuda humanitária.

Em tese, Fultz e Cialdini (1991, p. 139) indicam que os determinantes da ajuda orientada pelo outro como “objeto” estariam na sua visão enquanto alguém que busca ‘conforto’ ao invés de oferecer ‘cuidado’.⁴¹ Por muito tempo, antes das Diretrizes (IASC, 2007), os refugiados não

³⁹ No original, em Inglês: “. . . the other as object, the other as evaluator, and the other as an individual.”

⁴⁰ No original e na íntegra: “The genuinely altruistic helping resulting from this orientation, however, is at present best viewed as a theoretical possibility rather than an empirically established fact.”

⁴¹ No original: “The helper is seen as a ‘comfort’ seeker rather than a ‘care’ giver.”

estavam envolvidos na provisão da ajuda humanitária — e até hoje ocorre de serem excluídos do seu planejamento — sendo mais objetos (que sujeitos) dessa ajuda.

Na visão do outro enquanto “avaliador”, por sua vez, a ajuda oferecida teria a intenção de “. . . demonstrar altruísmo, mas o que realmente demonstra é o egoísmo na forma única de preocupação com a autoavaliação” (Fultz & Cialdini, 1991, p. 143).⁴² Nesse aspecto, o sistema da ajuda humanitária, ao ser financiado por doadores externos (sobretudo, pelos Estados) aos campos, fomenta esse estado de coisas ao condicionar a maioria dessas ações a sua avaliação.

A visão do outro da ajuda enquanto “indivíduo”, enfim, implicaria o seu reconhecimento enquanto uma pessoa em “seus direitos”, com suas “necessidades, desejos e objetivos próprios” (Fultz & Cialdini, 1991, p. 136).⁴³ Nesse sentido, lembra a teoria normativa do reconhecimento mútuo que Honneth (1992, p. 188) vislumbra no pensamento de Ernst Bloch, quando este diz que: “. . . a integridade dos sujeitos humanos, vulneráveis como são a injúrias por insultos e desrespeito, depende de receberem aprovação e respeito dos outros”.⁴⁴

Na próxima seção, serão discutidos então os reflexos das condições estruturais e culturais nas relações interpessoais dos refugiados. Especial atenção será dada às relações nos grupos, tal como percebidas pelos participantes do estudo.

2.3.2 Reflexos das Condições de Vida nas Relações Interpessoais

A presente seção traz algumas considerações teóricas acerca dos reflexos das condições de vida para as relações tanto nos grupos quanto entre grupos, dos refugiados. Antes disso, no entanto, cabem algumas observações teórico-metodológicas.

Em primeiro lugar, para melhor descrever tais relações, foi central deixar em aberto a

⁴² No original: “Such helping is intended to demonstrate unselfishness, but what it really demonstrates is selfishness in the unique form of concern for self-evaluation.”

⁴³ No original: “The orientation to the other as individual . . . involves recognizing the other as a person in her or his own right, a person with needs, desires, and goals of his or her own.”

⁴⁴ No original e na íntegra: “Without realizing it, Bloch avails himself of a normative theory of mutual recognition. According to this theory, the integrity of human subjects, vulnerable as they are to injury through insult and disrespect, depends on their receiving approval and respect from others.”

categoria de “grupos”, cuja definição ainda não foi consensuada na literatura (Rabbie, 1991). Em sendo “praticamente incalculável o número de grupos organizados ou informais” nas sociedades atuais (Honneth, 2013, p. 67), ademais, não seria interessante limitar a análise dessa forma.

Esta categoria é ainda central na abordagem das relações interpessoais de Hinde (2007, p. 249), para quem o indivíduo equilibra “. . . as próprias necessidades de acordo com o que é bom para as relações no grupo ao qual julga pertencer”.⁴⁵ À luz da multiplicidade de configurações de grupos sociais, esta abordagem implica ainda uma certa incongruência interna no indivíduo que se percebe pertencente a diferentes grupos (por exemplo, “refugiado” e “cisheterossexual”) — uma vez que suas necessidades poderão ser ajustadas para beneficiar um em detrimento do outro.

Em segundo lugar, apesar de todas as faltas estruturais dos campos, foi praticamente um consenso entre os participantes afirmar que há muito mais solidariedade do que conflito entre os refugiados. De forma similar, Honneth (2003, p. 209) afirma que, no geral: “Na relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida”

Nos campos, as circunstâncias estão distantes de um ideal igualitário no tratamento e no acesso a direitos. Nesse ínterim, as seções que seguem discorrem sobre as condições estruturais e culturais e os seus reflexos nos comportamentos e nas relações dos refugiados nesses espaços.

Reflexos das Condições de Vida nos Comportamentos Sociais

Estudos das relações interpessoais indicam que, geralmente, as condições “ideais” para os comportamentos pró-sociais são mais prováveis de serem encontradas “. . . em sociedades que não são ameaçadas pela competição por recursos de subsistência ou vizinhos agressivos” (Goody, 1991, p. 126).⁴⁶ Nos campos, como visto, as condições de vida possuem lacunas que vão

⁴⁵ No original e na íntegra: “Thus this approach sees an individual as balancing his own needs against what is good for relations in the group to which he sees himself as belonging.”

⁴⁶ No original e na íntegra: “It seems probable that optimal conditions for learning of prosocial behaviour through shaping, situational scaffolding and modelling occur in societies that are not threatened by competition for subsistence resources or aggressive neighbours.”

dos recursos básicos à privacidade, e que impactam no cotidiano dos refugiados.

Honneth (2013, p. 78) radicaliza, em certa medida, esta ideia, ao afirmar categoricamente que: “. . . a situação dos grupos numa sociedade sempre é tão boa ou tão ruim quanto o são as condições de socialização que nela prevalecem”. Ainda assim, houve uma grande diversidade na qualidade das relações interpessoais dos refugiados, tal como relatadas pelos participantes.

Esta diversidade poderia ainda indicar que, geralmente: “Os comportamentos sociais são determinados por múltiplos fatores, e nenhum determinante único do comportamento social . . . tem uma influência predominante em todas as situações” (Miller et al, 1991, p. 75). Para Hinde (2007, p. 6), certos aspectos contextuais afetam não apenas os comportamentos sociais, como ainda seus critérios norteadores para os sujeitos.

Assim como para a teoria do reconhecimento, não haveria base para a teoria das relações interpessoais afirmar, dessa forma, a centralidade da propensão humana, seja a comportamentos “pró-sociais”, seja aos “egoisticamente assertivos”, de modo independente dos ambientes físicos ou culturais nos quais se inserem. Além disso, na concepção de Hinde (2007, p. 10), ambos os tipos de comportamento seriam centrais para tornar possível a vida em sociedade.⁴⁷

Estas reflexões seguem ainda no próximo capítulo, em que os participantes opinam sobre os aspectos mais positivos e principais desafios de suas ações em SMAPS. São apreciados ainda os reflexos dessas ações no apoio social ou nos conflitos entre os refugiados nos campos.

⁴⁷ No original e na íntegra: “We have a tendency to be prosocial as well as to be selfishly assertive; if it were not so, social life would be impossible.”

3 AÇÕES DE SMAPS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS DOS REFUGIADOS

Este capítulo traz algumas avaliações sobre as ações e intervenções voltadas para a saúde mental e o apoio psicossocial (SMAPS) nas situações humanitárias descritas no capítulo anterior. Serão trazidos assim certos juízos de valor elaborados pelos atores nas entrevistas para esta tese.

Na primeira parte do capítulo, são listadas avaliações dos participantes quanto a aspectos tido como mais positivos e mais desafiadores no planejamento e realização das intervenções em que atuaram — tanto em situações de emergência humanitária, quanto após a fase emergencial.

Na segunda, são avaliados alguns dos principais efeitos dessas ações e intervenções nas relações interpessoais das populações refugiadas nos campos, novamente com foco nas relações ora de apoio social, ora de tensão ou conflito entre os refugiados nos campos.

A terceira parte do capítulo, por fim, discute tematicamente alguns conceitos trazidos ao longo das seções anteriores à luz do marco teórico escolhido. São abordados aspectos avaliativos quanto ao que seria mais positivo e mais desafiador para se promover as ações de SMAPS nos campos, na primeira parte, bem como com relação aos reflexos destas ações nos relacionamentos interpessoais dos refugiados nestes cenários.

3.1 Avaliando Algumas Ações de SMAPS em Campos de Refugiados

Esta seção traz as perspectivas dos participantes a respeito dos aspectos mais positivos e dos maiores desafios enfrentados pelas ações de SMAPS em campos de refugiados e em arranjos análogos. São ponderados, por um lado, aqueles aspectos relativos ao momento de planejamento das ações, e por outro lado, aqueles relacionados à implantação ou monitoramento nos campos.

3.1.1 Aspectos Mais Positivos de SMAPS em Campos de Refugiados

Alguns participantes elencaram certos aspectos dos campos como sendo mais positivos para as intervenções de SMAPS do que, por exemplo, nas zonas urbanas. Note-se, todavia, que o local de realização destas ações não se trata de uma escolha, sendo no geral uma prerrogativa dos Estados (e, portanto, uma decisão política).

As opiniões a esse respeito, ademais, não foram uma unanimidade. Certa participante, inclusive, discordou fortemente de que houvesse algum aspecto dos campos que fosse positivo para a ajuda humanitária: “Isso não é surpreendente, mas acho que os campos não são nada bons” (2).

À parte essas considerações, a presente seção apresenta os aspectos mais positivos e mais desafiadores nos campos para o planejamento e a promoção de ações em SMAPS segundo os participantes das entrevistas, baseados em suas próprias experiências.

Aspectos Positivos dos Campos no Planejamento das Ações de SMAPS

Entre os aspectos dos campos elencados como potencialmente facilitadores das ações em SMAPS, compareceu, em primeiro lugar, o fato de que em tais locais, alguns critérios — como a “área de captação da população” e a estrutura para a realização — estão, no geral, previamente definidos (1). Nas zonas urbanas, por outro lado, a localização e o deslocamento dos refugiados até o onde seriam prestadas as ações humanitárias podem implicar em custos maiores (1).

Além disso, mediante planejamento prévio, seria mais fácil acompanhar os casos pelas organizações humanitárias através da localização dos voluntários nos campos (1). Considerando as diferenças elencadas entre os campos, como entre a fase inicial e a pós-emergencial, tais ações seriam ainda beneficiadas pelo modo de habitação setorial segundo a região de origem de seus habitantes, por exemplo — caso já exista este mapeamento entre os refugiados.

Outra vantagem comparativa seria a facilidade de dialogar com membros da comunidade

refugiada para desenhar as intervenções. Isto facilitaria, por exemplo, na tradução de conceitos, como “depressão” ou “saúde mental”, para os termos mais apropriados segundo suas respectivas culturas de origem, ampliando assim a receptividade das ações pelo público-alvo (5).

Aspectos Positivos dos Campos na Realização das Ações de SMAPS

Com maior frequência que no planejamento, foi relatado que os próprios refugiados são voluntários nas ações para a busca de quem necessite de, ou já receba o apoio psicossocial (1). Esta proatividade auxiliaria ainda na conscientização geral sobre a relevância desse apoio e na redução do estigma a seu respeito entre os próprios refugiados nos campos (1).

A participação direta dos refugiados nas intervenções pode ser ainda, em parte, atribuída às Diretrizes (IASC, 2007), que preconizavam uma base maior nas comunidades e menos nas instituições do que se praticava até então (3). Quando realizadas pelos próprios refugiados, tais ações seriam ainda beneficiadas pela maior compreensão do público-alvo sobre seus limites, uma vez que, segundo um participante: “Embora ainda sejamos indivíduos, quando atuamos para uma organização, nós a representamos, e também assumimos a responsabilidade por isso” (4).

Em certos momentos, como no início da crise pandêmica, os campos facilitariam ainda as “conversas informais” entre pessoas com “crenças diferentes” ou com “restrições diversas” para seguir algumas das recomendações, como o distanciamento social (5). Tais discussões em grupo representariam ainda, na opinião desta participante, uma “solidariedade”, no sentido de facilitar a busca coletiva por maior “compreensão” em torno das situações de crise (5).

Nas situações de emergência, enfim, as ações se beneficiariam do “tipo de mobilização” (8) que com frequência se verificaria quando da criação dos campos. Nessas circunstâncias, o “limite do cansaço” das pessoas envolvidas seria ampliado pelo “entusiasmo” inicial, de modo que os voluntários atuariam por mais tempo nos campos do que em um “ambiente normal” (10).

Muitos desses aspectos, entretanto, enfrentariam ainda desafios para serem aproveitados

em toda a sua potencialidade, ou minimamente de modo adequado nesses cenários. Isto se deve não só aos limites dos campos, como ainda aos desafios listados na próxima seção.

3.1.2 Principais Desafios de SMAPS nos Campos de Refugiados

Assim como na seção anterior, no geral, os participantes identificaram certos desafios relacionados tanto ao momento de planejamento quanto ao de realização das ações em SMAPS. Note-se que tais momentos foram separados, nesta tese, apenas para fins analíticos, como segue.

Principais Desafios dos Campos no Planejamento das Ações de SMAPS

Entre os diversos desafios dos campos para as intervenções em SMAPS, foi destacada a barreira do estigma em torno da saúde mental que ainda persiste em muitas sociedades (1). Esta seria uma das razões pelas quais certas organizações se viram quase obrigadas a integrar seus serviços às atividades já existentes, uma vez que: “. . . se você simplesmente montar um centro de saúde mental, as pessoas não virão. Ou se vierem, outras comentarão o fato no campo” (1).

Em segundo lugar, e relacionado ainda ao estigma, compareceu mais uma vez o desafio da falta de privacidade, relacionado não apenas às questões de gênero e aos “casos de proteção”, como ainda a questões de saúde mental, que rapidamente podem se tornar “objeto de fofoca” nos campos (1). Em outros contextos, tal como nas zonas urbanas. Em síntese, haveria simplesmente “mais opções e anonimato” para casos de proteção e de saúde mental (1), embora menos ações do tipo — ainda que não faltasse demanda —, segundo outro relato (9).

Além disso, o desafio da dependência da ajuda seria maior em contextos humanitários tradicionais, como nos campos, por esse tipo de cenário concentrar mais pessoas de menor status socioeconômico que as zonas urbanas. Segundo uma entrevistada: “Se você é um refugiado mais rico, tende a ver se poderia alugar algum lugar da cidade e ter um pouco mais de liberdade” (1).

Além disso, o preparo necessário para planejar tais ações seria ainda outro desafio, dado que, no geral, faltaria “tempo” para tal. De acordo com uma participante: “. . . muitas vezes, por causa do financiamento, temos pouco tempo para implantar o projeto, e temos que desenhar antes mesmo de conhecer as comunidades adequadamente” (3).

Para outro participante, os campos seriam certos “casos especiais”, em que: “Pode não ser possível ter um plano completo antes que a população refugiada chegue” (7). A seu ver, a responsabilidade maior do preparo em SMAPS seria dos países que tradicionalmente financiam a ajuda humanitária, sendo que: “. . . na maior parte, estão preparados. . . mas não sobre saúde mental, pois, salvo certas organizações e pessoas, não se atentam à cultura e a seus impactos ou efeitos na percepção da saúde ou doença mental, nem de como se expressa isso” (7).

Além disso, boa parte das ações nos campos, como visto, são baseadas em voluntariado — o que implica em um regime de trabalho altamente flexível e elevada competitividade entre as organizações pelos voluntários melhor preparados. Tais organizações teriam, portanto, o desafio de cooperar entre si e de adotarem certas medidas — como um “teto para os auxílios” (4), por exemplo — de modo a otimizarem a implantação e a sustentabilidade das suas ações.

Principais Desafios dos Campos na Realização das Ações de SMAPS

Novamente trazendo as Diretrizes (IASC, 2007), uma participante disse que, antes dessa publicação: “. . . , suponho que o mais desafiador foi que não havia apoio, não havia grupos com os quais você pudesse se conectar para descobrir o que os outros estavam fazendo” (3). Embora essa situação já esteja superada em muitos cenários, deve ser ressaltada a importância de buscar essa cooperação nos momentos iniciais de novos campos, ou novas emergências humanitárias.

Nas situações emergenciais, ademais, foi relatado que os refugiados estariam em estado de “choque”, não podendo facilmente esboçar emoções positivas — como a alegria (10). Esta dificuldade seria um desafio, e inclusive teria frustrado certos voluntários, que esperavam dos

refugiados expressões de gratidão ou proatividade diante da ajuda recebida (8).

Frustração semelhante teriam os próprios voluntários ou agentes humanitários, segundo um participante, ao se verem com frequência diante de problemas “externos”, para os quais não possuiriam “solução” (4). A seu ver, tais ações nos campos enfrentariam ainda outro desafio:

Na verdade, o principal problema é que as pessoas não podem se mover, e você faz da jornada delas um lembrete absoluto desse fato. E muitas vezes não falamos muito sobre isso. . . , mas apenas nos concentramos nos efeitos de algo que poderia ser realmente evitado se houvesse uma decisão política que mudasse o modo como as pessoas conseguem chegar à Europa (4).

Nesses cenários, com o passar do tempo, seria um desafio adicional para os refugiados terem suas demandas reconhecidas, dado que a mídia perpetuaria tais imagens mesmo na fase pós-emergencial. Certo participante nega que, por exemplo, os sírios sejam “tristes” e “sofrendo de trauma” no “dia-a-dia”, como se veria tanto nos jornais (9). Ao contrário: “Eles riem, brincam e lutam com várias coisas, mas não com o trauma; lutam contra a burocracia, a discriminação, as restrições ao trabalho e os serviços cotidianos, como educação, saúde, etc.” (9).

Os exemplos de voluntariado entre os próprios refugiados nas intervenções humanitárias ilustram, ao menos na fase pós-emergencial, uma situação diferente desses retratos na mídia. O mesmo voluntariado, contudo, traria ainda o desafio da “competitividade” por voluntários entre as organizações (1) e o da “falta de continuidade” de financiamento (5) — ambos os recursos muito escassos nos campos — com efeitos potencialmente danosos para os refugiados.

3.2 Reflexos de SMAPS nas Relações Interpessoais dos Refugiados

Na presente seção, serão trazidos os pontos de vista dos participantes acerca dos reflexos de suas ações em SMAPS no apoio social e nos conflitos entre os refugiados nos campos. Para o apoio social, os relatos foram classificados conforme as avaliações “positivas” ou “negativas” acerca desses reflexos, na opinião dos participantes das entrevistas. Para os conflitos, os reflexos

foram descritos conforme percebidos nos grupos ou entre os grupos de refugiados nos campos.

3.2.1 Reflexos de SMAPS no Apoio Social entre Refugiados

Na presente seção, serão explorados os pontos de vista dos prestadores de SMAPS acerca dos reflexos positivos ou negativos de suas ações e intervenções no apoio social entre refugiados nos campos. São destacadas a relevância das estruturas físicas, como os centros de convivência, voltadas para certos grupos, bem como de certas lideranças locais (religiosas ou comunitárias), e ainda a necessária relação entre os grupos para o êxito dessas atividades nos campos.

Reflexos Positivos de SMAPS no Apoio Social entre Refugiados

Nas falas de alguns participantes do estudo, a criação de estruturas para certos grupos de refugiados traria bons reflexos sobre o apoio social preexistente. Para uma participante: “Trata-se de criar o espaço físico, e às vezes isso basta. Às vezes, apenas criar esse espaço é tudo o que precisa ser feito, porque então os refugiados são muito bons em se organizar” (1).

Quanto aos espaços para meninas e mulheres em alguns campos, outra participante disse que, embora ali elas se reúnam, façam “coisas legais” ou “pequenas atividades” juntas, enquanto prestadora de SMAPS, ela não teria “certeza” do quanto isso se traduziria no “apoio social fora do espaço”, que “não se vê” (3). Julga ser positiva a possibilidade de que os refugiados possam “construir suas próprias redes de apoio e apoiar uns aos outros”, embora com o desafio de serem inclusivos com certos indivíduos, notadamente aqueles em situação mais vulnerável (3).

Nesses espaços, as atividades “entre os pares” — que reúnem “pessoas do mesmo sexo, da mesma idade, talvez também passando por uma dificuldade semelhante, como um problema de saúde mental” (5) — promoveriam o apoio nesses grupos (5, 1). Isto porque as atividades — como futebol, artesanato, costura, etc. — estimulariam laços duradouros entre os refugiados (5).

Tais ações propiciariam ainda aos refugiados “lidar com sua vida e situação cotidianas” — ainda que isto não soe “muito glamoroso” em relatórios para doadores, segundo uma participante (1).

Para além do apoio social nos grupos sociais, certas intervenções de SMAPS teriam ainda reflexos positivos nesse apoio entre grupos de refugiados. De fato, considerar as relações entre grupos ajudaria a promover mais o apoio social nos campos, segundo alguns participantes.

Considerar o papel de certos líderes religiosos, por exemplo, em intervenções voltadas às questões de gênero, seria fundamental pois, segundo uma participante, eles poderiam “apoiar muito a mudança”, desde que sejam “engajados da maneira correta” (3). A título de exemplos, indicou que certas organizações em campos na Nigéria “. . . envolvem líderes religiosos na tentativa de prevenir coisas como casamento infantil e mutilação genital feminina” (3).

Contrariamente à setorização estrita entre os refugiados, a interrelação entre os grupos seria uma diretriz a ser observada nos campos. Ações voltadas para crianças que consideravam necessidades psicossociais de seus tutores, por exemplo, seriam melhor sucedidas, uma vez que tais crianças teriam talvez um lar melhor para retornar (4). Além disso, uma vez apoiados em termos laborais, os tutores (em especial, as mães) atuariam mais na educação de seus filhos (5).

Diante de todas estas complexidades, é compreensível que alguns participantes tenham considerado que ações em SMAPS possuam reflexos “tanto positivos quanto negativos” para os refugiados (7). Para um participante: “Se os provedores estiverem realmente informados sobre o que significa “saúde mental e apoio psicossocial”, então é realmente útil e pode ajudar” (7).

Dessa forma, mesmo implicitamente, diversos efeitos potencialmente negativos das ações de SMAPS foram relatados pelos participantes quanto aos refugiados, como na seção que segue.

Reflexos Negativos de SMAPS no Apoio Social entre Refugiados

Conforme lembrou uma participante do estudo, as próprias Diretrizes (IASC, 2007) citam reflexos potencialmente negativos das intervenções em SMAPS — em particular, no apoio social

— entre a população refugiada (1). Em sendo um princípio norteador de SMAPS que os próprios refugiados possam criar ou restabelecer laços duradouros, um dos reflexos mais negativos dessas ações seria, na contramão desse princípio, uma “enorme dependência” de ajuda humanitária (1).

Nos campos, tal dependência seria ainda aumentada, no geral, pelos “recursos escassos”. Desse modo, uma vez que alimentos e demais itens seriam distribuídos nos campos “talvez, uma vez por mês” (1) pelas mesmas organizações que dizem, ainda, onde os refugiados devem morar: “. . . a sensação de controle e a capacidade dos refugiados de agir e tomar uma decisão concreta por si mesmos em um campo são bastante limitadas” (1).

Quando tentam sair dos campos para buscar alternativas, além de normativas estatais que muitas vezes restringem essa possibilidade, os refugiados podem esbarrar, ainda, no elemento humano nos campos, ou seja: em agentes humanitários que, por vezes, não performam de modo adequado suas funções. Em certo campo, houve o relato de que, por vezes, quando alguém entre os refugiados “começava a brigar, ou a pedir mais comida, ou um tratamento melhor, ou o acesso a isso”, certos agentes tentariam “colocar essa pessoa na situação de ser problemática” (2).

Na prática, as próprias organizações também enfrentam, como visto, certos desafios que limitam os reflexos positivos (e potencializam os negativos) dessas intervenções nos refugiados. Entre tais desafios, a “falta de tempo” para o seu planejamento com as comunidades, como visto, prejudicaria a “autoeficácia” dessas ações (3), como preconizado pelas Diretrizes (IASC, 2007). Embora, às vezes, os refugiados mesmos resistam a esta participação, compareceu nos relatos a opinião de que o diálogo seria necessário para as organizações evitarem “causar danos” (3).

Segundo outro participante, no entanto, por vezes a própria insistência em se falar sobre SMAPS, ao invés de sobre as causas dos problemas que, no limite, geram sua necessidade, seria prejudicial para as próprias intervenções em SMAPS. A seu ver, negar que certos sofrimentos possuem causas “externas”, para as quais tais ações não trazem “solução”, seria “uma maneira de criar mais angústia e sofrimento nas pessoas” com as quais se trabalha (4).

Exemplos dessas “questões externas”, a ausência ou interrupção abrupta de recursos para as ações teriam ainda efeitos negativos para os refugiados, em especial os voluntários. Segundo um relato, fatos como “um atraso em receber um salário”, podem se refletir de forma “muito negativa” sobre essas pessoas, que podem “. . . ou não se sentirem preparadas para lidar com os desafios. . . em seu trabalho, ou não se sentirem apoiadas” para resolvê-los (5).

3.2.2 Reflexos de SMAPS nas Relações de Conflito entre Refugiados

Esta seção explora as perspectivas dos prestadores de SMAPS acerca dos reflexos dessas ações nas relações de conflito entre os refugiados nos campos. Ressaltam, entre outros aspectos, a relevância da segurança, tanto física quanto emocional, tanto para realizar essas atividades nos campos quanto para zelar, em particular, pelas pessoas que mais necessitem de proteção.

Reflexos de SMAPS nos Conflitos dentro dos Grupos de Refugiados

Nos grupos, um participante lembra que, pelas Diretrizes (IASC, 2007), a segurança deve embasar todas as intervenções em SMAPS (4). Isto porque: “Somente quando se tem o mundo externo ou o mundo social estabelecido é que se poderá ajudar a pessoa a se concentrar em seu mundo interno e no seu aspecto de cura” (1).

No entanto, como visto anteriormente, muitos campos não possuem uma área adequada para tratar da segurança dos ditos “casos de proteção” (1). Em consequência, foi relatada, como uma das intervenções possíveis de SMAPS, em tais casos, a criação desses espaços (1).

Todavia, por sua mera existência, uma área mais separada dos campos destinada a apenas certos grupos poderia estimular nos residentes um estigma contra as mesmas pessoas, sendo seu risco um desafio para seus gestores. Outro desafio de gestão seria definir a “vulnerabilidade” e quem seria “vulnerável” para acessar tal local (4), sob o risco de que os refugiados discriminem ainda mais quem necessite de um tal “lugar especial” para residir dentro do próprio campo (6).

Como exemplo, foi observado que a setorização estrita do público-alvo, segundo a faixa etária ou o gênero, poderia criar novos desafios. Segundo um participante, em certo campo: “. . . havia muitos serviços para crianças, mas não tantos para as famílias. Especialmente para os homens jovens — pais, por exemplo, na faixa dos 20 anos, que precisavam de muito apoio” (4).

As estruturas criadas pelas organizações de ajuda humanitária nos campos devem, então, ser pensadas “com cuidado” de modo a não “piorar as coisas” para as pessoas que, uma vez fora, podem retornar ao convívio familiar, por exemplo (3). Tais espaços podem, enfim, alterar certas relações interpessoais, gerando conflitos para os indivíduos aos quais se pretende proteger.

Reflexos de SMAPS nos Conflitos entre os Grupos de Refugiados

Nesse tema, compareceu a preocupação central com os indivíduos “mais marginalizados” e as “que pareçam contrariar as normas da comunidade”, como as “meninas que se recusam a se casar” ou as pessoas “com orientações sexuais não-aprovadas”, entre outras (3). Segundo uma participante, ao serem parte de certas intervenções em SMAPS voltadas para seus grupos, essas pessoas estariam em maior evidência e maior risco, portanto, de conflitos com outros refugiados.

Isto possui relação, ainda, com os aspectos de (in)segurança previamente descritos, e com os desafios de estruturar adequadamente nos campos os espaços destinados a estas pessoas. De fato, os campos são arranjos permeáveis a todo tipo de conflitos sociais, não havendo razão para supor que a “discriminação” contra os refugiados, embora mais frequente nas zonas urbanas (9), ocorra apenas fora de seus limites.

Lidar com a discriminação e outras tensões entre os refugiados por meio de SMAPS, entretanto, pode se refletir de modo adverso nas suas relações. Segundo um relato, os reflexos conflitivos se verificariam “não só dentro da família, como ainda em outras hierarquias dentro da comunidade”, como com os “mais velhos”, porque: “quando homens mais jovens começam a ter poder por serem empregados de ONGs, isso também pode causar alguma tensão” (3).

A este respeito, outro participante trouxe o caso de um país asiático onde as organizações humanitárias, ao apoiarem grupos discriminados, embora sem “más intenções”, teriam agido mal por não “se informarem das possíveis consequências” de seus atos (7). Isto porque, estes grupos, uma vez conscientes de sua situação, mas sem a perspectiva de serem “integrados à comunidade mais ampla”, teriam se “rebelado” para “lutar contra o que está lá. . . se opondo a eles” (7).

De modo indireto, então, tais organizações (locais ou internacionais) teriam contribuído para um conflito armado que se alastrou no espaço e se prolongou no tempo, muito além das suas ações. Tais ponderações possuem, enfim, relação com o alcance limitado destas ações.

Limites de SMAPS nas Relações Interpessoais entre os Refugiados

Entre alguns participantes, e como pano de fundo para suas inquietações, comparece uma incerteza quanto ao nível com que ações de SMAPS de fato afetam as relações dos refugiados. Certa agente, em particular, afirmou: “Não tenho certeza se são as intervenções que fortalecem o apoio social. Penso que as pessoas vivendo juntas e simplesmente trabalhando juntas para o que quer que estejam trabalhando juntas, é isso o que faz a diferença” (3).

Quanto a se as ações de SMAPS possuem reflexos nos conflitos entre os refugiados, uma participante delimitou, espontaneamente, eventuais reflexos positivos (na redução dos conflitos) ao “ambiente familiar” (1). Na sua opinião, quanto a “conflitos que são maiores em escala”, tais como “entre uma tribo, um clã, ou pessoas de diferentes aldeias que são refugiados” no mesmo campo, as intervenções “provavelmente não estão interrompendo esse aspecto do conflito” (1).

Quanto a limites no alcance global das ações em SMAPS, enfim, outro participante disse: “Caso apenas se resolva o problema no nível do indivíduo, sem reconhecer aspectos macro que causam esse sofrimento, temo que de algum modo sejamos apenas instrumentos para continuar, para manter uma situação de desigualdade” (4). Entre os “aspectos macro”, estariam as políticas migratórias de certos países, notadamente na Europa, de restrição às pessoas deslocadas à força.

Compareceram, ainda, opiniões de que certas atuações nos campos não teriam “mudado qualquer coisa” (6) na situação dos refugiados nos campos. Para um participante em particular, o ato de pensar ou se questionar muito acerca desses reflexos o levaria a “não querer fazer coisas”, de modo que estaria mais preocupado com avaliar a atuação das organizações atualmente (6).

3.3 Discussão: SMAPS nos Campos de Refugiados

Este capítulo apresentou perspectivas avaliativas dos participantes sobre ações de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS) nos campos de refugiados, descritos no capítulo anterior. A seguir, serão tecidas breves considerações acerca dos resultados à luz do referencial teórico.

Em primeiro lugar, será debatido o “estigma” em torno das ações de SMAPS com relação aos seus reflexos entre os refugiados nos campos — tanto aqueles a quem se destinam, como os que, por vezes, se voluntariam em desempenhar estas ações. Em segundo, serão trazidos aportes teóricos para os fenômenos de apoio social e conflito percebidos nas suas relações interpessoais.

3.3.1 Barreiras em relação a SMAPS nos Campos

Nesta seção, serão discutidas as barreiras em torno do acesso a ações de saúde mental e apoio psicossocial nos campos. A primeira parte discorre sobre as barreiras ao acesso a direitos pelos refugiados e seus reflexos no estigma em torno dessas ações, enquanto a segunda aborda as ações voluntárias de parte dos refugiados nesses contextos para tentar mitigar seus efeitos.

Barreiras no Acesso a Direitos nos Campos de Refugiados

Nos contextos estudados, os refugiados enfrentam diversas barreiras para acessar direitos humanos. Tais “direitos”, segundo Honneth (1992, p. 190-191), podem ser entendidos enquanto “. . . reivindicações individuais que uma pessoa pode legitimamente esperar que a sociedade

cumpra”, sendo também ela a sua “integrante plena”.⁴⁸

Em sendo as sociedades contemporâneas tão desiguais entre si, estas reivindicações não são traduzidas, na maioria das vezes, em direitos igualmente acessíveis a todos os integrantes de uma coletividade. No caso dos campos, o ACNUR (2014, p. 4) admite enquanto “característica definidora” desses espaços “. . . algum grau de limitação nos direitos e liberdades dos refugiados e em sua capacidade de fazer escolhas com sentido sobre suas vidas”.⁴⁹

Nesses contextos, dessa forma, as “reivindicações individuais” de demandas relativas aos direitos humanos não possuem a expectativa legítima de serem atendidas em nenhum nível. Na esteira da teoria do reconhecimento, portanto, podemos compreender que esta falta gere ou então agrave a barreira do “estigma”, ou de certa desconfiança, quanto a essas ações entre a população refugiada. Acerca deste fenômeno, são discutidas as características e os impactos mais centrais para o estudo das relações interpessoais na seção que segue.

O Estigma contra SMAPS nos Campos de Refugiados

Nos relatos anteriormente vistos, compareceu, por vezes, a preocupação com a barreira do estigma para a prestação das ações de SMAPS. Este estigma no geral foi relacionado a uma impressão negativa que uma parcela dos refugiados teria a respeito destas ações nos campos.

Teoricamente, seria possível classificar este estigma no segundo nível, mais normativo, das formas de desrespeito abordadas na teoria do reconhecimento. Segundo Honneth (1992, p. 190), entre os três níveis de desrespeito, a diferença estaria em como se prejudicaria a relação da pessoa consigo mesma, e isto então a impediria de ter certas “reivindicações de identidade” plenamente reconhecidas.⁵⁰

⁴⁸ No original (Inglês): “. . . "rights" to signify those individual claims that a person can legitimately expect society to fulfill, since, as a full-fledged member of a community, he has an equal right to participate in its institutional order.”

⁴⁹ No original (Inglês), e na íntegra: “The defining characteristic of a camp, however, is typically some degree of limitation on the rights and freedoms of refugees and their ability to make meaningful choices about their lives.”

⁵⁰ No original, na íntegra: “The differences between these forms are measured by the degree to which they can upset a person's practical relationship to self by depriving this person of the recognition of certain claims to identity.”

No primeiro nível (da “integridade física”), por exemplo, o desrespeito prejudicaria a relação da pessoa com a sua imagem *corpórea* do self, enquanto no segundo, sua “morte social” viria pelo desrespeito no seu acesso desigual a direitos, afetando seu sentido *normativo* de self. No terceiro nível, em que indivíduos ou grupos são atacados no seu estilo de vida, o desrespeito seria equivalente à *injúria* e poderia vir a ser transmutado em uma “fonte de motivação para atos de resistência política” (Honneth, 1992, p. 200).

Em todos os níveis, enfim: “. . . as diversas formas de desrespeito à integridade psíquica assumem o mesmo papel negativo que as doenças orgânicas desempenham no contexto dos processos corporais” (Honneth, 1992, p. 192).⁵¹ Este reflexo negativo no nível psíquico das relações interpessoais não pode ser menosprezado, de modo que importaria buscar tanto formas de combater o estigma quanto de promover direitos, como o direito à saúde, nos campos.

Entre as principais formas organizativas dos refugiados nos campos, portanto, segundo os participantes, para combater este estigma, compareceram relatos de ações voluntárias que seriam por eles desempenhadas junto às organizações humanitárias. Na próxima seção, serão discutidos os principais reflexos de tais ações entre os refugiados, conforme segue.

3.3.2 Potencialidades de SMAPS nos Campos

Esta seção aborda as contribuições em potencial de SMAPS nas relações interpessoais de refugiados, sobretudo no seu incentivo ao apoio social ou à gestão de conflitos dentro dos grupos e entre os grupos. Serão analisadas as potencialidades desta ajuda tanto no caso dos refugiados que se organizam para prestá-la, quanto no caso dos prestadores de ajuda internacional.

SMAPS e Voluntariado de Refugiados nos Campos

⁵¹ No original: “. . . the various forms of disrespect for psychological integrity take on the same negative role that organic diseases play in the context of body processes.”

No caso da luta por um acesso mais igualitário às ações de SMAPS, os relatos trouxeram como positivas as ações voluntárias de alguns refugiados nos campos. Quando os participantes informam, por exemplo, acerca de tal voluntariado para reduzir o estigma em torno dessas ações nos campos, no entanto, não cabe pensar que tais ações são recebidas igualmente por todas as pessoas que trabalham ou residem nestes lugares.

Nesse sentido, cabe citar uma premissa da teoria das relações interpessoais, pela qual os comportamentos “bons” e aqueles ditos “ruins” seriam, no geral, “dois lados da mesma moeda” (Hinde, 2007, p. 249).⁵² Como discutido no capítulo anterior, motivações autocentradas, apesar de socialmente julgadas como “ruins”, são deveras comuns em comportamentos de ajuda.

Em vista de tal premissa, não cabe, no presente, juízo de valor acerca das motivações das pessoas refugiadas nessas situações para se implicarem em ações do tipo. Mais importantes seriam os reflexos de se comportarem dessa forma, visto que, segundo Hinde (1991, p. 134): “Diversos estudos clássicos sobre variáveis situacionais demonstraram que um número crescente de espectadores (passivos) reduz a probabilidade de que indivíduos venham a ajudar, enquanto a observação de espectadores ajudando ativamente aumenta a tendência pró-social”.⁵³

Dessa forma, comportamentos de ajuda podem influenciar positivamente a convivência em harmonia tanto dentro dos quanto entre grupos de refugiados. Tal como visto anteriormente, foi percebida uma “identidade comum” entre os que atuam voluntariamente nos campos.

Nestes casos, cabe refletir sobre o papel dos grupos para o primeiro nível (subjetivo ou psíquico) das relações interpessoais. De fato, a categoria de “grupo”, segundo Honneth (2013, p. 78): “. . . longe de representar uma ameaça para a identidade pessoal, é, nas palavras de Adorno, uma fonte da humanidade”. Para a teoria do reconhecimento, seria fundamental a “experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo” para que o indivíduo

⁵² No original e na íntegra: “Developmentally, 'good' and 'bad' behaviour are two sides of the same coin, which predominates depending largely on the vicissitudes of experience.”

⁵³ No original: “Several classical studies on situational variables have demonstrated that with an increasing number of (passive) bystanders the likelihood that individuals will help decreases, whereas observation of bystanders actively helping increases the prosocial tendency”.

possa “manter o autorrespeito” e a “autoestima” ao longo de sua vida (Honneth, 2013, p. 77).

Quando o grupo social, em última análise, seria toda a humanidade, o indivíduo pode até mesmo cruzar fronteiras para buscar esta experiência compartilhada de apoio. Na próxima seção, portanto, será explorada ainda esta potencialidade das ações humanitárias na atualidade.

SMAPS sem Fronteiras: a Ajuda Humanitária Internacional

As diversas barreiras ao acesso a direitos nos campos, anteriormente vistas, são fruto de uma desigualdade, em última instância, global ou internacional. Enquanto certos indivíduos se deslocam por uma insuficiência de recursos no local de origem, outros deslocamentos possuem o objetivo de levar certos recursos, em alguma medida excedentes, para um outro local.

Nos deslocamentos em prol da ajuda, os meios de comunicação seriam motivadores centrais, dado que propiciam “. . . uma rede que aprimora a comunicação mundial, permitindo que o destinatário se familiarize com e até participe de outros grupos e culturas, reduzindo assim sua estranheza” (Hinde, 1991, p. 267).⁵⁴ Para isto, os modos como se estruturam tanto as ações humanitárias quanto os meios para a sua divulgação, no entanto, deveriam ser revisitados.

Em primeiro lugar, importaria rever o conteúdo frequentemente divulgado nas situações humanitárias — incômodo que comparece também em uma das entrevistas. De fato, de acordo com Hinde (2007, p. 9): “O que os jornais não relatam são os inúmeros atos de bondade e cooperação que a maioria de nós recebe todos os dias”.⁵⁵

Mudar este conteúdo significaria, em alguma medida, mudar também as representações tanto de quem presta a ajuda quanto de quem a recebe. Para tanto, levar em consideração o que o IASC (2007) afirma, no coração de suas Diretrizes, acerca do protagonismo das populações que recebem a ajuda no campo decisório a respeito desta ajuda seria, certamente, fundamental.

⁵⁴ No original: “Although often blamed for antisocial effects, the mass media nevertheless offer a global network which enhances worldwide communication, enabling the recipient to become acquainted with and even to participate in other groups and other cultures, thereby reducing their strangeness.”

⁵⁵ No original: “What the papers do not report are the innumerable acts of kindness and cooperation that most of us receive every day.”

Nesse sentido, as iniciativas tomadas por esse Comitê e pelas organizações humanitárias para incentivar debates em torno dessas Diretrizes são fundamentais para torná-las uma “crença compartilhada”. Como lembra Hinde (1991, p. 6): “A confiança de que as crenças e os valores são compartilhados pode ser essencial para a confiança e o comprometimento”,⁵⁶ sendo isto em especial válido para os comportamentos de ajuda aqui apresentados.

Idealmente, estes debates deveriam ainda incluir aspectos frequentemente relegados ao segundo plano, como os aspectos políticos e geopolíticos da ajuda humanitária, cuja importância foi ressaltada em alguns relatos. Segundo Fultz e Cialdini (1991, p. 135), há décadas que: “. . . mentes inquiridoras querem saber não só quando mais ajuda é fornecida e quem ajuda mais, mas também por que a ajuda é fornecida e qual é o seu propósito, ou seja, a qualidade da ajuda”.⁵⁷

Em último e não menos importante, o fato de que sejam os próprios prestadores da ajuda humanitária que estão repensando as diretrizes desta ajuda, embora muito enriquecedor para sua formação, também levanta a questão de “quem cuida dos cuidadores”. Relacionada ainda uma vez à “despolitização” da ajuda humanitária, a ausência do papel dos Estados neste debate que, em vários níveis, perpassa decisões políticas de extrema importância, desvela a fragilidade destes acordos — mesmo quando obtidos após longos debates, como no caso das Diretrizes do IASC — e o desamparo sentido por muitos prestadores de ajuda em diferentes situações humanitárias.

Que os Estados tomem para si o papel de formar pessoas mais conscientes das situações de emergência humanitária internacional já seria uma evolução importante dos debates trazidos pela presente tese. Enquanto isto não acontece, todavia, a qualificação desses debates em todos os níveis de formação e em todos os níveis das relações interpessoais já promoveria, em alguma medida, o reconhecimento dos direitos dos refugiados, inclusive, a saírem dos campos e desses arranjos análogos para se integrarem plenamente a todas as sociedades.

⁵⁶ No original: “Confidence that beliefs and values are shared may be essential for trust and commitment”.

⁵⁷ No original: “. . . enquiring mind wants to know not only when more help is provided and who helps more but also why help is provided and what its purpose is, that is, the quality of helping.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos campos de refugiados, os relacionamentos interpessoais se sujeitam a vários fatores de influência em diferentes níveis de complexidade e em relação dialética entre si e com os diferentes grupos, o ambiente físico e as estruturas socioculturais, incluindo as atividades de saúde mental e apoio psicossocial que se voltam especificamente para essas populações. Esta tese apenas buscou trazer alguns destes fatores para o cerne dos debates em Psicologia Social em diálogo com outras áreas do saber, notadamente a Filosofia, o Direito, a Saúde e a Sociologia.

Segundo a literatura revista no primeiro capítulo, a ajuda humanitária pode impactar nas relações interpessoais nas comunidades de refugiados de modo benéfico ou não. São destacados, entre seus efeitos benéficos, o aumento do apoio social nos campos, e entre os potencialmente adversos, o acirramento de tensões e conflitos, pois as intervenções afetam um grande número de pessoas, sendo difícil abarcar todas as suas interrelações em cada projeto de maneira isolada.

Contra este isolamento relativo entre tais projetos e ações, o consenso entre prestadores de ajuda humanitária obtido para a publicação das Diretrizes do IASC (2007) representa já uma grande conquista, em que pesem todas as pertinentes críticas. Tal conquista, porém, corre o risco de perder-se caso seus desdobramentos principais não encontrem ainda ampla difusão e respaldo entre a comunidade internacional, ou — mais grave — considere os olhares das comunidades locais de maneira desigual, contrariando o princípio da equidade nas relações interculturais.

Assim, cabe aos próprios prestadores da ajuda humanitária avaliarem criticamente as suas ações. O fio condutor dessa avaliação, contudo, deveria ser a reparação de danos passados para buscar evitar (mais) danos futuros, tendo os receptores da ajuda ao centro da tomada de decisões sobre tal reparação. Certamente a ajuda humanitária teria muito a ganhar com esse entendimento.

Referências

Abramowitz, S., & A. Kleinman (2008). Humanitarian intervention and cultural translation: A review of the IASC guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in emergency settings. *Intervention*, 6: 219–227.

Aggarwal, N. K. (2007). Exploring identity, culture, and suffering with a Kashmiri Sikh refugee. *Social Science & Medicine*, 65(8), 1654–1665.

Alfadhli, K., & Drury, J. (2016). Psychosocial support among refugees of conflict in developing countries: A critical literature review. *Intervention: Journal of Mental Health and Psychosocial Support in conflict affected areas*, 14(2), 128–141.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2004). *Protracted refugee situations*. Genebra: Nações Unidas.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2006). *Practical guide to the systematic use of standards and indicators in UNHCR operations*. Genebra: Nações Unidas.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2014). *Policy on alternatives to camps*. Genebra: Nações Unidas.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2015). *Directrices del ACNUR sobre reconocimiento prima facie*. Genebra: Nações Unidas.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2017). *Statistical Yearbook 2016*. 16a Ed. Genebra: Nações Unidas.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2022). *Global trends: Forced displacement in 2021*. Genebra: Nações Unidas.

Antares Foundation. (2012). *Managing stress in humanitarian workers: Guidelines for good practice*. <https://www.ataresfoundation.org/>

Bermudez, L. G., Parks, L., Meyer, S. R., Muhorakeye, L., & Stark, L. (2018). Safety, trust, and disclosure: A qualitative examination of violence against refugee adolescents in Kiziba Camp, Rwanda. *Social Science & Medicine*, *200*, 83–91.

Bilotta, N. (2020). Anti-oppressive social work research: Prioritising refugee voices in Kakuma refugee camp. *Ethics and Social Welfare*, *14*(4), 397–414. <https://doi.org/10.1080/17496535.2020.1822425>.

Blay, E. A. (2013). *O Brasil como destino: Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo*. São Paulo: UNESP.

Bolton, P., Bass, J., Betancourt, T., Speelman, L., Onyango, G., Clougherty, K. F., Neugebauer, R., Murray, L., & Verdeli, H. (2007). Interventions for depression symptoms among adolescent survivors of war and displacement in northern Uganda: a randomized controlled trial. *JAMA*, *298*(5), 519–527. <https://doi.org/10.1001/jama.298.5.519>.

Boswall, K., & Al Akash, R. Personal perspectives of protracted displacement: an ethnographic insight into the isolation and coping mechanisms of Syrian women and girls living as urban refugees in northern Jordan. *Intervention*, *2015* (13), n. 3, 203–215.

Bortoleto, M. A. C. (2005). Palhaços sem fronteiras: o circo a serviço da sociedade. *PerCursos*, *6* (2).

Bourassa, J. (2009). Psychosocial interventions and mass populations: A social work perspective. *International Social Work*, *52* (6): 743–755.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3* (2). 77–101.

Brewer, C. (2010). The hunting of the snark: Detecting and managing abusers of alcohol and other drugs in refugee camps – a commentary on Ezard et al. and Streel & Schilperoord. *Intervention*, *8*(3), 276–279.

Brooks, S., Dunn, R., Amlôt, R., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2016). Social and

occupational factors associated with psychological distress and disorder among disaster responders: A systematic review. *BMC Psychology*, 24 (6), 4–18. <http://dx.doi.org/10.1186/s40359-016-0120-9>.

Burina, D. A., & Burina, E. A. (2016). Mental health and psychosocial support in areas affected by conflict: Review of programs in the Chechen Republic. *Archives of Psychiatry and Psychotherapy*, 18(3), 40–47.

Calvot, T., & Pégon, G. (2016). Émergence et structuration de groupes de soutien de personnes vivant en milieu fermé avec des problèmes de santé mentale au Togo, Madagascar, Liban et Soudan du Sud. *Recherche et études*, 3.

Capitão, C. G., & Villemor-Amaral, A. E. (2014). A pesquisa com estudo de caso. In M. N. Batista, & D. C. Campos (Orgs.), *Metodologias de pesquisa em ciências: Análises qualitativa e quantitativa*. 238–253. LTC.

Carta, M. G., Oumar, F. W., Moro, M. F., Moro, D., Preti, A., Mereu, A., & Bhugra, D. (2013). Trauma-and stressor related disorders in the Tuareg refugees of a camp in Burkina Faso. *Clinical Practice & Epidemiology in Mental Health*, 9, 189–195.

Carta, M. G., Moro, D., Oumar, F. W., Moro, M. F., Pintus, M., Pintus, E., Minerba, L., Sancassiani, F., Pascolo-Fabrizi, E., Preti, A. & Bhugra, D. K. (2018). A follow-up on psychiatric symptoms and post-traumatic stress disorders in Tuareg refugees in Burkina Faso. *Frontiers in Psychiatry*, 9:127, 1–7.

Chase, L., & Sapkota, R. P. (2017). “In our community, a friend is a psychologist”: An ethnographic study of informal care in two Bhutanese refugee communities. *Transcultural psychiatry*, 54(3), 400–422.

CICV / Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2018). *Estatutos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha*. www.icrc.org/pt/document/estatutos-do-comite-internacional-da-cruz-vermelha

Cherblanc, M. (2010). *La thématique psychosociale à Port au Prince suite au séisme du 12*

janvier 2010: Etat des lieux 9 mois après. Plaisians: Groupe URD.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (2020). Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEP durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 (COVID-19).

Costa, R. (2006). *The administration of justice in refugee camps: A Study of practice*. Genebra: ACNUR.

Coutier, D. (2015). Crise syrienne: Regards sur le soutien psychologique des réfugiés. *Annales Médico-psychologiques, revue psychiatrique*, 173, (10), 855-858.

de Carvalho, C., & Pinto, M. (2018). Refugee camp as an immediate solution: Response and its psychological meanings. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 24(3), 277–282.

de Winter, M. (2007). Improving the quality of psychosocial support for children and adolescents in the Darfur refugee camps. *Intervention*, 5(1), p. 61–66.

Dückers, M. L., Thormar, S. B., Juen, B., Ajdukovic, D., Newlove-Eriksson, L., & Olf, M. (2018). Measuring and modelling the quality of 40 post-disaster mental health and psychosocial support programmes. *PloS one*, 13(2), e0193285.

Ehiri, J. E., Gunn, J. K. L., Center, K. E., Li, Y., Rouhani, M., & Ezeanolue, E. E. (2014). Training and deployment of lay refugee/internally displaced persons to provide basic health services in camps: a systematic review. *Global Health Action*, 7(1): e23902, 1–14. <http://dx.doi.org/10.3402/gha.v7.23902>.

Ehrenreich, J. H. (2001). *Coping with disasters: a Guidebook to psychosocial interventions*. Center for Psychology and Society: State University of New York College.

Ehrenreich, J. H. (2002). *A Guide for humanitarian, health care, and human rights workers: Caring for others, caring for yourself*. Center for Psychology and Society: New York College.

Eloul, L., Quosh, C., Ajlani, R., Avetisyan, N., Barakat, M., Barakat, L., & Diekkamp, V. (2013). Inter-agency coordination of mental health and psychosocial support for refugees and people displaced in Syria. *Intervention*, 11(3), 340–348.

Eyber, C., Bermudez, K., Vojta, M., Savage, K., & Bengheya, G. (2014). *Evaluating the effectiveness of Child Friendly Spaces in IDP camps in Eastern DRC: Goma field study summary report*.

Fanon, F. O. (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1961).

Fassin, D. (2012). *Humanitarian Reason: a moral history of the present*. Berkeley: UC Press.

Feger, H. (1991). Cooperation between groups. Hinde, R. A., & Groebel, J. (Orgs.). *Cooperation and Prosocial Behaviour*, 281–300.

Feyera, F., Mihretie, G., Bedaso, A., Gedle, D., & Kumera, G. (2015). Prevalence of depression and associated factors among Somali refugee at Melkadida camp, southeast Ethiopia: a cross-sectional study. *BMC Psychiatry*, 15(1), 171–177.

Fleuri, R. M. (2001). Desafios à educação intercultural no Brasil. *PerCursos*, 2, n. 0, 1–14.

Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. (Trad. Sandra Netz). Porto Alegre: Bookman. 2a ed.

Flick, U. (2008). “Entrevista episódica”. In: Bauer, Martin W.; Gaskell, G. (eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Ed. Vozes (7a ed.), 114–136.

Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.

Florian, M., Costas, J., & Kärreman, D. (2019). Struggling with meaningfulness when context shifts: Volunteer work in a German refugee shelter. *Journal of Management Studies*, 56(3), 589–616.

Fultz, J. & Cialdini, R. B. (1991). Situational and personality determinants of the quantity and quality of helping. Hinde, R. A., & Groebel, J. (Orgs.). *Cooperation and Prosocial Behaviour*, 135–146.

Gagliato, M. F. (2018). *Saúde Mental e Apoio Psicossocial em emergências humanitárias*:

uma análise crítica entre políticas e práticas atuais de assistência. 163 p. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.6.2019.tde-21032019-170435>.

Gammeltoft-Hansen, T., & Hathaway, J. C. (2015). *Non-refoulement* in a world of cooperative deterrence. *Columbia Journal of Transnational Law*, 235–284.

Garcia, A., & Ventorini, B. (2005). Robert Hinde: da Etologia à Psicologia Social. Garcia, A., Tokumaru, R. S., & Borloti, E. B. (Orgs.). *Etologia: uma Perspectiva Histórica e Tendências Contemporâneas*.

Golden, S. (2017). *Assessing refugee mental health in Ethiopia: A representative survey of Adi Harush and Mai Ayni camps*. Minnesota: The Center for Victims of Trauma.

Goody, E. (1991). The learning of prosocial behaviour in small-scale egalitarian societies: an anthropological view. Hinde, R. A., & Groebel, J. (Orgs.). *Cooperation and Prosocial Behaviour*. N. York: Cambridge Univ. Press, 106–128.

Grayson, C.-L., & Cotroneo, A. (2018). *Displaced in cities: Experiencing and responding to urban internal displacement outside camps*. Geneva: International Committee of the Red Cross.

Gruman, M. (2008). A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. *Políticas Culturais em Revista*, 2(1), 174–186. <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3343>.

Halabi, J. O. (2005). Nursing research with refugee clients: A call for more qualitative approaches. *International Nursing Review*, 52(4), 270–275.

Hantman, S., & Ben-Oz, M. (2014). There are no shortcuts: Trusting the social work training process. *Journal of Social Work*, 14(5), 491–505.

Harrell-Bond, B. E. (1986). *Imposing aid: Emergency assistance to refugees*. N. York: Oxford University Press.

Harrison, S., Chemaly, W. S., Hanna, F. Polutan-Teulieres, N., & Ventevogel, P. (2021). Engagement of protection actors in MHPSS: the need for cross-sectoral cooperation. *Forced*

Migration Review, 66, 8–11.

Hassan, M. (2013). Personal reflections on a psychosocial community outreach programme and centre in Damascus, Syria. *Intervention*, 11(3), 330–335.

Hinde, R. A. (1987). *Individuals, relationships and culture: Links between ethology and social sciences*. Cambridge University Press.

Hinde, R. A. (1997). *Relationships: A dialectical perspective*. Psychology Press.

Hinde, R. A. (2007). *Bending the Rules: Morality in the Modern World - From Relationships to Politics and War*. N. York: Oxford University Press.

Hinde, R. A., & Groebel, J. (1991). *Cooperation and prosocial behaviour*. N. York: Cambridge University Press.

Holzer, E. (2013). What happens to law in a refugee camp?. *Law & Society Review*, 47(4), 837–872.

Honneth, A. (1992). Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. *Political Theory*, 20 (2), 187–201.

Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (Tradução: Luiz Repa). São Paulo: Editora 34.

Honneth, A. (2013). O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, 15(33), 56–80.

Horn, R. (2009). Coping with displacement: problems and responses in camps for the internally displaced. *Intervention*, 7(2), 110–129.

Horn, R. (2010). Responses to intimate partner violence in Kakuma refugee camp: refugee interactions with agency systems. *Social science & medicine*, 70(1), 160–168.

Hutson, R. A., Shannon, H., & Long, T. (2016). Violence in the ‘Ayn al-Hilweh Palestinian refugee camp in Lebanon, 2007–2009. *International Social Work*, 59(6), 861–874.

Hyndman, J., & Giles, W. (2011). Waiting for what? The feminization of asylum in protracted

situations. *Gender, Place & Culture: A journal of feminist Geography*, 18(3), 361–379.
<http://dx.doi.org/10.1080/0966369X.2011.566347>.

Hynie, M. (2018). Refugee integration: Research and policy. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 24(3), 265-276. <http://dx.doi.org/10.1037/pac0000326>.

Inter-Agency Standing Committee / IASC. (2007). *Diretrizes do IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em emergências humanitárias*. Trad.: Márcio Gagliato.

Inter-Agency Standing Committee / IASC (2012). *Mental Health and Psychosocial Support in emergency settings: what should camp coordination and camp management actors know?*.

Inter-Agency Standing Committee / IASC (2017). *Um quadro comum de monitorização e avaliação para a saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias*.

Inter-Agency Standing Committee / IASC (2021). *Common monitoring and evaluation framework for Mental Health and Psychosocial Support in emergency settings - with means of verification (Version 2.0)*. IASC: Genebra.

Ismael, M. (2013). Painting glass as a psychosocial intervention: reflections of a psychosocial refugee outreach volunteer in Damascus, Syria. *Intervention*, 11(3), 336–339.

Iyakaremye, I., & Mukagatare, C. (2016). Forced migration and sexual abuse: experience of Congolese adolescent girls in Kigeme refugee camp, Rwanda. *Health Psychology Report*, 4(3), 261–271.

Jabbar, S. A., & Zaza, H. I. (2015). Evaluating a vocational training programme for women refugees at the Zaatari camp in Jordan: Women empowerment: a journey and not an output. *International Journal of Adolescence and Youth*, 21(3), 304–319.

Janmyr, M. (2014). Attributing wrongful conduct of implementing partners to UNHCR: International responsibility and human rights violations in refugee camps. *Journal of International Humanitarian Legal Studies*, 5, 42–69.

Jodelet, D. (2001). Os processos psicossociais da exclusão. Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas*

da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 53–66.

Jones, L. (2011). The dispossessed: diary of a psychiatrist at the Chad/Sudan border (2004). *Intervention*, 9(3), 364–372.

Johnson, P. (2007). Tales of strength and danger: Sahar and the tactics of everyday life in Amari refugee camp, Palestine. *Signs: Journal of women in culture and society*, 32(3), 597–619.

Junger, G., Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Silva, B. G. (2022). *Refúgio em números*. Brasília: OBMigra, 7ª Ed. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>.

Kamau, M., Silove, D., Steel, Z., Catanzaro, R., Bateman, C., & Ekblad, S. (2004). Psychiatric disorders in an African refugee camp. *Intervention*, 2(2), 84–89.

Kane, J. C., Ventevogel, P., Spiegel, P., Bass, J. K., Ommeren, M. van, & Tol, W. A. (2014). Mental, neurological, and substance use problems among refugees in primary health care: analysis of the Health Information System in 90 refugee camps. *BMC Medicine*, 12 (228), 1–11. <https://doi.org/10.1186/s12916-014-0228-9>.

Khôi, L. T. (1976). O auxílio para a educação: cooperação ou domínio? *Perspectivas: Revista trimestral de educação*, 6(4), 575–586.

Kirui, P., & Mwaruvie, J. (2012) The dilemma of hosting refugees: A focus on the insecurity in north-eastern Kenya. *International Journal of Business and Social Science*, 3(8), 161–171.

Kitching, G. T., Haavik, H. J., Tandstad, B. J., Zaman, M., & Darj, E. (2016). Exploring the role of ad hoc grassroots organizations providing humanitarian aid on Lesbos, Greece. *PLOS Currents Disasters*, 1. <https://doi.org/f9kgkb>.

Kreitzer, L. (2002). Liberian refugee women: A qualitative study of their participation in planning camp programmes. *International Social Work*, 45(1), 45–58.

Lemaire, J. M., & Despret, V. (2001). Collective post-traumatic disorders, residual resources, and an extensive context of trust: Creating a network in a refugee camp in former Yugoslavia. *International Journal of mental Health*, 30(2), 22–26.

Livingston, S. (1997). *Clarifying the CNN effect: An examination of media effects according to type of military intervention*. Harvard: Joan Shorenstein Center.

Luster, T., Qin, D. B., Bates, L., Johnson, D. J., & Rana, M. (2008). The lost boys of Sudan: Ambiguous loss, search for family, and reestablishing relationships with family members. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 57(4), 444–456. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2008.00513.x>.

Mahendran, K. (2017). Public narratives on human mobility: Countering technocratic and humanitarian refugee narratives with a “one-world” solidarity narrative. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 27(2), 147–157.

Makhoul, J., Alameddine, M., & Afifi, R. A. (2012). ‘I felt that I was benefiting someone’: youth as change in a refugee. *Health Education Research*, 27(5), 914–926.

Malkki, L. H. (1995). Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things. *Annual Review of Anthropology*, 24, 495–523.

McAllum, K. (2018). Committing to refugee resettlement volunteering: Attaching, detaching and displacing organizational ties. *Human relations*, 71(7), 951–972.

Menezes, T. S., & Reis, R. R. (2013). Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56 (1). 144–162. <https://doi.org/grjj>.

Miller, P. A., Bernzweig, J., Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (1991). The development and socialization of prosocial behaviour. Hinde, R. A., & Groebel, J. (Orgs.). *Cooperation and Prosocial Behaviour*. N. York: Cambridge Univ. Press, 54–77.

Mlodoch, K. (2020). The intersections between genderbased political, social and domestic violence: a regional exchange on psychosocial practices of supporting refugee and host community women affected by violence. *Report on regional exchange*, 3, Kurdistan-Iraq.

Moayedoddin, B., Makaya, C. N., & Canuto, A. (2014). Do humanitarian crises offer

opportunities for change? A critical review of the mental health and psychosocial support post emergency in the Republic of the Congo. *Intervention-amstelveen*, 12(1), 108–114.

Musiimenta, C., Miles, B., & Murakami, N. J. (2019). “We still have tribalism in the camp”: Navigating ethnic conflict in a psychosocial support group. *Social Work with Groups*, 1–7.

Myers, S., & Aoun, I. (2017). *A tide of self-harm and depression: The EU-Turkey Deal’s devastating impact on child refugees and migrants*. Save the Children.

Neuner, F., Schauer, M., Roth, W. T., & Elbert, T. (2002). A narrative exposure treatment as intervention in a refugee camp: two case reports. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 30(2), 205–209.

Newnham, E. A.; Reifels, L.; Gibbs, L. (2021). “Disaster mental health research”. In: *WHO Guidance on Research Methods for Health Emergency and Disaster Risk Management*. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 444–460.

Nunes, E. D. (2006). A trajetória das ciências sociais em saúde na América Latina: revisão da produção científica. *Revista de Saúde Pública*, 40(esp.), 64–72. <https://doi.org/cj82k9>.

OCHA / United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2011). *Horn of Africa crisis situation report, 14* (15 September 2011). New York: OCHA.

Oka, R. C. (2014). Coping with the refugee wait: the role of consumption, normalcy, and dignity in refugee lives at Kakuma refugee camp, Kenya. *American Anthropologist*, 116(1), 23–37.

Onyut, L. P., Neuner, F., Schauer, E., Ertl, V., Odenwald, M., Schauer, M., & Elbert, T. (2004). The Nakivale camp mental health project: Building local competency for psychological assistance to traumatised refugees. *Intervention*, 2(2), 90–107.

Organização das Nações Unidas (1951). *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*.

Pacheco, A. J. C. (2010). *Campos de refugiados: Relaciones socio-ambientales según la temporalidad*. [Dissertação de Mestrado]. Programa Multidisciplinario de Posgrado en Ciencias

Ambientales: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México. 133 p.

Pavlish, C. (2007). Narrative inquiry into life experiences of refugee women and men. *International Nursing Review*, 54(1), 28–34.

Pavlish, C., & Ho, A. (2009). Pathway to social justice: research on human rights and gender-based violence in a Rwandan refugee camp. *Advances in Nursing Science*, 32(2), 144–157.

Pavlish, C., Ho, A., & Rounkle, A. M. (2012). Health and human rights advocacy: perspectives from a Rwandan refugee camp. *Nursing ethics*, 19(4), 538–549.

Penge, F. I. (2012). The story of a Congolese refugee worker in Tanzania. *Intervention*, 10(3), 265–268.

Peters, S., & Golden, S. (2020). *Assessing refugee mental health among Eritrean refugees in Tigray, Ethiopia: a representative survey of Adi Harush and Mai Ayni camps*. Minnesota: The Center for Victims of Trauma.

Plan International. (2017). *Community-based child protection as a strategy for protecting South Sudanese refugee children: a case study from Gambella, Ethiopia*. United Kingdom: Plan International.

Popa, A. B. (2012). Learning about hardiness and servant leadership by accompanying refugees at a United Nations resettlement camp. *Journal of Leadership Studies*, 6(1), 72–78.

Rabbie, J. M. (1991). Determinants of instrumental intra-group cooperation. Hinde, R. A., & Groebel, J. (Orgs.). *Cooperation and Prosocial Behaviour*, 238–262.

Ramos, E., Donda, E. O. C. S., & Silva, R. C. (2017). Ação Humanitária. Cavalcanti, L., Botega, T., Tonhati, T., Araújo, D. (Orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: UnB. <https://doi.org/10.7476/9788523013400>

Reiffers, R., Dahal, R. P., Koirala, S., Gerritzen, R., Upadhaya, N., Luitel, N. P., Bhattarai, S., Jordans, M. J. D. (2013). Psychosocial support for Bhutanese refugees in Nepal. *Intervention*, 11

(2), 169–179.

Riley, A., Varner, A., Ventevogel, P., Hasan, M. M. T., & Welton-Mitchell, C. (2017). Daily stressors, trauma exposure, and mental health among stateless Rohingya refugees in Bangladesh. *Transcultural Psychiatry*, 54(3), 304–331. <https://doi.org/10.1177/1363461517705571>.

Rocha, R. R., & Moreira, J. B. (2010). Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (37), 17-30. <https://doi.org/d9m5z7>.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2009). *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>

Rozakou, K. (2012). The biopolitics of hospitality in Greece: Humanitarianism and the management of refugees. *American Ethnologist*, 39(3), 562–577.

Salem-Pickartz, J. (2007). Peer counsellors training with refugees from Iraq: A Jordanian case study. *Intervention*, 5(3), p. 232–243.

Sá, S. D., Werlang, B. S. G., & Paranhos, M. E. (2008). Intervenção em crise. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 4(1). doi: 10.5935/1808-5687.20080008.

Schaefer, A. (2012). *Humanitarian Response to the Libya Crisis: Report on psychosocial activities*. N'Djamena: International Organization for Migration.

Schmidt, A. (2003). FMO Thematic Guide: Camps vs. settlements. *Forced Migration Online*, 21. Oxford: Refugee Studies Centre (RSC).

Schrijvers, J. (1999). Fighters, victims and survivors: constructions of ethnicity, gender and refugeeeness among Tamils in Sri Lanka. *Journal of Refugee Studies*, 12 (3), 307–333. <https://doi.org/10.1093/jrs/12.3.307>

Scholte, W. F., Van de Put, W. A. C. M., & de Jong, J. P. (2004). A protocol for psychosocial intervention in refugee crisis; early experiences in Rwandan refugee camps. *Intervention: International journal of Mental Health, Psychosocial work & Counselling in Areas of Armed*

Conflict, 2(3), 181–192.

Simeon, J. C. (2017) A new protection orientation and framework for refugees and other forced migrants. *Laws*, 6(4), 30, 1–24. <https://doi.org/10.3390/laws6040030>

Slegh, H., Barker, G. Ruratotoye, B. & Shand, T. (2012). *Les relations de genre, violence sexuelle et les effets du conflit sur les femmes et les hommes au Nord Kivu, dans l'Est de la République Démocratique du Congo: Résultats préliminaires de l'Etude Internationale sur les Hommes et l'Egalité de Genre (IMAGES)*. Sonke Gender Justice Network & Promundo-US.

Smith, P. B. (2019). Changes in reported nation-level pro-social behavior frequencies over 6 years: A test of alternative predictors. *Social Indicators Research*, 144: 1195–1208.

Sphere Project, The. (2011). *Humanitarian charter and minimum standards in humanitarian response*. 3a ed. Practical Action Publishing (United Kingdom).

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG.

Stepakoff, S., Hubbard, J., Katoh, M., Falk, E., Mikulu, J. B., Nkhoma, P., & Omagwa, Y. (2006). Trauma healing in refugee camps in Guinea: A psychosocial program for Liberian and Sierra Leonean survivors of torture and war. *American Psychologist*, 61(8), 921–932.

Strang, A., & Ager, A. (2003). Psychosocial interventions: Some key issues facing practitioners. *Intervention: International journal of Mental Health, Psychosocial Work and Counselling in Areas of Armed Conflict*, 1, 2–12.

Streel, E., & Schilperoord, M. (2010). Perspectives on alcohol and substance abuse in refugee settings: Lessons from the field. *Intervention*, 8(3), 268–275.

Sukarieh, M., & Tannock, S. (2012). On the problem of over-researched communities: The case of the Shatila Palestinian refugee camp in Lebanon. *Sociology*, 47(3), 494–508. DOI: <https://doi.org/10.1177/0038038512448567>.

Tamale, S. (2008). The right to culture and the culture of rights: a critical perspective on women's sexual rights in Africa. *Feminist Legal Studies*, 16 (1), 47–69. Disponível em:

<https://doi.org/10.1007/s10691-007-9078-6>.

Tankink, M., Ventevogel, P., Ntiranyibagira, L., Ndayisaba, A. & Ndayisaba, H. (2010). *Situation and needs assessment of Mental Health and Psychosocial Support in refugee camps in Tanzania, Rwanda and Burundi*. Amsterdam: HealthNet TPO.

Taylor, S. E. (2011). Social support: A review. Friedman H. S. (ed.), *The handbook of health psychology*. New York: Oxford Univ. Press, 189–214.

Tezanos-Pinto, D., Mazziotta, A., & Feuchte, F. (2017). Intergroup contact and reconciliation among Liberian refugees: A multilevel analysis in a multiple groups setting. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 23(3), 228–238.

Thompson, J. (2003). *Theatre Action Group: raising the dust in a theatre at war*. Drama Dpt.: Manchester University.

Tol, W. A., Barbui, C., Galappatti, A., Silove, D., Betancourt, T. S., Souza, R., Golaz, A., & van Ommeren, M. (2011). Mental health and psychosocial support in humanitarian settings: linking practice and research. *Lancet*, 378(9802), 1581–1591. <https://doi.org/bf5dt8>.

Tol, W. A., Greene, M. C., Likindikoki, S., Misinzo, L., Ventevogel, P., Bonz, A. G., ... & Mbwambo, J. K. (2017). An integrated intervention to reduce intimate partner violence and psychological distress with refugees in low-resource settings: study protocol for the Nguvu cluster randomized trial. *BMC psychiatry*, 17(1), 186–198. <https://doi.org/gbpmkv>.

Tol, W. A., Patel, V., Tomlinson, M., Baingana, F., Galappatti, A., Silove, D., Sondorp, E., van Ommeren, M., Wessells, M. G., & Panter-Brick, C. (2012). Relevance or Excellence? Setting research priorities for mental health and psychosocial support in humanitarian settings. *Harvard Review of Psychiatry*, 20(1), 25–36. <https://doi.org/10.3109/10673229.2012.649113>.

UNESCO / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1982). *Declaración de México*. In: UNESCO. *Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales*. México: UNESCO, 43–48.

UNESCO / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2006). *UNESCO Guidelines on intercultural education*. Paris: UNESCO.

UNESCO / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2007). Texto oficial ratificado pelo Decreto Legislativo nº 485/2006. Brasília: UNESCO.

Van Reisen, M. Estefanos, M., & Rijken, C. (2012). *Human trafficking in the Sinai: Refugees between life and death*. Brussels: Tilburg University.

Ventevogel, P. (2013). *Mission report - Mental health and psychosocial support for refugees in Dadaab*. UNHCR: Geneva.

Veronese, G., Castiglioni, M., Tombolani, M., & Said, M. (2012). 'My happiness is the refugee camp, my future Palestine': optimism, life satisfaction and perceived happiness in a group of Palestinian children. *Scandinavian journal of caring sciences*, 26(3), 467–473.

Vijayakumar, L., Mohanraj, R., Kumar, S., Jeyaseelan, V., Sriram, S., & Shanmugam, M. (2017). CASP: An intervention by community volunteers to reduce suicidal behaviour among refugees. *International Journal of Social Psychiatry*, 63(7), 589–597.

Vu, Q. G. N. (2007). Journey of the abandoned: Endless refugee camp and incurable traumas. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 32(3), 580–584.

Wagner, I. (2019) The ethnographical essay: Cine club in the refugee camp – the story of a double empowerment. *Zoon Politikon*, 10, 186–230. <https://doi.org/h343>.

Wanna, C. P., Seehuus, M., Mazzulla, E., & Fondacaro, K. (2019). A house is not a home: Modeling the effects of social support and connection within resettled refugee populations. *Journal of community psychology*, 1, 1–16.

Weissbecker, I. (2013). *Baseline mental health situational analysis: Dollo Ado - Somali refugee camps* (January 10th, 2013). International Medical Corps (IMC) Ethiopia.

Welton-Mitchell, C. E. (2013). *UNHCR's mental health and psychosocial support: For staff*.

Genebra: Nações Unidas.

Wessells, M. G. (2008). Do no harm: Challenges in organizing psychosocial support to displaced people in emergency settings. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 25(1), 6–14.

Yitmen, Ş., & Verkuyten, M. (2018). Positive and negative behavioural intentions towards refugees in Turkey: The roles of national identification, threat, and humanitarian concern. *Journal of community & applied social psychology*, 28(4), 230–243.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista

Dados Sociodemográficos

1. Idade:
2. Gênero:
3. Estado Civil:
4. Em que cidade e país você nasceu?
5. Em que cidade e país mora atualmente?
6. Qual a sua escolaridade?

Roteiro de Entrevista

Parte 1. Breve Histórico

1. Como você passou a atuar em um campo de refugiados?
2. Quais foram os motivos que o levaram a atuar em um campo de refugiados?
3. Quais as maiores dificuldades encontradas nesse tipo de atividade?

Parte 2. A Vida Social no Campo de Refugiados – Relações Interpessoais

4. Quais as principais características da população refugiada (etnias, origem nacional, espaço disponível, gênero, idade)?
5. Como você percebe a situação social presente no campo de refugiados em que atua/atuou? 6. Como os relacionamentos interpessoais em geral são afetados pela vida nos campos?]
7. Como os relacionamentos familiares são afetados pela vida nos campos?
8. Que dificuldades de relacionamento se destacam entre os refugiados?
9. Há relações de solidariedade ou apoio social entre refugiados nesses campos? Como são?
10. Quais os aspectos (negativos e positivos) mais marcantes nas relações entre refugiados? 11.

Como as condições de abrigo e recursos afetam as relações entre as pessoas?

12. Como se dá a convivência de diferentes etnias ou grupos nacionais e entre os refugiados?

Parte 3. Atividades de Apoio Psicossocial no Campo de Refugiados

13. Em quais atividades relacionadas a apoio psicossocial você já participou ou quais teve a oportunidade de observar em um campo de refugiados?

14. Que ações relacionadas a apoio psicossocial você considera mais relevantes nos campos?

Parte 4. Efeitos das Atividades de Apoio Psicossocial sobre as Relações Interpessoais

15. Você observou algum efeito das atividades de apoio psicossocial sobre os relacionamentos interpessoais em geral?

16. Você considera que essas atividades aumentam o apoio social entre os refugiados? Como?

17. Você considera que essas atividades afetam os conflitos interpessoais observados? Como?

18. Que efeitos das ações de apoio psicossocial você apontaria nas relações familiares?

19. Que efeitos dessas ações você apontaria nas relações em outros grupos, como os étnicos ou religiosos?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Apoio Psicossocial em Campos de Refugiados: Reflexos nos Relacionamentos Interpessoais”, sob a responsabilidade da doutoranda **Beatriz de Barros Souza** do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e do professor Dr. Agnaldo Garcia, docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

OBJETIVO

Compreender ações voltadas ao apoio psicossocial e seus reflexos sobre os relacionamentos interpessoais nos campos de refugiados. A pesquisa justifica-se pela importância de conhecer os efeitos do apoio psicossocial na vida dos refugiados.

METODOLOGIA

Você será convidado(a) a uma entrevista presencial ou *online* em que narrará sua experiência em campo de refugiados. Caso presencial, o local será definido de comum acordo entre ambas as partes. Serão feitas perguntas a respeito das suas percepções sobre o ambiente, sobre os relacionamentos interpessoais em geral, sobre iniciativas de apoio psicossocial que você tenha participado e os efeitos percebidos sobre os relacionamentos nos campos. A entrevista deve durar de 60 a 90 minutos, podendo ser interrompida e adiada, caso e conforme você julgue necessário. As falas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise de dados. Sua colaboração será anônima e segura, sem oferecer risco à sua saúde física ou mental.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Os riscos a que você se submeterá dizem respeito a um possível desconforto experimentado por relatar questões de sua vida particular. Tais riscos buscarão ser minimizados pela pesquisadora, de modo que, se for identificado desconforto ou sofrimento relacionado às informações fornecidas, você tenha total liberdade para interromper a entrevista. Como benefícios desta pesquisa, você poderá ter maior conhecimento sobre os efeitos das iniciativas de apoio psicossocial nos relacionamentos interpessoais nos campos de refugiados, pois será feita a devolutiva dos resultados aos participantes. Além disso, nessa devolutiva, poderão ser discutidas questões de seu interesse relativas aos relacionamentos interpessoais nos campos.

REMUNERAÇÃO E RESSARCIMENTO

Não haverá remuneração por sua participação na pesquisa, de modo que a mesma deverá ser realizada de forma voluntária, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da mesma. Caso haja despesa na participação da pesquisa, você será ressarcido (a). Você poderá ser indenizado(a) por eventuais danos que a pesquisa venha a causar.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E MANUTENÇÃO DO SIGILO

E PRIVACIDADE

A qualquer momento você poderá recusar sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo ou penalidade. O sigilo da sua identidade e privacidade será resguardado durante todas as fases da pesquisa. Como se trata de uma pesquisa, após a sua finalização, os dados obtidos poderão ser utilizados para compor material escrito para divulgação do trabalho em meio científico e em revistas especializadas.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas, você deve contatar a pesquisadora Beatriz Souza pelo telefone: +55 (27) 99829-0688, e-mail: bjadegiz@gmail.com ou no endereço: Departamento de Psicologia Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari nº 514, Goiabeiras, Vitória/ES. Caso deseje relatar alguma denúncia ou intercorrências na pesquisa, procure o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFES à: Av. Fernando Ferrari, s/n, Goiabeiras Vitória/ES, 29060-970, telefone: (27) 3145-9820, ou e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Aceito participar deste estudo de forma voluntária e declaro que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada e rubricada em todas as suas páginas por mim e pela pesquisadora.

_____ (local), ____ de _____ de 20__ (data).

Participante da pesquisa

Pesquisadora

Pesquisa desenvolvida com Bolsa de Doutorado concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).